

Marden Barbosa de Campos

**Migrações de idosos de São Paulo para Minas
Gerais nas décadas de 1980 e 1990**

Belo Horizonte
UFMG/Cedeplar
2010

Marden Barbosa de Campos

Migrações de idosos de São Paulo para Minas Gerais nas décadas de 1980 e 1990

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Demografia.

Orientador: Prof. Alisson Flávio Barbieri
Co-orientadores: José Alberto Magno de Carvalho
Gilvan Ramalho Guedes

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2010

Ficha catalográfica

C198m
2010

Campos, Marden Barbosa de.
Migrações de idosos de São Paulo para Minas Gerais nas
décadas de 1980 e 1990 / Marden Barbosa de Campos. – 2010.
181 f.: il.

Orientador: Alisson Flávio Barbieri.

Co-orientadores: José Alberto Magno de Carvalho, Gilvan
Ramalho Guedes.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.

1. Migração interna – Brasil - Teses. 2. Migração – São Paulo -
Teses. 3. Migração – Minas Gerais – Teses. I. Barbieri, Alisson
Flávio. II. Carvalho, José Alberto Magno de. III. Guedes, Gilvan
Ramalho. IV. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de
Desenvolvimento e Planejamento Regional. V. Título.

CDD: 304.80981

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG. – NMM 003/2011

FOLHA DE APROVAÇÃO

Para minha mãe, Teresa, e meu pai, Kleber

AGRADECIMENTOS

Gostaria de prestar sinceros agradecimentos a todos aqueles que participaram dessa longa jornada e que acreditaram em mim todo o tempo.

Gostaria de agradecer à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por ter me dado a oportunidade de realizar o doutorado. Aos colegas de trabalho da Unidade Estadual de Minas Gerais, em especial à Luciene, pelo incentivo e ajuda para ingressar neste curso.

Aos meus orientadores, pelo apoio imensurável. Ao Alisson, pela paciência, cuidado e prontidão em me guiar nessa jornada, cabe aqui o maior dos agradecimentos. Ao Zé, grande mestre, pelo “iniciação” nos estudos de migração, pelos conselhos precisos e pela amizade. Ao Nino, colega, companheiro de coorte, pela ajuda incondicional e o brilhantismo que tanto enriqueceram este trabalho.

A todos os professores do CEDEPLAR, por tudo que aprendi em demografia, em especial Diana, Simone, Fausto e Laura. Gostaria de render um agradecimento especial ao Bob, professor, amigo e companheiro, pelo incentivo e ajuda durante todos estes anos.

Aos membros da banca de qualificação, Irineu, Carla, Dimitri e Paula, pelas preciosas contribuições que tanto enriquecerem este trabalho.

A todos amigos do CEDEPLAR, colegas de coorte, Mauro, Douglas, Carol e aos amigos Harley, André “Capitão”, Roberto Monte-Mor, Lucília, Marisa, Daylin, pela companhia de jornada.

À Universidade Federal de Minas Gerais, pelo conhecimento adquirido desde a graduação, espaço do saber e do viver.

Um agradecimento especial a meus pais, Teresa e Kleber, por tudo! Meus irmãos, Tito e Fábio e meus avós, primos e tios, que sempre acreditaram em mim.

À Lu, pela singela e delicada companhia.

A todos, obrigado!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 MIGRAÇÃO E SELETIVIDADE.....	11
2.1 A SELETIVIDADE NAS TEORIAS MIGRATÓRIAS	12
2.1.1 Estudos clássicos de migração	13
2.1.2 Abordagens econômicas das migrações	17
2.1.3 Estruturas sociais e migração	21
2.1.4 Conclusão: reflexões acerca dos estudos de migração	25
2.2 SELETIVIDADE MIGRATÓRIA EM RELAÇÃO À IDADE	27
2.3 SELETIVIDADE DA MIGRAÇÃO EM RELAÇÃO AO SEXO.....	35
2.4 CONCLUSÃO	37
3 MIGRAÇÃO DE IDOSOS.....	39
3.1 DETERMINANTES DA MIGRAÇÃO DE IDOSOS	41
3.1.1 Aposentadoria e condições de atividade.....	41
3.1.2 Deficiência física e mental.....	46
3.1.3 Arranjos domiciliares e estruturas de suporte	50
3.2 PERFIS DOS MIGRANTES IDOSOS	60
3.3 CONCLUSÃO	65
4 MIGRAÇÃO NO BRASIL.....	67
4.1 As migrações no Brasil nas últimas décadas	67

4.2 Hipóteses sobre a migração de idosos no Brasil	72
5 METODOLOGIA	80
5.1 Dados censitários de migração	80
5.2 Recorte etário: o conceito de idosos	86
5.3 Estratégia de análise.....	89
CAPITULO 6 RESULTADOS	101
6.1 Caracterização dos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais.....	101
6.1.1 Os migrantes idosos de retorno.	119
6.2 Perfis de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais	125
6.2.1 A década de 1980	125
6.2.2 A década de 1990	132
6.2.3 Síntese: características dos perfis de migrantes idosos.....	140
6.3 Perfis de idosos não-migrates.....	143
6.4 Conclusão	153
7 CONCLUSÃO	156
8 ANEXOS	166
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

QUADRO 1 - FATORES DETERMINANTES DA SELETIVIDADE MIGRATÓRIA E UNIDADES DE ANÁLISE POR ABORDAGEM TEÓRICA DOS ESTUDOS DE MIGRAÇÃO	26
QUADRO 2 – CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS APRESENTADOS NAS TIPOLOGIAS DE MIGRAÇÃO DE IDOSOS	64
QUADRO 3 – HIPÓTESES SOBRE O COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS PARA O ESTUDO DAS MIGRAÇÕES DE IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS.....	79
TABELA 1 – ESPECIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NO MODELO DE CONSTRUÇÃO DE PERFIS DE MIGRANTES IDOSOS	98
TABELA 2 – ESPECIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NO MODELO DE CONSTRUÇÃO DE PERFIS DE IDOSOS NÃO-MIGRANTES	100
TABELA 3 – MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS, TOTAL E PERCENTUAL, POR SEXO E GRUPO DE IDADE E RAZÕES DE SEXO - 1991	102
TABELA 4 – MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS, TOTAL E PERCENTUAL, POR SEXO E GRUPO DE IDADE E RAZÕES DE SEXO - 2000	103
TABELA 5 – IDOSOS MINEIROS QUE RESIDIAM EM SÃO PAULO, TOTAL E PERCENTUAL, POR SEXO E GRUPO DE IDADE E RAZÕES DE SEXO - 1991.....	103
TABELA 6 – IDOSOS MINEIROS QUE RESIDIAM EM SÃO PAULO, TOTAL E PERCENTUAL, POR SEXO E GRUPO DE IDADE E RAZÕES DE SEXO - 2000.....	104

TABELA 7 – PERCENTUAL (%) DE MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS POR ATRIBUTO INDIVIDUAL, SEGUNDO SEXO E GRUPO DE IDADE - 1991	105
TABELA 8 – PERCENTUAL (%) DE MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS POR ATRIBUTO INDIVIDUAL, SEGUNDO SEXO E GRUPO DE IDADE - 2000	106
TABELA 9 – PERCENTUAL DE PREVALÊNCIA DE CADA ATRIBUTO INDIVIDUAL SELECIONADO SOBRE O TOTAL DE MINEIROS QUE RESIDIAM EM SÃO PAULO - AMBOS OS SEXOS, HOMENS E MULHERES - 1991 E 2000	108
GRAFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS POR FAIXA DE RENDIMENTO DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> , EM SALÁRIOS MÍNIMOS, POR SEXO - 1991.....	110
GRAFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS POR FAIXA DE RENDIMENTO DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> , EM SALÁRIOS MÍNIMOS, POR SEXO - 2000.....	111
GRAFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MIGRANTES NÃO-IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS E DOS IDOSOS NÃO-MIGRANTES QUE RESIDIAM EM SÃO PAULO POR FAIXA DE RENDIMENTO DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> , EM SALÁRIOS MÍNIMOS, POR SEXO – 1991 E 2000.....	112
TABELA 10 – CONTRIBUIÇÃO PERCENTUAL MÉDIA PARA A RENDA TOTAL DO DOMICÍLIO, FEITA PELOS MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS E DOS IDOSOS NÃO-MIGRANTES, TOTAL E POR SEXO - 1991	113
TABELA 11 – CONTRIBUIÇÃO PERCENTUAL PARA A RENDA MENSAL DO DOMICÍLIO FEITA PELOS MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO	

PARA MINAS GERAIS E DOS IDOSOS NÃO-MIGRANTES, TOTAL E POR SEXO – 2000	113
TABELA 12 – ESTRUTURA DOMICILIAR DE MIGRAÇÃO DOS MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS, TOTAL E POR SEXO - 1991.....	115
TABELA 13 – PERCENTUAL DE IDOSOS POR CATEGORIA DE RELAÇÃO COM O RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO, POR TIPO DE MIGRAÇÃO E SEXO DO MIGRANTE - 1991	115
TABELA 14 – ESTRUTURA DOMICILIAR DE MIGRAÇÃO DOS MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS, TOTAL E POR SEXO - 2000.....	116
TABELA 15 – PERCENTUAL DE IDOSOS POR CATEGORIA DE RELAÇÃO COM O RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO, POR TIPO DE MIGRAÇÃO E SEXO DO MIGRANTE - 2000	117
TABELA 16 - CONTRIBUIÇÃO PERCENTUAL MÉDIA PARA A RENDA MENSAL DO DOMICÍLIO FEITA PELOS MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS POR TIPO DE MIGRAÇÃO, SEGUNDO O SEXO - 1991.....	118
TABELA 17 - CONTRIBUIÇÃO PERCENTUAL MÉDIA PARA A RENDA MENSAL DO DOMICÍLIO FEITA PELOS MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS POR TIPO DE MIGRAÇÃO, SEGUNDO O SEXO - 2000.....	118
TABELA 18 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS MIGRANTES INTERESTADUAIS DE RETORNO SOBRE OS MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS, POR SEXO, GRUPO DE IDADE, ATRIBUTOS INDIVIDUAIS, FAIXA DE RENDA E ESTRUTURA DOMICILIAR DE MIGRAÇÃO - 1991	120
TABELA 19 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS MIGRANTES INTERESTADUAIS DE RETORNO SOBRE OS MIGRANTES IDOSOS	

DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS, POR SEXO, GRUPO DE IDADE, ATRIBUTOS INDIVIDUAIS, FAIXA DE RENDA E ESTRUTURA DOMICILIAR DE MIGRAÇÃO – 2000.....	122
TABELA 20 - RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS DE MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1980...	126
TABELA 21 – VARIÁVEIS SELECIONADAS, FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES(Λ_{KJL}) E RAZÕES RLFM (RAZÃO LAMBDA FREQUENCIA MARGINAL) PARA OS PERFIS EXTREMOS DE MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1980	127
TABELA 22 – VARIÁVEIS SELECIONADAS, FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES(Λ_{KJL}) E RAZÕES RLFM PARA O PERFIL MISTO DE MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1980	131
TABELA 23 - RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS DE MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1990...	133
TABELA 24 - VARIÁVEIS SELECIONADAS, FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES(Λ_{KJL}) E RAZÕES RLFM PARA OS PERFIS EXTREMOS DE MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1990.....	134
TABELA 25 – VARIÁVEIS SELECIONADAS, FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES(Λ_{KJL}) E RAZÕES RLFM PARA OS PERFIL MISTO DE MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1980	138
TABELA 26 - RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS DE IDOSOS MINEIROS QUE RESIDIAM EM SÃO PAULO EM 1991.....	143

TABELA 27 - VARIÁVEIS SELECIONADAS, FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES(Λ_{KJL}) E RAZÕES RLFM PARA OS IDOSOS MINEIROS QUE RESIDIAM EM SÃO PAULO EM 1991.	144
TABELA 28 - VARIÁVEIS SELECIONADAS, FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES(Λ_{KJL}) E RAZÕES RLFM PARA TIPOS MISTOS DE IDOSOS MINEIROS QUE RESIDIAM EM SÃO PAULO EM 1991.	146
TABELA 29 - RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS DE MINEIROS QUE RESIDIAM EM SÃO PAULO EM 2000.	147
TABELA 30 - VARIÁVEIS SELECIONADAS, FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES(Λ_{KJL}) E RAZÕES RLFM PARA OS PERFIS EXTREMOS DE MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1990.....	149
TABELA 31 - VARIÁVEIS SELECIONADAS, FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES(Λ_{KJL}) E RAZÕES RLFM PARA TIPOS MISTOS DE IDOSOS MINEIROS QUE RESIDIAM EM SÃO PAULO EM 1991.	151
QUADRO 4 – CARACTERÍSTICAS DOS PERFIS DE MIGRANTES IDOSOS DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS E DE MINEIROS QUE RESIDIAM EM SÃO PAULO (NÃO-MIGRANTES), POR PERÍODO DE OCORRÊNCIA	154
TABELA A.1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS IDOSOS DE MINAS GERAIS SEGUNDO O NÚMERO DE MORADORES DOS DOMICÍLIO E FAIXAS DE RENDIMENTO DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> – 1991 E 2000.....	166
ANEXO A.2 - VALOR-P DOS TESTES DE MÉDIA ENTRE AS VARIÁVEIS COMPONENTES DOS PERFIS DE IDOSOS NÃO-MIGRANTES E MIGRANTES DE SÃO PAULO PARA MINAS GERAIS – 1991 E 2000	167

RESUMO

Essa tese busca analisar os padrões e as características dos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais nas décadas de 1980 e 1990. A justificativa central para o tema é avançar em um campo de investigação praticamente inexistente no Brasil, as migrações de idosos, que representa um grupo populacional que não migra motivado predominantemente pela busca de emprego e de melhores salários (característica de grupos migratórios mais jovens), mas por outros fatores como busca de suporte e reunião familiar. Teorias de migração têm, via de regra, sido construídas a partir de padrões migratórios de populações mais jovens.

A hipótese principal é que, no Brasil, as transições ocorridas ao longo do ciclo de vida também associam-se à migração dos idosos e, dada a heterogeneidade encontrada nesses indivíduos, podemos encontrar perfis específicos de migrantes idosos. Esses perfis são marcados por fatores como a aposentadoria, a deficiência física e mental, a viuvez, além das questões familiares como a estrutura do arranjo domiciliar e o desejo de residir junto aos filhos e parentes. Esses fatores, no caso em estudo, tiveram comportamento parecido ao observado em países desenvolvidos. Contudo, alguns deles apresentaram especificidades, como a aposentadoria e a condição de atividade econômica. No Brasil, é preciso considerar que alguns idosos continuam trabalhando e, por isso, também migram em busca por melhores condições de trabalho e remuneração.

A metodologia para a construção dos perfis será o Grade of Membership – GoM, e os dados utilizados serão provenientes dos censos de 1991 e 2000, do IBGE.

O GoM é um técnica de análise multivariada que tem o propósito de simplificar a interpretação de um fenômeno, através da criação de perfis que sintetizam a relação de um conjunto de variáveis em cada elemento da amostra. Diferente da maioria dos métodos de agrupamento, não se considera que os elementos estão organizados em conjuntos bem definidos, isto é, de que uma observação pertence ou não pertence a um conjunto com determinados atributos. O GoM delinea perfis extremos de indivíduos e determina graus de pertinência para cada indivíduo em relação a esse perfis. Os perfis extremos são gerados a partir da

associação não observada entre as categorias das variáveis e representam os tipos mais frequentes na população estudada. Esses perfis são grupos de referência que, em geral, contêm características únicas na população. Devido à heterogeneidade da amostra, a maioria dos indivíduos difere, em algum grau, dos “tipos puros”, ou seja, dos elementos que pertencem totalmente aos perfis extremos. A partir dos graus de pertencimento de cada elemento da amostra aos perfis extremos, podemos criar “tipos mistos” de indivíduos, representando com maior precisão a heterogeneidade da amostra.

Um análise exploratória foi feita, anteriormente ao delineamento dos perfis, para determinar o comportamento isolado de cada variável e servir de base para a construção do modelo.

Verificamos que o volume e a heterogeneidade dos migrantes idosos foi crescente entre os períodos analisados e, conseqüentemente, os perfis criados foram distintos entre si. Na década de 1980 haviam três perfis de migrantes, sendo que metade dos migrantes eram mulheres em busca de reunião familiar e suporte, e a outra metade englobava dois perfis de homens ainda ativos economicamente. Já na década de 1990, embora os homens trabalhadores continuassem a representar quase a metade dos migrantes, surgiram novos perfis de mulheres migrantes, além das que buscavam reunião familiar e suporte, também verificadas nessa década. Esses novos perfis de mulheres migraram acompanhando os cônjuges e outros familiares. Com base nos perfis de migrantes, podemos inferir que há uma divisão entre movimentos tipicamente “voluntários” e outros “necessários”. Os perfis de migrantes mais jovens, mais ricos, que migraram sós ou com o cônjuge e que ainda eram ativos economicamente aproximam-se do primeiro tipo de movimento, da migração “voluntária”. Os perfis de indivíduos mais velhos, viúvos, mais pobres e que migram para casa de seus filhos aproxima-se do outro tipo, da migração por “necessidade”.

Devemos destacar que devido ao avanço no processo de transição demográfica, a população brasileira terá uma estrutura etária envelhecida nas próximas décadas, o que pode conferir um peso mais significativo à migração de idosos no Brasil. Haveria, assim, uma ampliação das conseqüências dessas migrações e seu impacto nas famílias, no mercado de trabalho e instituições de saúde e

assistência social, tanto nos locais de origem, quanto nos locais de destino das migrações

Palavras chave: Migração, envelhecimento, ciclo de vida, Grade of Membership, Minas Gerais, São Paulo

ABSTRACT

This dissertation investigates the patterns and characteristics of elderly migrants from São Paulo to Minas Gerais in the 1980s and 1990s. This is an important research topic given the lack of studies on elderly migration in Brazil. This population subgroup, defined here as one comprising individuals 60 years old or more, does not migrate predominantly motivated by the search for employment and better wages (characteristic of younger migrants) but also by other factors such as seeking support and family reunion. Migration theories have, as a rule, been constructed from migration patterns of younger populations.

The main hypothesis is that transitions occurring along the life cycle are also associated with the migration of the elderly in Brazil and, given the heterogeneity within this subgroup, it is important to identify and characterize distinct profiles of elderly migrants. These profiles are defined by factors such as retirement, physical and mental disability, widowhood, in addition to family issues such as household structure and the desire to reside with their children and relatives. We found that these factors affect elderly migration in our study in a similar fashion to what is observed in developed countries. However, some of them had specific features, such as retirement and condition of economic activity. In Brazil, one must consider that some retired people still work and, therefore, also migrate in search of better working conditions and pay.

In order to construct the profiles we used a methodology known as Grade of Membership - GoM, and data from the National Census of 1991 and 2000. The GoM is a multivariate technique that aims to simplify the interpretation of a phenomenon through the creation of profiles that summarize the relationship of a set of variables on each element of the sample. Unlike most clustering methods, it is not considered that the elements are organized into well defined profiles, i.e. that an observation belongs or does not belong to a group with certain attributes. The GoM outlines extreme profiles of individuals and determine degrees of membership of each individual in relation to such profiles. The extreme profiles are

generated from the association not observed among the variables and represent the most frequent types in the population. These profiles are reference groups that, in general, contain unique characteristics in the population. Due to the heterogeneity of the sample, most individuals differ in some degree of "pure types". From the degree of membership of each element of the sample to extremes profiles, we can create "mixed types" of individuals, representing more accurately the heterogeneity of the sample. An exploratory analysis was made, prior to the design of profiles, to understand the behavior of each variable as a basis to build the model.

The profiles show that the size and heterogeneity of elderly migrants was growing between the 1980s and 1990s. In the 1980s there were three profiles of elderly migrants, with half of them being women seeking family reunification and support, and the other two profiles being comprised of men still economically active. In the 1990s, while working men continue to represent nearly half of the migrants, we found new profiles of women migrants, in addition to the women that migrated seeking support and family reunion. These new profiles were characteristic of women migrating to accompany spouses and other family members. Based on the profiles of elderly migrants, we can infer that there is a divide between movements typically "voluntary" and others, typically "necessary." The profiles of younger and wealthier migrants, who lived alone or with a spouse and who were still economically active, approach the first type of movement, "voluntary migration". The profiles of older people, widows, poor and that lived in the house of their children, are closer to the other type, migration of "necessity".

It is also important to consider that the consolidation of the demographic transition in the coming decades and population aging in Brazil, elderly migration may become an important issue as well as its impact on families, labor market and health and welfare institutions, both at the places of origin and destination of migration.

1 INTRODUÇÃO

Na busca de explicações para a ocorrência da migração, vários estudos tentam identificar quais características dos migrantes funcionam como estímulos ou barreiras para seus deslocamentos. Verifica-se, com base em análises empíricas, que uma das principais características da migração é sua alta seletividade em relação a alguns atributos individuais (BARBIERI, 2005). Entre estes atributos, um dos que mais afetam a probabilidade de um indivíduo migrar é a sua idade (CASTRO e ROGERS, 1983). Na medida em que envelhecem, os indivíduos entram em fases do ciclo de vida que influenciam sua decisão de migrar ou não. A busca por melhor qualificação, por emprego, renda e melhores condições de vida, por residir junto de familiares e a busca de suporte são alguns exemplos de estímulos, estreitamente relacionados às etapas do ciclo de vida, que muitas vezes culminam em migração (DEJONG e GARDNER, 1981).

Embora a maior parte dos estudos migratórios concentre-se no deslocamento da população economicamente ativa, nas últimas décadas, tem crescido o número de estudos sobre migrações realizadas por outros grupos de indivíduos, dentre eles, os idosos (WALTERS, 2002; NEWBOLD, 1996; LONGINO e BRADLEY, 2006; HASS, 2006). Esses estudos vêm sendo desenvolvidos, em sua maioria, nos países desenvolvidos, que apresentam uma estrutura etária mais envelhecida, pois já encontram-se em uma fase avançada do processo de transição demográfica. No Brasil, estudos dessa natureza são praticamente inexistentes.

Também no Brasil, a migração dos idosos pode ter impactos importantes tanto para as regiões de origem quanto as de destino. Os impactos relacionam-se a questões ligadas à saúde e assistência social, mercado de trabalho, oferta de serviços e mercado imobiliário.

Devido ao avanço no processo de transição demográfica, o envelhecimento da população provavelmente aumentará a participação de idosos nos movimentos populacionais nos próximos anos. Além disso, a transição demográfica também é

acompanhada de um processo de transição da mobilidade (ZELINSKY, 1971) que altera o padrão migratório das sociedades à medida que se modernizam, o que pode culminar em um aumento na participação dos idosos nos movimentos migratórios. Assim, as consequências dessas migrações para a sociedade brasileira podem ganhar cada vez mais relevância nos próximos anos.

Essa tese busca, através de um estudo de caso, analisar as características dos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais nas décadas de 1980 e 1990. Serão considerados como idosos os indivíduos que tinham 60 anos ou mais de idade ao migrar. Embora não possamos extrapolar as conclusões para as migrações de idosos no Brasil como um todo, as migrações de São Paulo para Minas Gerais foram, em termos de volume, um dos principais fluxos migratórios interestaduais do País no período e apresentavam um percentual crescente de idosos entre os migrantes em geral (IBGE, 1991 e 2000). Estudos futuros poderão confirmar se esse padrão também é verificado em outros fluxos migratórios internos do País.

A hipótese principal da tese é que as transições ocorridas ao longo da vida diferenciam os idosos em perfis específicos de migrantes. A análise das características individuais desses migrantes possibilitará o delineamento de perfis de migrantes e, conseqüentemente, o conhecimento dos tipos de idosos que realizaram essas migrações. A literatura internacional sobre migração de idosos destaca que a heterogeneidade encontrada entre indivíduos desse grupo populacional culmina em diferentes perfis de migrantes (WALTERS, 2002). Com esse trabalho, esperamos demonstrar que as variáveis destacadas na literatura também diferenciam os migrantes idosos no Brasil, apesar de apresentarem um comportamento específico em nosso País. Assim, o comportamento esperado das variáveis selecionadas infere que essas variáveis também diferenciarão os migrantes estudados em perfis específicos, relacionados às etapas do ciclo de vida dos idosos.

As análises serão feitas com base nas informações de migração de última etapa dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 do IBGE. Embora essa seja uma fonte de dados rica em termos de características individuais e domiciliares, ela não nos possibilita comparar a situação do indivíduo antes e depois de migrar. Por isso, não temos como comprovar quais foram os determinantes da migração. Sendo

assim, a estratégia será a criação de perfis de migrantes para podermos classificá-los em tipos específicos e sabermos quais aspectos estão associados a cada um desses tipos. Também faremos uma comparação entre os emigrantes e os mineiros que residiam em São Paulo e não retornaram para Minas (não-migrantes), assim como entre os migrantes não-idosos, para saber em que medida eles se diferenciam.

As variáveis utilizadas serão selecionadas com base na revisão da literatura sobre migrações em geral e também sobre migração de idosos, apresentadas nos capítulos iniciais da tese.

A metodologia para a construção dos perfis de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais será o Grade of Membership – GoM. Os resultados são confrontados com as tipologias desenvolvidas em outros contextos, também descritos na revisão de literatura. Com isso, será possível saber em que medida a migração desses idosos diferencia-se ou aproxima-se daquela que ocorre em outros países.

Verificamos que o volume e a heterogeneidade dos migrantes idosos foi crescente no período analisado e os perfis criados foram distintos entre si. Há evidências de que alguns idosos migraram em busca de suporte e reunião familiar, enquanto outros ainda trabalhavam e migraram motivados por questões como emprego e aposentadoria. Na década de 1980, havia três perfis de migrantes, sendo que metade eram mulheres em busca de reunião familiar e suporte e a outra metade englobava dois perfis de homens ainda ativos economicamente. Já na década seguinte, embora os homens trabalhadores continuassem representando quase a metade dos migrantes, também haviam perfis de mulheres em busca de reunião familiar e suporte e também surgiram novos perfis de mulheres, que migraram acompanhando o cônjuge e outros familiares.

A tese está organizada nos seguintes capítulos, além dessa introdução. O segundo capítulo, que serve de introdução à literatura sobre migração, destaca a maneira como a seletividade da migração é tratada nas abordagens econômicas e sociais dos estudos sobre migrações. Também apresentamos estudos que

tratam especificamente da seletividade da migração em relação à idade e ao sexo. Esse capítulo é o primeiro referencial teórico da tese.

O capítulo 3 discute a literatura que trata exclusivamente da migração de idosos. Apresentaremos os principais atributos individuais apontados como estímulos para essa migração e também trabalhos que investigam perfis de migrantes idosos. Além disso, apresentamos estudos que mostram como as variáveis apontadas como estímulos para a migração de idosos comportaram-se no Brasil nos últimos anos. Juntamente com o capítulo anterior, esse capítulo irá completar o referencial teórico da tese, de onde serão extraídas as variáveis utilizadas e as hipóteses (expectativas) quanto ao seu comportamento.

No capítulo 4 fazemos um análise do padrão migratório brasileiro nas últimas décadas, com base na revisão de estudos sobre migrações no Brasil. Esse capítulo tem como objetivo servir de “pano de fundo” para as análises desenvolvidas mais à frente. Também apresentamos um breve ensaio, de caráter sintético, tentando mesclar os principais pontos destacados pelas teorias de migração com o padrão migratório atual do Brasil.

No quinto capítulo apresentamos a base de dados utilizada, as estratégias de análise e apresentaremos o método GoM, que será utilizado para a construção de perfis de migrantes. A grande diferença desse método em relação a outras técnicas de análise multivariadas é que, por ele, os indivíduos não necessitam pertencer inteiramente a um determinado perfil. Sendo assim, temos a possibilidade de analisar a heterogeneidade da nossa amostra, sem que os indivíduos sejam classificados em categorias rígidas e pré-determinadas

O Capítulo 6 apresenta os resultados encontrados. Primeiramente, apresentaremos os dados referentes à análise descritiva das características individuais dos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais, com base nos dados dos Censos de 1991 e 2000. A partir desses resultados, já poderemos definir algumas características desses migrantes como a estrutura etária, nível de renda e atributos como deficiência, viuvez e nível de atividade. Também será possível conhecer a estrutura domiciliar dos migrantes e a sua participação na renda do domicílio. Em seguida, serão apresentados os resultados da aplicação do GoM para os migrantes idosos em cada década. Nesse mesmo capítulo, os

resultados encontrados serão confrontados com a literatura apresentada nos capítulos anteriores e com as hipóteses construídas.

Com base nesses resultados, no último capítulo serão expostas as conclusões da tese.

Devido ao fato da base de dados utilizada ser os censos demográficos de 1991 e 2000, só poderemos conhecer o padrão atual de migração de idosos em estudo futuros, principalmente após a divulgação do Censo 2010. Entretanto, essa análise possibilita a construção de uma primeira referência sobre as migrações de idosos no Brasil, que poderá facilitar o entendimento dos padrões de migração da próxima década, ao compararmos os resultados aqui descritos com os que serão publicados nos próximos anos.

2 MIGRAÇÃO E SELETIVIDADE

Neste capítulo fazemos uma discussão das principais teorias desenvolvidas para o estudo das migrações. O objetivo é explorar os pressupostos teóricos existentes em cada abordagem, especialmente os alusivos às causas e aos estímulos dos movimentos migratórios. Damos destaque especial à seletividade migratória, tanto no que se refere ao tratamento dado por cada abordagem, quanto na maneira como a seletividade se expressa em relação às características demográficas dos migrantes.

Antes de tratarmos da seletividade específica da migração, precisamos ter claro seu significado demográfico, apontando como essa seletividade relaciona-se a outros componentes demográficos.

Podemos definir “seletividade” como as escolhas e preferências que se dão a algo específico. É uma restrição que se faz a algum sujeito em detrimento de outro sujeito, ou seja, é um processo de diferenciação. Na demografia, a seletividade relaciona-se à ocorrência de um determinado evento demográfico (nascimento, morte, casamento, migração, gravidez entre outros) em indivíduos com características específicas dentro de uma população, ou seja, em indivíduos selecionados entre os demais.

Os componentes demográficos (mortalidade, fecundidade e migração) são seletivos tanto em relação a atributos individuais de caráter biológico, como a idade e o sexo, quanto a aspectos culturais, sociais e econômicos (PRESTON, HEUVELINE e GUILLOT, 2001). A seletividade em relação à idade, por exemplo, é expressa por cada um desses componentes de maneira diferenciada. Enquanto a seletividade etária da mortalidade e da fecundidade tem forte conotação fisiológica (ainda que muito atrelada aos contextos culturais e às condições sociais), a seletividade migratória é basicamente determinada por questões socioeconômicas. DAVIS (1989) chega a afirmar que, ao contrário da fecundidade e mortalidade, a migração praticamente não sofre qualquer constrangimento biológico. Embora, como veremos mais adiante nesse capítulo, a ocorrência de

migração também esteja relacionada à idade, o que o autor enfatiza é o fato dela ser prioritariamente uma expressão social, não condicionado por fenômenos puramente biológicos. Ao invés de um atributo fisiológico, a migração pode ser vista como um reflexo ou manifestação de processos e transformações socioeconômicas a ela subjacentes (MOURA, 1980.)

Tratando da seletividade dos componentes demográficos, o manual de demografia de PRESTON, HEUVELINE e GUILLOT expõe:

“In nearly every population, the rate of occurrence of demographic events varies very sharply with age. (...) In the case of mortality and fertility, this variation mainly reflects age differences in physiological capacity. Age variation in migration rates seems to reflect primarily age differences in economic and social gains from movement.” (PRESTON, HEUVELINE e GUILLOT, 2001, pág. 21).

Na subseção seguinte aprofundaremos essa discussão, apontando a forma como a seletividade migratória é tratada, ou omitida, nas principais teorias sobre migração.

Em seguida, na terceira subseção, trataremos da seletividade migratória com relação à idade, discutindo os padrões etários de migração. A quarta seção destaca a seletividade da migração em relação ao sexo, introduzindo o debate sobre migração e gênero.

Procura-se, através da revisão dessas teorias, estabelecer os primeiros fundamentos teóricos e conceituais da tese, que serão complementados, no capítulo seguinte, por outros elementos extraídos da revisão da literatura específica sobre migrações de idosos.

2.1 A SELETIVIDADE NAS TEORIAS MIGRATÓRIAS

Embora a seletividade migratória não constitua uma teoria *per se*, ela permeia os pressupostos de várias teorias que analisam as migrações (BARBIERI, 2005). São comuns entre as análises de migração frases como “dado que a migração é seletiva” e “natureza seletiva da migração”. Essa seção apresenta o modo como a

seletividade da migração em relação aos atributos individuais é tratada pelas principais abordagens teóricas desenvolvidas para a análise migrações.

Devemos ressaltar que as teorias apresentadas focam especificamente na migração, entendida como a mudança permanente de residência entre duas unidades territoriais estabelecidas. Embora essa possa ser uma limitação desses estudos, ela é pertinente dado que essa tese também trata de migração e não de outras formas de mobilidade. Embora algumas dessas abordagens também sejam utilizadas para explicar as migrações entre países, daremos destaque à sua aplicação para as migrações internas, como as análises dessa tese.

2.1.1 Estudos clássicos de migração

Ravenstein, no século XIX, e Lee e Zelinsky, no século passado, são autores clássicos no estudo sistemático das migrações (RAVENSTEIN, 1889; LEE, 1966; ZELINSKY, 1971). Embora não sejam os únicos de seu tempo a estudarem esse tema, o que importa para nós em seus trabalhos é o fato de terem abordado de maneira direta a seletividade das migrações.

Ravenstein, que no final do século XIX buscou elucidar o sentido das migrações com base em “leis que pareciam governá-las”, destacou explicitamente o caráter seletivo da migração. Em seu trabalho, a questão econômica foi tida como o principal motivo para a ocorrência da migração, traduzida na “busca de trabalhos mais remuneradores e atraentes” (RAVENSTEIN, 1980, pág. 43¹). O destaque dado à seletividade aparece principalmente em relação ao sexo. Por exemplo, com base em dados dos Recenseamentos Gerais do Reino Unido de 1871 e 1881, o autor verificou que as mulheres migravam mais do que os homens em curtas distâncias, embora houvesse preponderância de homens entre os migrantes de longa distância. Essas observações levaram-no a propor como “lei” o fato de que as mulheres migram mais do que os homens.

¹ As versões utilizadas dos textos de LEE e RAVEINSTEIN foram extraídas da tradução do original feita por Helio Moura em MOURA, H. A. (org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, 1980

Em outro trabalho, Everet Lee propôs, em 1966, um modelo de análise das migrações denominado “modelo *push-pull*”, em que aprofunda os conceitos e tipologias definidos por Ravenstein. Neste modelo, a migração ocorre devido a fatores de expulsão e de atração presentes nos locais de origem, de destino e sofre impacto de obstáculos intervenientes. O autor pondera que alguns desses fatores afetam pessoas distintas de maneira distinta. Surge daí a afirmação de que as migrações são seletivas.

“As migrações são seletivas em razão das pessoas responderem de forma diferente à série de fatores positivos e negativos prevaletentes nos locais de origem e de destino, terem capacidades diferentes para superar as séries de obstáculos e diferenciam-se entre si em termos dos fatores pessoais.” (LEE, 1980, pág. 111)

LEE dá muita ênfase à questão da seletividade migratória, chegando a afirmar que, dado que os migrantes não constituem uma amostra aleatória da população, mas sim indivíduos com características pessoais específicas que respondem de maneira diferente a estímulos e obstáculos, “seria impossível, portanto, que as migrações deixassem de ser seletivas.” (LEE, 1980, pág. 111).

BILSBORROW (1984), em um trabalho sobre a construção de amostras em pesquisas populacionais, destaca que o migrante normalmente é um elemento raro na população, reforçando a noção da natureza seletiva das migrações. Segundo o autor: “we will normally find only a small proportion of the population to be migrants” (op. cit., pág. 100). Esse é um dos motivos de porque, nos estudos empíricos de migração como no caso dessa tese, os recortes espaciais são relativamente agregados.

Ao definir “fatores pessoais” que determinam o processo de seleção de migrantes, LEE descreve aspectos como sensibilidade pessoal, inteligência, nível de conhecimento, informação, contatos pessoais e personalidade. A “força” que os estímulos e obstáculos exercem sobre os indivíduos irá depender, em grande medida, do momento da vida que está sendo vivenciado pelo indivíduo, ou seja, da “etapa do ciclo vital” (LEE, 1980, pág. 102). As migrações são tratadas por ele como “rites de passages”.

“As crianças estão ligadas à residência familiar pela necessidade de cuidado e de subsistência, embora, à medida que se tornam maiores, alcancem idades nas quais é costume cessar uma etapa

de desenvolvimento para que tenha início uma outra. Tais ocasiões são a descontinuidade na educação, o ingresso no contingente economicamente ativo, ou a aposentadoria. O matrimônio também representa mudança semelhante no ciclo vital, como também sua dissolução, seja por divórcio, seja pela morte do cônjuge.” (LEE, 1980, pág. 103).

Fica clara, pela passagem acima, a importância dada pelo autor à relação entre migração e idade e a ligação da migração às etapas do ciclo de vida, o que será explorado com mais detalhes adiante. Segundo essa perspectiva, à medida que a idade avança, o indivíduo vai atravessando etapas do ciclo de vida que alteram suas preferências quanto à localização domiciliar e, conseqüentemente, estimulam ou inibem a migração.

Embora leve em consideração as características individuais dos migrantes, a abordagem utilizada por LEE aproxima-se mais de uma análise das migrações em nível agregado (macro), pois maior destaque é dado aos fatores inerentes às regiões (origem e destino) onde os fluxos migratórios acontecem. Segundo MASSEY et. al. (1998), embora isso não esteja explícito, a teoria do “push-pull” tem sido normalmente usada em estudos que destacam aspectos puramente econômicos das migrações.

Lee e Ravenstein sofreram diversas críticas quanto à construção de suas teorias. DAVIS (1989), por exemplo, define as leis de RAVENSTEIN e a “Teoria *Push-Pull*” de LEE como uma miscelânea de generalizações com respeito às migrações (op. cit., pág. 249) e não propriamente uma teoria de migração. A questão central, não respondida pelos autores criticados, não é se as regularidades observadas nos fluxos migratórios são verdadeiras, mas sim porque devemos esperar que elas aconteçam ou não. MASSEY et al. (1998) também fazem uma crítica à “Teoria Push-Pull” no sentido de que essa propõe o estabelecimento do equilíbrio do mercado de trabalho entre regiões, o que não consideram como uma constatação verdadeira. Contudo, como afirma TOBLER (1995) com relação à Ravenstein, essas críticas muitas vezes refletem uma leitura superficial de seus trabalhos e, segundo o autor, algumas de suas “leis” são extremamente válidas.

Independente da validade e da aplicabilidade das idéias Ravenstein e Lee, seus estudos ainda hoje são muito importantes como ponto de partida para o estudo das migrações e, especialmente no caso dessa tese, por serem os primeiros a

destacar a questão da seletividade em relação a atributos individuais dos migrantes.

Por fim, entre os estudos clássicos de migração, destacamos o trabalho de Zelinsky publicado em 1971, denominado "*The Hypothesis of the Mobility Transition*" que trata do processo de "Transição da Mobilidade" que ocorre paralelo à Transição Demográfica². Segundo o autor, à medida que a sociedade se moderniza, há uma alteração na intensidade e na forma da mobilidade espacial, ou seja, altera-se o volume e no padrão da migração. A modernização impacta na frequência, duração, periodicidade, distância e, no tocante à seletividade migratória, na categoria de migrantes (op. cit., pág. 222).

Na primeira fase da Transição da Mobilidade, em que vigora uma sociedade tradicional, denominada "pré-moderna", há pouca mobilidade dos indivíduos. Na segunda fase, que representa o início do processo de modernização, há uma migração intensa das áreas rurais para as cidades e para as regiões de fronteira econômica. Nessa fase, os trabalhadores mais qualificados migram das regiões mais desenvolvidas. Na terceira fase, que representa o final do processo de modernização, há uma diminuição da intensidade dos fluxos migratórios, embora o padrão seja mantido. Na quarta fase, que representa a sociedade moderna, observa-se uma alta mobilidade populacional, sendo que a migração predominante é entre as áreas urbanas. Há uma migração dos trabalhadores menos qualificados das regiões menos desenvolvidas, e uma intensificação da migração internacional dos trabalhadores mais qualificados. A quinta fase, que o autor denomina de "sociedade futura" (pós-moderna), exhibe uma queda da migração, devido ao aumento das facilidades de comunicação e transporte. Ao mesmo tempo, surgem novas formas de mobilidade, com destaque para os movimentos intraurbanos, ao mesmo tempo que passa a haver um controle político sobre a mobilidade.

Nota-se que, em paralelo à conclusão da Transição Vital (Demográfica) a sociedade denominada de "futura" é tipicamente uma sociedade com alta

² ZELINSKY (1971) refere-se à Transição Demográfica como uma transição ligada a eventos vitais, ou seja, nascimentos e mortes. A transição decorre de variações nos níveis e padrões de fecundidade e mortalidade.

mobilidade e com estrutura etária envelhecida, o que poderia conferir um peso considerável à migração de idosos (embora Zelinsky não trate, de forma devidamente aprofundada, de mudanças nos perfis etários de migração nessas transições).

2.1.2 Abordagens econômicas das migrações

Pode-se considerar como abordagens econômicas os estudos que privilegiam os fatores econômicos como estímulos das migrações, sendo geralmente elaborados por economistas. Existem trabalhos dessa vertente de caráter macroeconômico, que explicam a ocorrência de migração por fatores estruturais como a diferença na oferta e demanda por emprego entre regiões ou as alterações no sistema econômico em que as sociedades estão inseridas, enquanto outros, microeconômicos, tratam das atitudes racionais do indivíduos ligadas à busca, em outras regiões, de emprego, melhores salários ou diversificação de opções e minimização de risco. Em geral, esses trabalhos tem como base teórica modelos “economicistas” ou histórico-estruturalistas.

Segundo a abordagem macroeconômica, a migração ocorre devido a diferenças geográficas na oferta e demanda por trabalho e pelos diferenciais de salário entre as regiões envolvidas. Isso faz com que indivíduos que vivem em regiões com oferta de mão-de-obra abundante e baixos salários migrem para locais com escassez de mão-de-obra e altos salários. Essas idéias remetem-nos à “Teoria do Push-Pull”, onde as migrações ocorrem devido a algum desequilíbrio entre regiões, explicado, nesse caso, pelos salários pagos em cada região.

As migrações são tratadas com base em teorias de crescimento econômico, nas quais a economia passa por um processo de transição, partindo de uma economia agrícola e estagnada para uma economia industrial e em crescimento. Esse é também um estímulo chave para a geração de processos migratórios em abordagens histórico-estruturalistas, como será visto adiante. A questão central nesse processo, segundo RANIS E FEI (1961), é a oferta de trabalho (mão-de-obra). Essa abordagem foi inspirada nos trabalhos de Lewis (1954), que elaborou um modelo econômico de dois setores, posteriormente ampliado por Ranis e Fei,

em que a expansão do setor industrial é estimulada pela mobilização do excedente de mão de obra liberado pelo setor agrícola (LEWIS [1954] citado em RANIS e FEI, 1961).

Segundo DAVIS (1989), os macroeconomistas enxergam a migração como uma fonte alternativa de trabalho (mão-de-obra). Ela é mais um fator de produção, assim como o capital, a terra e a mão de obra local.

Por tratarem basicamente dos fluxos agregados de população, há certa dificuldade em apontar o papel da seletividade migratória nessas teorias. Talvez isso decorra do fato dos migrantes serem visto, nessa abordagem, como indivíduos homogêneos (MASSEY et. al., 1998), o que nos impede de enxergar alguma forma de seleção de determinados indivíduos entre os demais. Devido a isso, embora possamos pensar em alguma forma de seletividade de regiões, a seletividade da migração em relação a atributos individuais não é destacada por essa abordagem.

Na abordagem microeconômica da migração, o foco de análise é o indivíduo. A migração é vista como um processo de escolha racional e também como um investimento pessoal, e ocorrerá sempre que os retornos desse investimento forem justificados. Os indivíduos fazem escolhas com base numa avaliação de custo-benefício da migração e migram quando esperam um retorno líquido, normalmente monetário, do deslocamento, ao longo de um determinado período de tempo. A explicação microeconômica para o perfil etário tipicamente jovem da migração é que o tempo é relativamente longo entre a migração e a aposentadoria. Para HARIS E TODARO (1970), a migração rural-urbana acontece quando há uma expectativa de ganho econômico, que é dado pela diferença salarial entre as regiões de origem e destino. A migração está associada à dinâmica (espacial) do mercado de trabalho, embora, diferentemente das teorias macro econômicas, o foco agora esteja direcionado para o migrante.

Dentro dessa abordagem, mas com uma análise mais detalhada dos mecanismos pelos quais a seletividade migratória opera, a Teoria do Capital Humano também situa a migração em um contexto de investimento em que os indivíduos decidem migrar ou não com base nos custos e nos retornos da migração. A busca por empregos mais qualificados e com maior remuneração, que muitas vezes leva à

migração, necessita de um investimento em si próprio para que o indivíduo esteja qualificado para a nova ocupação e competitivo no mercado de trabalho (SJAASTAD, 1980; BORJAS, 1996). A mobilidade do trabalho é vista em um modelo de equilíbrio. O mercado otimiza a alocação (no espaço) de trabalhadores e firmas, maximizando o valor do produto do trabalho. Os trabalhadores estão continuamente procurando por melhores empregos (salários), enquanto as firmas buscam os melhores trabalhadores (habilidades). Os indivíduos migram visando uma melhor colocação no mercado de trabalho que, uma vez alcançada, aumentará seu valor à medida que aumenta seu “estoque” de conhecimento, experiência e habilidade (BORJAS, 1996). Por isso, a migração é vista como um investimento em capital humano. As pessoas movem-se para locais onde elas possam ser mais produtivas, de acordo com suas habilidades pessoais.

Um diferencial entre a abordagem do Capital Humano e as outras abordagens microeconômicas é o reconhecimento de que os benefícios da migração ocorrem em um período de tempo limitado, o que faz com que a migração decline com o tempo e, por isso, exiba um padrão etário definido. A seletividade da migração em relação a características pessoais aparece aqui de maneira explícita. Os migrantes não são selecionados aleatoriamente na população de origem. Variáveis como idade e educação desempenham um papel importante no comportamento migratório (BORJAS, 1996). Isso decorre do fato do ganho líquido com a migração depender do período de tempo em que o indivíduo pode usufruir dos benefícios do “investimento migratório”. Indivíduos mais jovens têm maior probabilidade de migrar porque o retorno ao investimento será maior a longo prazo. Os que possuem maior qualificação (educação) também são propensos a migrar para locais onde há maior valorização de suas habilidades. Segundo BORJAS (1996), os fluxos migratórios apresentam uma composição específica em termos de qualificação dos migrantes, que podem ser mais qualificados (seletividade positiva) ou menos qualificados (seletividade negativa), dependendo dos diferenciais de remuneração da qualificação entre os locais de origem e destino.

A probabilidade migratória declina sistematicamente ao longo da vida produtiva, ou seja, a migração entre os trabalhadores mais velhos é menor do que entre os mais jovens (BORJAS, 1996). Contudo, segundo SJAASTAD (1980), quando

atingem o final do período de atividade e aposentam-se, os indivíduos podem retornar para suas comunidades de origem, migrando mais uma vez.

Além da análise do comportamento individual, as Teorias do Capital Humano destacam a importância do domicílio/família como unidade de decisão da migração. Enquanto nos trabalhos em que a unidade de análise é o indivíduo haja uma valorização imprescindível das características pessoais dos migrantes e, conseqüentemente, da seletividade migratória em relação a essas características, isso diminui quando muda-se a unidade de decisão migratória do indivíduo para a família/domicílio. Para BORJAS (1991), se a família for tomada como unidade de decisão, a migração irá acontecer apenas quando o ganho econômico agregado da família aumentar com a migração. Busca-se a maximização da renda familiar total, mesmo que a renda individual de um de seus membros seja menor após o deslocamento.

Nesse caso, os indivíduos são tratados como "*tied movers*" ou "*tied stayers*" (MINCER, 1978). *Tied mover* é o indivíduo que, individualmente não maximiza sua utilidade ao migrar mas o aumento na renda associado com a mobilidade do outro familiar mais do que compensa os custos da mobilidade e o declínio da renda. Por exemplo, esses são indivíduos com menor capacidade de adquirir renda do que o cônjuge. A migração ocorre mesmo que para um dos dois o cálculo particular dos ganhos não seja positivo. Já o *Tied stayer* é o indivíduo que não se move dado que os ganhos com a migração não compensam os custos de mover do outro membro da família. A migração não ocorre, mesmo que para um familiar ganho particular da migração seja positivo. Enfim, os custos e benefícios individuais da migração são distribuídos entre os membros da família e a migração só ocorrerá para um lugar onde o ganho da família com o movimento migratório seja maximizado.

A Nova Economia da Migração do Trabalho, também faz uma avaliação econômica da migração, mas apresenta hipóteses diferentes dos modelos apresentados anteriormente. Nessa abordagem, a unidade de decisão migratória é a família/domicílio. Seus membros tomam decisões coletivas visando não apenas maximizar a renda familiar mas também buscar estratégias de proteção ao risco, entre as quais inclui-se a migração de algum de seus membros. A migração é, segundo BARBIERI (2008), uma das estratégias disponíveis de

minimização de risco, condicionadas a fatores como acesso ao crédito e à posse de terra. As famílias tentam controlar os riscos e incertezas (econômicas) via diversificação de atividades produtivas. A migração de seus membros é direcionada para locais onde o mercado de trabalho tem fraca correlação com o que vigora no local de origem (MASSEY et. al., 1998).

Além disso, não é apenas a maximização da renda absoluta que está em questão, já que muitas vezes os domicílios comparam sua renda com um grupo de referência. Os indivíduos buscam “improve the household’s position (in terms of relative deprivation) with respect to a specific reference group” (STARK e TAYLOR, 1991, pág. 1164), o que enfatiza a importância, nessas teorias, da noção de renda relativa.

Como a unidade de análise dessa abordagem é o domicílio, a seletividade da migração fica condicionada às características domiciliares e não individuais. Contudo, segundo STARK e BLOOM (1985), pode haver dentro de cada domicílio uma seletividade com relação às habilidades individuais e ao poder de barganha de cada membro da família. Isso reforça, por exemplo, o papel das estruturas de gênero nas decisões familiares de migração.

2.1.3 Estruturas sociais e migração

Nessa seção, serão descritas as principais idéias das abordagens que não fazem uma valoração puramente econômica dos determinantes das migrações. Elas expandem a noção do migrante como indivíduo racional que age respondendo não só à diferença salarial entre duas regiões, mas que também é influenciado por aspectos sociais e culturais.

Segundo DE JONG e GARDNER (1981), a expectativa de atingir certos objetivos constitui a motivação principal para a migração. Essa ocorre devido ao desejo de indivíduos e famílias manterem ou elevarem sua qualidade de vida. Esses autores desenvolveram um modelo de comportamento migratório de valoração de expectativas, em que figuram questões como riqueza, *status*, conforto, autonomia, parentesco e afiliação. A seletividade migratória aparece quando os autores apontam para os grupos de indivíduos mais suscetíveis a cada um desses

estímulos. Os grupos de potenciais migrantes diferenciam-se devido a características individuais e familiares. Entre as primeiras destacam-se a idade, o sexo, a condição de atividade e o nível de renda. Com relação às características familiares, diferenciam-se segundo as etapas do ciclo de vida familiar. Assim, entre os potenciais migrantes, os jovens preocupam-se principalmente com melhores salários, enquanto as famílias com crianças em idade escolar preocupam-se com a estrutura de serviços das localidades, e os idosos preocupam-se em viver próximos da família e dos amigos (DE JONG e GARDNER, 1981, pág. 53). Há certa interação entre os níveis de tomada de decisão individual e familiar, sendo que a seletividade migratória expressa-se em ambos os níveis.

A intenção de migrar para manter ou elevar a qualidade de vida das pessoas está presente na Teoria das Respostas Multifásicas, apresentada por DAVIS em 1963. Segundo o autor, juntamente com estratégias como o adiamento do casamento, o celibato, o aborto e a contracepção, a migração ocorre em resposta a estímulos sociais e econômicos que levam os indivíduos, baseados na percepção do nível de qualidade de vida, à tentativa de aproveitarem as vantagens decorrentes de oportunidades surgidas com a modernização. Essas respostas são consideradas “multifásicas” à medida que os domicílios podem adotá-las simultaneamente.

Segundo BRETTRELL e HOLLIFIELD (2000), os sociólogos enfatizam que o papel das relações sociais é fundamental para o entendimento das migrações. Embora o foco da análise dos determinantes de migração recaia prioritariamente sobre os indivíduos, os sociólogos também consideram o papel das famílias e de outros grupos sociais.

Nas abordagens histórico-estruturalistas, em lugar de decisões racionais e das estratégias de comportamento individual e familiar, as migrações são condicionadas por processos socioeconômicos e refletem a dinâmica estrutural e espacial desses determinantes (macro) sociais. Dentro dessa abordagem, há uma corrente de cunho marxista que se baseia no fato de que as migrações ocorrem devido às modificações introduzidas na sociedade agrária pela industrialização e, em última instância, pelo modo capitalista de produção. (GAUDERMAR, 1977). É uma análise que tende a interpretar a migração como um projeto coletivo atrelado à organização do capital e do mercado global de trabalho. “Ao contrário da

liberdade de movimento (individualismo), os atores estão sujeitos às pressões econômicas do sistema social contemporâneo” (RESENDE, 2005, pág. 52)

SINGER (1980), por exemplo, trata as migrações como um processo social em que a unidade atuante não é o indivíduo, mas o grupo social em que este se insere. Ele apenas cita que a seletividade migratória pode ocorrer em algum momento.

“Embora o grupo social seja levado, por certas causas estruturais, a migrar, é lógico que nem todos os seus membros o façam de imediato. (...) Há, neste sentido, uma certa seletividade dos fatores de expulsão (...) que pode ser assimilada a uma diversidade de motivos individuais que leva alguns a migrar e a outros não” (SINGER, 1980, pág. 237).

Contudo, a seletividade que transparece nessa corrente é a seletividade de regiões, determinada pela maneira que elas estão inseridas na dinâmica econômica global. Segundo BARBIERI (2005, pág. 30) as regiões *“should be regarded as being highly sensitive to structural changes engendering labor and capital arrangements in the national and international economies.”* As características individuais interagem e subordinam-se a fatores agregados, ligados à estrutura do mercado de trabalho nacional e internacional.

Uma outra vertente destaca o papel das redes sociais nas migrações. Em termos gerais, a rede social reflete a gama de relações pessoais que a pessoa mantém (LITWIN, 1995). Tratando especificamente das redes sociais e da migração, podemos defini-las como conjuntos de laços interpessoais que ligam potenciais migrantes com migrantes de fato e não-migrantes nas áreas de origem e destino, via relações de parentesco, amizade e naturalidade (MASSEY, 1990). Os contatos dos migrantes no local de destino desempenham um papel fundamental da propensão migratória, tanto no nível individual, quanto domiciliar. As redes sociais provêm informações que reduzem o risco da migração. São uma espécie de capital “intangível” (capital social) que os indivíduos/domicílios possuem (TAYLOR, 1986) e que reduzem os riscos da migração.

A ocorrência da migração é atribuída principalmente à busca por trabalho. Dessa maneira, a seletividade pode expressar-se à medida que os retornos do trabalho (salários) são influenciados por características individuais como sexo, idade, educação, habilidades e experiência migratória (TAYLOR, 1986, pág. 155).

Contudo, embora os migrantes tomem decisões baseados em suas características pessoais, a ocorrência da migração está fortemente relacionada à existência e eficiência das redes sociais a que o indivíduo pertence (MASSEY, 1990).

Sendo assim, é o “capital social” que aparece como elemento de diferenciação e seletividade. Os indivíduos pertencentes a determinada rede social são mais propensos à migração, caso essa rede social favoreça o deslocamento, do que indivíduos externos a ela, ou seja, o capital social do indivíduo influencia a sua propensão migratória.

GARIP (2008) vai além na relação entre seletividade e capital social, afirmando que o efeito do capital social do migrante não é uniforme e atua de maneira diferente em cada contexto. Segundo o autor, existem diferentes mecanismos pelos quais o capital social opera e as características individuais dos potenciais migrantes são atributos preditores do seu comportamento migratório. Um exemplo é o fato do indivíduo já ter migrado alguma vez, o que aumenta sua probabilidade de migrar novamente dado que sua experiência anterior reduz os custos e riscos da migração. GARIP (2008) afirma que essa questão desafia o estado de conhecimento atual, ao questionar o fato do capital social não afetar a todos indivíduos de maneira linear. BARBIERI (2005), ao afirmar que quanto mais estabelecida a rede migratória maiores são os fluxos e menor a seletividade de seus membros, também corrobora a idéia de que há uma ligação importante entre redes sociais e seletividade.

Tratando especificamente das redes sociais de idosos IKKINK e Van TILBURG (1999) destacam que, à medida que a idade avança, a rede social do idosos vai sendo constituída de pessoas cada vez mais próximas, como parentes, amigos e vizinhos. Com o avanço da idade, diminuem os contatos superficiais e estreitam-se os laços com os contatos mais frequentes, havendo um recrudescimento da rede social (Van TILBURG, 1992).

2.1.4 Conclusão: reflexões acerca dos estudos de migração

Podemos verificar a diversidade das abordagens teóricas das migrações internas, caracterizada em grande parte por fortes vieses disciplinares. Segundo MASSEY et. al. (1998), os estudos de migração são um conjunto fragmentado de teorias, elaboradas independentemente umas das outras e, muitas vezes, segmentadas por fronteiras disciplinares. Essa fragmentação impossibilita o reconhecimento de interações primordiais entre variáveis importantes, o que acaba levando a uma compreensão teórica incompleta dos movimentos migratórios (MASSEY, 1990, pág. 4).

Uma das principais discordâncias entre os modelos migratórios é sobre o nível adequado de análise (indivíduo, família ou comunidade). Segundo MASSEY (1990), não deveria haver esse tipo de separação uma vez que:

“A decisão migratória é tomada conjuntamente pelos membros da família, dentro do domicílio, e esta decisão é afetada pelas condições socioeconômicas locais, que por sua vez são afetadas pela estrutura política, social e econômica nacionais e internacionais, sendo que todas essas relações interconectam-se ao longo do tempo” (MASSEY, 1990, pág. 5).

Há, segundo BRETTELL e HOLLIFIELD (2000), um “canyon profundo” entre os cientistas sociais que estudam os aspectos macro e micro das migrações. BARBIERI (2007) defende a mudança do que ele chama de “visão atomística”, que privilegia a análise do indivíduo, para uma abordagem multiescalar, em que o domicílio ou a família seja a unidade privilegiada de estudo.

É certo que, quanto menor o nível de análise, mais destacadas serão as características individuais e maior será a relevância dada ao papel da seletividade migratória. Contudo, se compartilharmos da opinião de que a decisão migratória ocorre em um ambiente em que múltiplos níveis operam simultaneamente, podemos concluir que, qualquer que seja o motivo real que culminou em migração, ele foi permeado por características individuais que levaram alguns indivíduos a migrar, enquanto outros permaneceram. Sempre que o debate situa-se em torno da questão de “quem se move”, a questão da seletividade torna-se central.

É importante termos em mente essa noção de que as migrações são seletivas, dado que trataremos da migração de idosos, o que por si só remete-nos a uma idéia de seletividade, a seletividade em relação à idade. Como veremos mais adiante, diversas variáveis atuam conjuntamente, diferenciando os migrantes na população e culminando com perfis migratórios específicos.

Ademais, o destaque dado à seletividade da migração depende da unidade privilegiada de análise de cada abordagem teórica, conforme demonstrado no QUADRO 1.

QUADRO 1 - Fatores determinantes da seletividade migratória e unidades de análise por abordagem teórica dos estudos de migração

Abordagem	Unidade de análise	Fatores determinantes da seletividade
Estudos Clássicos	Regiões	Atributos demográficos / Fatores pessoais
Micro-econômica/ Teoria do Capital Humano	Indivíduo/Domicílio	Idade, educação e qualificação profissional
Macro-econômica	Regiões	Distribuição dos fatores de produção
Valoração social	Indivíduo/Domicílio	Atributos demográficos / Fatores pessoais / relações de gênero
Redes Sociais	Grupos	Pertencimento a rede / Atributos individuais
Histórico-estruturalistas	Regiões	Processos socioeconômicos

Fonte: Elaboração própria com base nos trabalhos consultados e citados ao longo do capítulo

As abordagens que focam a análise nos indivíduos e domicílios tendem a tratar da seletividade de maneira explícita, enquanto as abordagens cuja unidade de análise são as regiões não levantam essa questão.

As exceções são Ravenstein e Lee, não associadas a um corpo teórico específico, e que tratam dos aspectos regionais, mas não deixam de considerar a seletividade da migração em relação aos atributos individuais. A abordagem microeconômica destaca o papel da seletividade, principalmente em relação à idade e à educação, embora não considere a heterogeneidade entre os indivíduos

em termos de níveis de habilidade e atitude. A seletividade permeia os pressupostos da Teoria do Capital Humano e, dentro do processo de barganha intra-domiciliar, da Nova Economia da Migração do Trabalho. Já as abordagens contextuais e estruturais enfatizam a importância dos processos agregados e as diferenças espaciais na distribuição dos fatores de produção como terra, trabalho e recursos naturais, não levantando aspectos individuais.

Por fim, cabe destacar que todas as abordagens apresentadas enquadram-se no que foi chamado por DAVIS (1989) de “visão liberal das migrações”, no sentido de que os migrantes são considerados como indivíduos relativamente livres, que migram por vontade ou necessidade, mas nunca de maneira forçada. Contudo, em muitos períodos da história do homem, a escravidão, as guerras, as disputas étnicas e religiosas, os problemas ambientais e os grandes projetos de engenharia, citando apenas alguns contextos, provocaram os deslocamentos de milhões de refugiados (VAINER, 2001). Esses também podem ser considerados como uma categoria de migrantes. Entretanto, as teorias aqui discutidas não dão conta desse tipo de migrante, assim como a seletividade migratória expressa-se de maneira totalmente diversa nesses deslocamentos. Como essa migração não será tratada na tese, a literatura a esse respeito não será analisada.

2.2 SELETIVIDADE MIGRATÓRIA EM RELAÇÃO À IDADE

A idade é uma das principais variáveis que atuam na seleção de migrantes em uma determinada população. Tanto as abordagens econômicas quanto as abordagens sociológicas tratam a idade como um dos principais atributos que estimulam os indivíduos a migrar (ver, como exemplo, BORJAS, 1996 e DE JONG e GARDNER, 1981).

Além das abordagens teóricas, os trabalhos empíricos sobre o tema invariavelmente analisam a relação entre idade e migração. Por exemplo, HEATON, CLIFFORD e FUGITT (1981) analisam as mudanças nos determinantes de migração de jovens e de idosos, destacando os diferenciais específicos para cada grupo etário. RADCLIFFE (1992), que estuda a migração de camponeses peruanos em direção às cidades, mostra que essa migração é

fortemente relacionada à idade. BURES (1987) realiza uma análise da migração de adultos e aposentados com base em um modelo de regressão multivariada e ressalta as diferenças de padrão dos migrantes de cada grupo etário. KALLAN (1993) utiliza modelos de regressão multinível para a análise de migrações de idosos e observou um impacto significativo da idade na migração. GOLGHER (2001) analisa os determinantes da migração para Minas Gerais, com base em análises de regressão, que mostram características bastante diferenciadas quando à idade dos migrantes. MARQUES e RODRIGUES (2006) identificam um efeito significativo da idade para a delimitação de perfis de migrantes idosos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em todos esses estudos, indivíduos com uma determinada idade, como por exemplo os ativos economicamente, migram mais do que os demais. Em suma, a propensão para migrar varia conforme a idade dos indivíduos, atestando a existência de uma seletividade etária da migração.

Em geral, a intensidade de ocorrência dos eventos demográficos varia profundamente com a idade, ou seja, existe um padrão etário de ocorrência desses eventos nas populações. As regularidades observadas nos perfis etários dos componentes demográficos tornam possível sua representação matemática por meio de fórmulas ou gráficos. As principais formulações desse tipo, denominadas modelos etários, foram desenvolvidos para representarem os padrões etários da mortalidade, nupcialidade, fecundidade e migração (PRESTON, HEUVELINE e GUILLOT, 2001).

Os modelos etários de migração foram desenvolvidos de forma mais sistemática por Andrei Rogers e Luis Castro, que tomaram emprestados conceitos utilizados nos modelos de mortalidade e fecundidade. Com base em dados empíricos para diversas regiões, esses autores verificaram que as taxas específicas de migração por idade – calculadas dividindo-se o número de migrantes em cada idade pelo total de pessoas-ano em cada idade – exibiam persistentes regularidades entre as populações. Logo, essas taxas puderam ser expressas por meio de fórmulas matemáticas e também puderam ser modeladas (ROGERS e CASTRO, 1981).

Conceitualmente, ROGERS e CASTRO (1981) basearam-se na idéia de que as transições ocorridas ao longo do ciclo de vida interferem na propensão migratória do indivíduo. “The most prominent regularity found in empirical schedules of age-

specific migration rates is the selectivity of migration with respect to age” (ROGERS e CASTRO, 1982, pág. 155). Isso decorre da variação das necessidades de localização domiciliar para cada etapa da vida do indivíduo.

A partir do cálculo de taxas específicas de migração por idade para diferentes populações, esses autores constataram que, embora a intensidade (nível) com que os indivíduos de cada população migravam variasse consideravelmente, o perfil (padrão) exibido pelas taxas migratórias por idade, referentes a cada população, apresentava uma persistente regularidade.

O modelo proposto por Rogers e Castro é composto por quatro componentes fundamentais. O primeiro deles, localizado nas primeiras idades, foi denominado de componente pré-laboral. O segundo, referente às idades mais produtivas, foi chamado de componente laboral e o terceiro componente, localizado nas idades próprias da aposentadoria, foi denominado de pós-laboral. O quarto componente relaciona-se ao nível ou intensidade da migração de cada população (ROGERS e CASTRO, 1982). Aos três primeiros componentes estão relacionados “picos migratórios”, referentes às etapas do ciclo de vida que os indivíduos atravessam e que aumentam ou diminuem sua propensão à migração. O primeiro pico migratório exibido no modelo, encontrado nos primeiros anos de vida, refere-se à migração de crianças que acompanham os pais. O segundo pico migratório, relativo ao início da idade adulta, é o mais intenso e refere-se aos deslocamentos motivados pela busca de emprego e renda. O terceiro pico migratório, menos pronunciado que os primeiros, localiza-se nas idades mais avançadas e está relacionado à migração pós-aposentadoria. Após este pico, pode haver uma recuperação nas taxas migratórias, explicada pelo aumento contínuo das migrações de idosos em busca de assistência, à medida que a idade avança.

A versão básica do modelo pode ser estimada a partir de 11 parâmetros, que irão determinar a localização na escala etária de cada um dos componentes, além de sua intensidade e curvatura. As relações existentes entre esses parâmetros trazem informações sobre a ligação entre a estrutura migratória e a estrutura familiar da população (ROGERS e CASTRO, 1982). A relação entre o pico laboral e o pico pré-laboral, por exemplo, informa se a migração predominante em determinada população é familiar (pouca diferença entre parâmetros que determinam esses picos) ou não familiar (muita diferença entre os parâmetros)

(ROGERS E CASTRO, 1984). Em um estudo de caso, ROGERS e CASTRO (1983) verificaram que os fluxos migratórios direcionados para grandes cidades eram *não-familiares (labor dominant)*, enquanto os fluxos que se originavam dessas cidades apresentavam um padrão de migração familiar.

Em uma aplicação para o Brasil, realizada com base no modelo de ROGERS e CASTRO, AMARAL (2002) analisou as funções de migração com destino ao Distrito Federal e Goiás nas décadas de 1970 e 1980. Segundo ele, os fluxos direcionados ao Distrito Federal apresentavam valores baixos para os parâmetros referentes às migrações das idades mais jovens, relativamente à migração nas idades laborais, indicando um padrão de migração não-familiar. Por outro lado, os fluxos migratórios que se direcionavam para o interior de Goiás, considerado como área de fronteira agrícola, assim como aqueles originados no Distrito Federal, apresentaram um padrão inverso e característico de migração familiar. MACHADO (2005) estabelece curvas etárias de migração conforme o poder de atração ou expulsão das Regiões Geográficas, mostrando que a migração do Nordeste para o Sudeste apresenta um pico pronunciado em torno dos 20 anos de idade, enquanto o fluxo no sentido contrário, além de apresentar um padrão mais envelhecido, possui um pico bem menos pronunciado, que se localiza em torno de 25 a 30 anos de idade.

Dependendo das características de cada população, o número de parâmetros a serem estimados para o ajuste do modelo pode variar entre 7 e 13. Essa variação irá depender do comportamento exibido pela migração dos indivíduos nas idades avançadas. A migração pode caracterizar-se pela existência de um pico nas idades principais de aposentadoria ou de uma elevação contínua a partir dessas idades (ROGERS, 1988). O modelo que utiliza apenas 7 parâmetros é mais adequado quando não há o pico migratório da aposentadoria e nem uma elevação contínua das taxas migratórias nas idades mais avançadas. O que utiliza 9 parâmetros é mais adequado para uma população que não exibe o pico de aposentadoria, mas sim uma elevação contínua das taxas migratórias das idades muito avançadas. Os 11 parâmetros devem ser utilizados quando há apenas o pico de aposentadoria e, no último caso, utilizam-se os 13 parâmetros quando os dois movimentos migratórios são verificados. (ROGERS, 1988).

Com relação à migração de idosos, um alerta deve ser levado em consideração, quanto ao nível de agregação espacial dos dados utilizados. Dados agregados muitas vezes dificultam a observação do pico de aposentadoria, ao passo que fluxos migratórios desagregados, como aqueles que se destinam a locais com clima ameno e para grandes cidades com concentração de serviços sociais e “amenidades”, têm maior chance de exibir o pico migratório de aposentadoria (ROGERS e CASTRO, 1984). Além disso, a distância dos deslocamentos e as características dos migrantes, como sexo e *status* marital, também podem realçar ou ocultar o padrão exibido pelas migrações dos idosos.

JANUZZI (1995) estimou alguns perfis etários de migração por motivo, utilizando dados de uma pesquisa domiciliar realizada em São Paulo no ano de 1993. Seguindo os modelos etários de Rogers e Castro, o autor traça padrões etários de migração com base nos motivos para migrar declarados pelos entrevistados. Com relação ao deslocamento de indivíduos com idade avançada, representados por aqueles que tinham como motivo a aposentadoria, o autor verificou que as taxas de migração eram crescentes a partir dos 40 anos, sendo que o “pico migratório” localizava-se entre as idades de 60 a 64 anos, e era o mais acentuado entre todas as curvas estimadas.

O ajuste de modelos etários de migração traz diversos benefícios para o conhecimento dos movimentos migratórios de uma população, além de servir para a correção de erros nos dados.

“Although the models are intended to be descriptive only, the discovery of empirical regularities across many populations makes it tempting to search for determinants of age variations, and to attribute variation to specific biological or behavioral factors that vary across populations.” (PRESTON, HEUVELINE e GUILLOT, 2001, pág. 191).

Os modelos etários de migração têm sido utilizados, por exemplo, para realizar comparações internacionais entre padrões de migração (ROGERS e CASTRO, 1982), para correção e ajuste de dados incompletos de migração (ROGERS, WILLEKENS e RAYMER, 2003; ROGERS e JONES, 2007), para descrição, suavização e inferência de padrões de migração (RAYMER e ROGERS, 2003) e para identificar e comparar a estrutura etária e espacial dos padrões de migração ao longo do tempo (ROGERS, RAYMER, WILLEKENS, 2002).

Observamos que a relação entre migração e idade presente nos modelos etários de migração baseia-se na adequação da moradia às necessidades de cada etapas do ciclo de vida do indivíduo ou do domicílio/família. Essa relação também serve de base para as análises de migração de idosos, conforme veremos adiante.

No nível individual, as teorias do ciclo de vida baseiam-se na idéia de que, à medida que a idade avança, os indivíduos atravessam determinadas etapas relacionadas a idades específicas (GLICK, 1989). Essas fases da vida como, por exemplo, o casamento, o nascimentos dos filhos, a saída dos filhos do domicílio e a viuvez são comuns a quase todos os indivíduos e têm forte ligação com sua propensão migratória. Uma dessas modificações pode ser o ajuste do tamanho e da localização das habitações o que leva, em alguns casos, à migração. Assim, as crianças necessitam viver em locais que possuem escolas, os adultos em locais com opção de trabalho e os idosos em locais que provêm opções de descanso, lazer e suporte.

Há uma outra abordagem, diferente da anterior, mas que também analisa a evolução dos indivíduos ao longo da vida . Podemos denominá-la de abordagem do curso de vida, numa tradução literal do termo *life course*, presente nos trabalhos que nela se inserem. Sua preocupação direciona-se mais com as trajetórias e transições da vida e em seus efeitos nas vidas individuais, e não com a ordem ou a idade exata em que elas ocorrem.

Ao longo da vida, existem processos que ocorrem em períodos de tempo longos, remetendo ao conceito de trajetória, e também eventos de curta duração, denominados transições (ELDER, 1985). As transições são modificadoras das trajetórias (*turning points*) e estão inseridas nessas, sendo que as últimas dão significado e forma às primeiras (ELDER, 1985 e 1994). Essas transições podem ser consideradas como “marcadores” das etapas do curso de vida. Os temas centrais para dessa abordagem são: a conexão entre a vida do homem e o tempo histórico (contextualização histórica do ciclo de vida de cada coorte); o tempo (*timing*) de ocorrência dos eventos; a interdependência das vidas humanas (relações sociais de parentesco e amizade); e a capacidade (*agency*) de realizar escolhas e opções (ELDER, 1994). Há uma diferença entre as transições que acontecem no tempo socialmente “certo” do curso de vida e aquelas que se dão

antes e depois deste momento. Apesar de algumas transições terem relação estreita com a idade biológica do indivíduo, algumas outras não têm. Segundo MCLANAHAN e SORENSEN (1985), assim como os eventos que ocorrem “fora do tempo”, os eventos cuja ocorrência não possui relação com idades específicas geralmente são inesperados e limitam as estratégias de preparação e suporte. Em teoria, as expectativas com relação à idade especificam o momento apropriado para a ocorrência das principais transições. Como exemplo, vemos que em cada cultura há um momento apropriado para a entrada na escola, para a saída da casa dos pais, para casar, ter filhos e para se aposentar. Os desvios em relação a este momento “usual” acarretam em consequências tanto normativas como demográficas (ELDER, 1985b, pág. 26).

Nessa perspectiva, o envelhecimento não é um processo uniforme e os idosos não são um grupo homogêneo. As experiências dos indivíduos com idades avançadas são fortemente influenciadas pelas experiências obtidas em outras fases da vida e essas diferem significativamente de uma pessoa para outra (SETTERSTEN, 2006). A noção de envelhecimento é mais próxima da noção de trajetória do que de transição. Nesse sentido, o envelhecimento não ocorre “de repente”, e o indivíduo não se torna idoso de uma hora para outra. A heterogeneidade entre os idosos acaba culminando em diferentes perfis de indivíduos nessa faixa etária.

Em síntese, enquanto a abordagem do “ciclo de vida” lida com o avanço do indivíduo pelas fases, socialmente determinadas, que o indivíduo atravessa ao longo da vida, a abordagem do “curso de vida” preocupa-se mais com o impacto das transições em cada indivíduo, sem prender-se à etapas fixas e estritamente vinculadas à idade.

No nível domiciliar ou familiar, essa perspectiva é estendida para os grupos de indivíduos conviventes, como exposto por PERZ (2001), explicando a mobilidade em áreas de fronteira agrícola. As características do domicílio, como composição, idade e sexo dos ocupantes, definem sua estrutura demográfica em um dado momento e, como elas, variam ao longo do tempo, à exceção do sexo. Pode-se dizer que essa estrutura demográfica do domicílio evolui ao longo de seu ciclo de vida. Logo, o ciclo de vida domiciliar pode ser entendido como a série de estágios (demográficos) pelos quais as famílias passam. Segundo PERZ:

"By 'location' of a household's life cycle I refer to a set of demographic characteristics of a domestic group that includes the age of individual members, their collective age composition, and the length of time spent at their present residence. Households that differ in terms of these demographic characteristics occupy different locations along a similar domestic life cycle trajectory." (2001, pág. 160).

O conceito de ciclo de vida domiciliar foi inspirado nos trabalhos de Chayanov. Estudando os camponeses da Rússia no início do século XX, o autor observou que os domicílios continham famílias com diferentes estruturas etárias e que essas famílias cultivavam quantidades diferentes de terra. Ele justificou as diferenças de área cultivada pela razão entre quantidade produzida e consumida dentro dos domicílios, explicada pela quantidade de adultos e crianças residentes. Essa razão entre produtores e consumidores variava ao longo do curso do ciclo de vida domiciliar e, assim, variava a quantidade de terra cultivada. (PERZ, 2001; WALKER et al. 2002).

HAMMEL (2005) ampliou a investigação da razão entre produção e consumo dentro do domicílio para unidades familiares complexas. Enquanto, segundo HAMMEL (2005), Chayanov havia trabalhado com domicílios simples, compostos apenas pelos pais e seus filhos, Hammel trabalhou com domicílios complexos em que os pais, as crianças e os avôs residem no mesmo domicílio por um longo período de tempo. Os filhos casam, as noras vêm morar junto com a família do marido e as filhas saem para casar. Nessa perspectiva, a variação da razão entre produção e consumo pode oscilar até três vezes em cada domicílio, dependendo da razão entre o número de adultos e crianças residentes.

A abordagem do ciclo de vida domiciliar é frequentemente utilizada para a análise de ocupação e uso do solo em contextos similares aos estudados por Chayanov como, por exemplo, o caso da Floresta Amazônica (BARBIERI, BILSBORROW e PAN, 2006).

Assim como no caso ciclo de vida individual, a etapa em que o domicílio encontra-se no ciclo de vida influencia sua demanda por residência, dado seu tamanho e composição e, com isso, altera sua propensão migratória.

2.3 SELETIVIDADE DA MIGRAÇÃO EM RELAÇÃO AO SEXO

Os estímulos à migração de homens e mulheres são substancialmente diferentes, acarretando na seletividade da migração em relação ao sexo. Essa seletividade baseia-se em uma questão de gênero, caracterizada pela diferença nos papéis exercidos por indivíduos de cada sexo na sociedade. Existe uma divisão de responsabilidades, direitos e obrigações entre homens e mulheres, prescritos pelo que MASON (1995) chama de “sistema de gênero”.

O sistema de gênero prescreve um conjunto de expectativas, socialmente construídas, sobre o comportamento de homens e mulheres. A migração, vista como um processo socialmente legítimo, sofre forte influência do sistema de gênero em vigor. “Gender is a basic factor determining the range of options open to individuals, both with regard to migration and to other behavior” (RILEY e GARDNER, 1993, pág. 195).

As diferenças nos fluxos migratórios de homens e mulheres são mostradas desde os estudos de Raveinstein. Podemos afirmar que as relações de gênero estão envolvidas em praticamente todos os aspectos do processo migratório, incluindo as conexões entre os locais de origem e destino, as estratégias de seleção e recrutamento dos migrantes, a razão de sexo exibida pelos fluxos migratórios e a participação no processo decisório de migração (RILEY e GARDNER, 1993).

LAWSON (1988) analisa os determinantes da seletividade da migração em relação ao sexo, com base em estudos de migração na América Latina. Segundo a autora, para compreender esses determinantes, é crucial analisar a dinâmica das relações de poder intra-domiciliares, específicas de cada contexto cultural. Para Lawson, as migrações de mulheres muitas vezes são determinadas pela divisão do trabalho (produtivo e reprodutivo) dentro dos domicílios e também pela segmentação do mercado de trabalho externo ao domicílio. Mais uma vez, as ideologias de gênero determinam os papéis do homem e da mulher em cada contexto social e são a base do comportamento migratório.

O mesmo ponto de vista é defendido por RADCLIFFE (1991), que estuda as migrações de comunidades camponesas do Peru. Segundo afirma a autora, a perspectiva de gênero é a principal ferramenta conceitual para compreendermos

a migração de camponeses. No sistema patriarcal em vigor nessas sociedades o trabalho feminino é sistematicamente desvalorizado e a mulher tem autonomia limitada, além de pouco poder de decisão. As relações de poder internas ao domicílio estão fortemente organizadas em torno de relações desiguais de gênero, que privilegiam os homens e criam uma dependência da mulher em relação a eles. Essa racionalidade está por trás da seletividade da migração em relação ao sexo. "Women leave at younger age than men, make more permanent moves to the cities, and terminate migration upon marriage" (RADCLIFFE, 1991, pág. 137). Nas áreas urbanas, as mulheres são recrutadas como empregadas domésticas, enquanto há maior demanda por homens nos trabalhos agrícolas das zonas rurais. Sendo assim, o homem e a mulher tendem a migrar para locais diferentes, de acordo com as estruturas de mercado de trabalho regionais (RADCLIFFE, 1992). Isso agrava a situação de dependência da mulher, dado que o serviço doméstico é visto como uma tarefa que exige pouca qualificação, classificada como uma atividade "natural" de mulheres e, por isso, muito desvalorizada.

A visão da migração como estratégia domiciliar, estabelecida em critérios de alocação dos membros do domicílio em diferentes postos do mercado de trabalho, como estratégia de minimização do risco, aproxima-se dos pressupostos da Teoria da Nova Economia da Migração do Trabalho. Por essa abordagem, a unidade de decisão migratória é a família e alguns de seus membros são enviados para trabalhar em setores econômicos onde os rendimentos são negativamente correlacionados com a região de origem, ou seja, obedecem a outra lógica de variação (STARK e BLOOM, 1985). Contudo, alguns autores fazem críticas severas a essa abordagem, principalmente no ponto em que ela sugere que existe cooperação entre os membros da família. Segundo LAWSON (1998), existe uma forte conotação de gênero na seleção dos migrantes e, ao invés de cooperação, o que impera no nível intra-domiciliar são relações baseadas em poder de barganha, onde geralmente a mulher sai em desvantagem. A seletividade migratória é uma das expressões das relações de poder internas às famílias.

Devemos salientar o fato da propensão a migrar variar ao longo do ciclo de vida, e sua relação com a questão de gênero. Segundo GUEST (1993), o que determina

a seletividade etária da migração feminina são os papéis condicionados por relações de gênero, que variam, dentre outros aspectos, segundo a idade da mulher e sua posição no ciclo de vida. Por exemplo, nas sociedades tradicionais, as mulheres mais jovens permanecem na casa dos pais até casarem, ajudando nos afazeres domésticos. Ao casarem, vão viver com os maridos, cuidar dos filhos e dos pais idosos. Caso fiquem viúvas, podem mudar para perto dos filhos em busca de suporte. Essas etapas do ciclo de vida alteram sua propensão migratória.

Por fim, devemos destacar o papel da mulher como provedora de suporte à incapacidade, que ganha destaque quando tratamos da migração de idosos. STOLLER e LONGINO (2001) ressaltam que existe uma propensão à migração motivada pelo desejo dos indivíduos de viver próximo da família, o que muitas vezes ocorre quando a saúde começa a se deteriorar. LITWAK e LONGINO (1987), ao tratarem de perfis de migrantes idosos, apontam para a existência de migração entre os idosos que desenvolvem incapacidades crônicas, as quais, por sua vez, tornam difíceis as tarefas diárias. Esse movimento é fortemente determinado pela presença ou não do cônjuge e pelo fato de possuir filhos, por serem esses os cuidadores habituais dos idosos. Essa migração é uma experiência familiar, com forte recorte de gênero. Ela está necessariamente acompanhada de arranjos familiares estruturados para o cuidado do deficiente. Devido à divisão sexual do trabalho, os cuidadores são predominantemente as mulheres e, em muitos casos, mulheres idosas (MEDEIROS e DINIZ, 2004). Em muitos países e também no Brasil, existe a expectativa de que as filhas, e não os filhos, irão cuidar dos idosos (UNITED NATION, 2001). Segundo FERREIRA (2007), o cuidado com o idoso é um papel familiar assumido pela mulher, com predominância de esposas e filhas.

2.4 CONCLUSÃO

Nesse capítulo fez-se uma revisão bibliográfica das principais correntes teóricas que explicam o fenômeno migratório. Buscou-se apontar como a seletividade da migração em relação a atributos individuais é destacada em cada uma dessas abordagens, e em quais delas ela é omitida. Devido à compartimentalização

disciplinar, à fragmentação teórica e à conseqüente variação da escala de análise de cada abordagem apresentada, transparece o fato de que as correntes que concentram sua análise nos indivíduos destacam explicitamente a seletividade da migração, enquanto as abordagens que analisam as migrações em uma escala maior dão menor peso a características individuais em detrimento dos atributos das regiões de origem e destino dos migrantes na seleção de migrantes.

Como as análises a serem desenvolvidas nessa tese focarão nos migrantes e suas famílias/domicílios, os aspectos destacados pelas teorias micro terão maior utilidade para esse trabalho. A seletividade é abordada de outra forma nas teorias macro, como por exemplo, na forma como a distribuição espacial dos fatores de produção influencia diferentes indivíduos a migrar. Por isso, como será exposto no capítulo seguinte, a maior parte dos estudos sobre migrações dos idosos destaca o papel da seletividade migratória em relação a características individuais e, assim, as teorias que tocam diretamente nesse ponto serão importantes para a análise desenvolvida e o método de delineamento de perfil utilizado.

Ainda com relação a seletividade, dois aspectos recorrentemente tratados nos estudos da migração dos idosos são a idade e o sexo dos migrantes. Devido a isso, nesse capítulo também foram revisados trabalhos que tratam da seletividade da migração em relação à idade, com destaque para os modelos etários de migração e as abordagens do ciclo de vida individual e domiciliar, além dos estudos que tratam da seletividade da migração em relação ao sexo.

Assim, esse capítulo, acrescido às teorias específicas sobre migrações de idosos apresentadas no capítulo seguinte, formam a base teórica da tese.

3 MIGRAÇÃO DE IDOSOS

A migração de idosos é um fenômeno que vem ganhando importância crescente nas últimas décadas em diversos países, devido, principalmente, ao envelhecimento demográfico. Dentre os principais estímulos para a migração de idosos, segundo a literatura consultada, destacam-se a aposentadoria e as questões relacionadas à saúde e à estrutura familiar (BIGGAR, 1980; BURES, 1997; CHEN e WILMOTH, 2004; CHOI, 1996). Além disso, vários estudos dão destaque a aspectos como vontade de residir em locais que apresentam "amenidades", como clima agradável, baixa criminalidade e menor custo de vida (ANDERSON, 2002; LAW e WARNES, 1976; NEWBOLD, 1996). Diferente dos principais estímulos atribuídos à migração da população mais jovem, esses fatores extrapolam a busca de emprego e renda e relacionam-se às etapas do ciclo de vida típicas de idades avançadas.

O modelo etário de migração de Rogers e Castro destaca dois pontos em que há um aumento da migração entre os idosos. O primeiro situa-se nas idades típicas de aposentadoria e o segundo nas idades muito avançadas (ROGERS e CASTRO, 1984).

Essas migrações relacionam-se às transições que ocorrem ao longo do ciclo de vida dos indivíduos ou domicílios, e levam a mudança nas preferências residenciais que podem levar à migração, quando a necessidades de (re)ajuste do espaço ou custo de moradia ou a necessidade de rearranjo na estrutura domiciliar força a mudança para outra localidade.

Além disso, as características das localidades envolvidas nos fluxos migratórios de idosos são destacadas, na literatura internacional, como fatores importantes na determinação desses fluxos. De maneira geral, os locais que possuem um clima ameno, baixo custo de vida e elevados gastos públicos com saúde são tidos como atrativos para os migrantes idosos, enquanto locais com características opostas configuram-se como as principais regiões de origem desses fluxos (NEWBOLD, 1990; KALLAN 1993; KING, WARNES, e WILLIAMS, 1998).

Segundo WALTERS (2002), que faz uma ampla revisão da literatura sobre migração de idosos, as abordagens relacionadas ao ciclo de vida destacam a importância de eventos como aposentadoria, início de incapacidade funcional e arranjos domiciliares como fortes estímulos a essas migrações. Há vários trabalhos dedicados à relação entre migração de idosos com aposentadoria (BURES, 1997; ANDERSON, 2002; BENNETT, 1993; HASS, 2006), incapacidade (CHOI, 1996; CHEN e WILMOTH, 2004) e arranjos domiciliares (BOYD, 1991; DEVOS e HOLDEN, 1988; WILMOTH 2001), além de estudos que elaboram tipologias combinando esses e outros atributos (WISEMAN e ROSEMAN, 1979; LITWAK e LONGINO, 1987; WALTERS, 2000). Uma extensão dessas abordagens condiciona os aspectos citados às preferências locacionais. A seletividade em relação aos atributos pessoais é traduzida, então, em padrões espaciais dos fluxos migratórios, dadas as preferências locacionais (BEAN, 1994; LAW e WARNES, 1976; NEWBOLD, 1996).

Cabe destacar que há vários estudos sobre as migrações internacionais de idosos. Os estímulos apontados para essas migrações são semelhantes àqueles relacionados aos movimentos internos. Entretanto, esses trabalhos também tratam de questões como a integração e adaptação às comunidades de destino e as políticas de migração internacional (LONGINO e BRADLEY, 2006; MIGRATION POLICY INSTITUTE, 2006; KING, WARNES, e WILLIAMS, 1998; ANDERSON, 2002; RODRIGUEZ, 2004).

O objetivo desse capítulo é dar embasamento teórico para a construção de uma tipologia de migração de idosos no Brasil. Por isso, serão destacadas as principais variáveis apontadas como determinantes da migração de idoso em outros países, variáveis que serão incluídas nos modelos utilizados na tese. Mostramos também algumas tipologias de migração de idosos, que servirão de referência para a tipologia que criaremos posteriormente. O capítulo está dividido em três seções. A primeira seção apresenta os principais determinantes da migração de idosos segundo a literatura consultada sobre o tema, a saber, a aposentadoria, os níveis de incapacidade e os arranjos domiciliares. A segunda seção mostra as tipologias desenvolvidas para a criação de perfis de idosos migrantes. A última seção apresenta as conclusões, mostrando como os estudos sobre as migrações de idosos diferem das teorias referentes às migrações da

população em geral, ao enfatizarem a maior importância de fatores de seletividade como o suporte à incapacidade e reunião familiar.

3.1 DETERMINANTES DA MIGRAÇÃO DE IDOSOS

Esta seção descreve, a partir de uma revisão bibliográfica, os fatores de atuação no comportamento migratório dos idosos. Essa revisão da literatura internacional será combinada à discussão sobre os fatores determinantes da aposentadoria e migração no caso brasileiro. Embora nenhum fator isolado leve necessariamente à migração, ele pode apresentar uma nova necessidade ou uma oportunidade que culmina em algum tipo de mobilidade.

3.1.1 Aposentadoria e condições de atividade

A aposentadoria é citada na bibliografia como um dos principais estímulos para a migração de idosos na bibliografia consultada, dado que ela libera o indivíduo da necessidade de residir onde haja disponibilidade de emprego (US CENSUS BUREAU, 2003; WALTERS, 2000; LEE, 1980; ROGERS, 1988). Ela é vista como uma forma de compensação, socialmente instituída, para a perda da capacidade laboral dos indivíduos. Ou seja, é uma política que visa mitigar a perda de renda daqueles que, teoricamente, perderam a capacidade de auferi-la. Nos sistemas previdenciários atuais, a idade avançada é uma das situações em que se presume essa perda. Além disso, ela é uma forma de transferência intergeracional de renda dos indivíduos mais jovens para os mais velhos.

“A seguridade social deve ser entendida como um conjunto de políticas e ações articuladas com o objetivo de amparar o indivíduo e/ou grupo familiar ante os eventos decorrentes de morte, doença, invalidez, desemprego e incapacidade econômica em geral.” (OLIVEIRA et. al., 2004, pág. 411)

O lazer e o descanso são social e culturalmente direcionados para as idades iniciais e finais do ciclo de vida, enquanto nas idades intermediárias a prioridade (social) é o trabalho (SETTERSTEN, 2006).

Segundo QUINN e BURKHAUSER (1994), enquanto os primeiros estudos sobre aposentadoria consideravam a decisão do indivíduo de se aposentar como uma atitude basicamente involuntária, ligada a questões de saúde e a saída do mercado de trabalho por demissão e competição por empregos, os estudos mais recentes enfatizam o peso da questão financeira (benefícios) como o principal incentivo para aposentar-se e, por isso, têm dedicado atenção especial às políticas governamentais de seguridade social

O ponto chave da relação entre aposentadoria e migração é a quebra de vínculo com o local de trabalho. Por exemplo, os recém-aposentados que gozam de boa saúde e boas condições financeiras podem migrar para áreas com clima favorável e com boas opções de lazer, dado que não necessitam mais residir próximo ao local de trabalho (WALTERS, 2000).

BURES (1997) qualifica o período da vida em que o indivíduo começa a desvincular-se do mercado de trabalho de “transição da aposentadoria” (*retirement transition*). Essa transição significa a mudança das preocupações com o trabalho para considerações sobre qualidade de vida, que normalmente acontece próxima ao período de aposentadoria. Embora a maior parte dos estudos concentre-se principalmente nas migrações pós-aposentadoria, a migração em antecipação a esta também pode ser relevante. Por ser um período de transição, há um grupo de migrantes pré-aposentados, que se orientam pela iminência da aposentadoria. Além disso, a autora destaca também outro “tipo de aposentadoria”, que é o fim da etapa da criação dos filhos e que também leva à possibilidade de migração. “The combination for these working life and life course considerations often results in a retirement transition” (BURES, 1997, pág. 116)

Embora a aposentadoria seja um determinante importante para a saída dos indivíduos do mercado de trabalho, para o brasileiro a aposentadoria não significa necessariamente o fim da atividade laboral. Em outros países, o recebimento do benefício, parcial ou integral, é condicionado à saída do mercado de trabalho (OLIVEIRA et. al., 2004) mas, no Brasil, não existe impedimento para que o indivíduo aposentado continue trabalhando, sendo essa uma situação comum. LIBERATO (2003) observou, ao estudar os brasileiros aposentados do sexo masculino residentes em áreas urbanas, que a taxa de atividade foi inclusive crescente entre 1981 e 2001. Essa tendência parece estar se mantendo, pelo

menos nas áreas urbanas, apesar das mudanças pelas quais o Sistema Previdência Social vem passando (QUEIROZ, 2007).

Também devemos destacar que a situação da aposentadoria é diferenciada quando analisamos homens e mulheres separadamente. DANØA, EJRNÆS e HUSTEDA (2005), por exemplo, ao analisarem os condicionantes da aposentadoria na Dinamarca, verificaram que a decisão de aposentadoria dos homens é influenciada principalmente pela renda e pelo estado de saúde, enquanto a das mulheres é afetada pelo nível de educação e por experiências não relacionadas ao trabalho. QUEIROZ (2007) destaca a complexidade do comportamento das mulheres quanto à atividade e à aposentadoria. Devido ao padrão diferenciado de entrada e saída do mercado de trabalho entre homens e mulheres, grande parte dos estudos sobre aposentadoria são feitos apenas com base no comportamento dos homens. Segundo RIOS-NETO e WAJNMAN (1994), o ciclo de vida ativo feminino não é bem definido como o masculino e sofre mais influência de fatores extra-econômicos.

Além disso, os padrões de aposentadoria subordinam-se à condição de atividade dos idosos. QUINN e BURKHAUSER (1994) apontam para a queda na participação na força de trabalho dos idosos nos países desenvolvidos nas últimas décadas. No Brasil, não parece estar havendo um decréscimo do seu nível de atividade nos últimos vinte anos, embora a queda seja significativa de se olharmos um período de tempo maior, como de 1950 a 2000 (WAJNMAN, OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2004; QUEIROZ, 2007). A taxa de atividade dos homens com 60 anos ou mais de idade era bem superior a das mulheres com a mesma idade (WAJNMAN, OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2004). Essa diferença decorre do fato de homens e mulheres terem, ao longo da vida, comportamento distinto no trabalho, chegando à fase idosa com níveis de atividade muito diferenciados. As autoras observam que, além do aumento da participação de idosos na população em idade ativa, devido ao efeito puramente demográfico do envelhecimento populacional, há um aumento da proporção de aposentados entre os idosos ativos economicamente que decorre, principalmente, da ampliação do sistema de cobertura previdenciário que ocorreu após 1988.

Relacionando a situação da aposentadoria no Brasil com o modelo etário de migração de Rogers e Castro, questiona-se se se detecta um pico de

aposentadoria no Brasil. Com afirma ROGERS (1988), a elevação das taxas de migração nas idades em torno da aposentadoria e a conseqüente existência de um “pico migratório de aposentados” não são observadas em todas as populações. Esse fato pode estar ligado, dentre outros aspectos, à existência ou não de uma idade típica de aposentadoria na população. Por isso é necessário que analisemos o padrão etário de aposentadoria brasileiro para compreendermos o padrão de migração de sua população idosa.

A escolha da idade de aposentadoria sofre constrangimentos ligados a questões de saúde, políticas governamentais de aposentadoria e invalidez e existência de planos de aposentadoria em cada sociedade (QUINN e BURKHAUSER, 1994). A idade estabelecida para a aposentadoria é, segundo OLIVEIRA et. al. (2004), um acordo social pois, biologicamente, não existe uma idade exata onde ocorre perda da capacidade laboral. QUEIROZ (2006) observou que, no Brasil, a chance de aposentar cresce suavemente com a idade e que há uma elevação dessa chance entre as idades de 60 e 65 anos. Segundo o autor, entre 1980 e 2000, a chance de aposentadoria mais pronunciado foi exibido na idade de 65 anos, situando-se em torno de 10% da chance de um indivíduo aposentar-se nessa idade. Contudo, o autor pondera que as chances de aposentadoria por idade são relativamente pequenos no Brasil em relação aos países da mais desenvolvidos, onde o chance de aposentar-se chega a atingir 25% em algumas idades. Em outro estudo, em que analisa o padrão de aposentadoria dos homens residentes em áreas metropolitanas, QUEIROZ (2007) também observou que a probabilidade de aposentaria é crescente com a idade. Contudo, ela cresce monotonamente, não exibindo um “pico” de aposentadoria. Isso deve-se, principalmente, ao fato de que muitos desses indivíduos aposentam-se mais cedo do que as idades típicas de aposentadoria, devido ao regime de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição.

Segundo LIBERATO (2003), os aposentados que trabalham são os mais jovens e os que recebem os menores benefícios. WAJNMAN, OLIVEIRA e OLIVEIRA (2004) também observam que quanto menor a classe de renda familiar do idoso, maiores as probabilidades dele estar trabalhando. Isso decorre do fato do rendimento do trabalho dos idosos ser fundamental na composição de sua renda pessoal e familiar. Isso faz com que a condição de atividade e a renda do idosos

sejam determinantes para a configuração do seu arranjo domiciliar. Segundo SAAD (2001), os arranjos domiciliares dos idosos são resultado de decisões tomadas pelas famílias e são altamente influenciados por mudanças no estado conjugal, histórico de ocupação e de atividade, poupança, investimento, migração, habitação e saúde de todos os membros da família. Um dos principais constrangimentos à formação desses arranjos é a questão financeira, e os rendimentos de aposentadoria são um dos seus principais determinantes. Por um lado, a autonomia financeira do idoso permite que ele viva só ou apenas com o cônjuge. Esse é o padrão geralmente observado nas áreas mais desenvolvidas do Brasil (SAAD, 2001). Por outro lado, uma situação financeira menos favorável de outros membros da família pode levar à necessidade de co-residência com os parentes idosos que auferem algum tipo rendimento. Essa situação é comum nas áreas mais pobres do Brasil e intensificou-se após a implementação das mudanças previdenciárias propostas pela Constituição 1988, quando a renda de aposentadoria do idoso tornou-se uma importante fonte de renda familiar em muitas regiões (SAAD, 2001)³.

Segundo WAJNMAN, OLIVEIRA e OLIVEIRA (2004), com base nos dados da PNAD 2002, a renda dos homens idosos constituía 67% da renda das famílias que continham idosos nas áreas urbanas e 69% nas áreas rurais. Já a renda das mulheres idosas representava 31% de suas famílias no meio urbano e 37% no meio rural. A importância da renda do trabalho do idoso para as famílias explica o baixo impacto da Constituição 1988 no que diz respeito ao afastamento dos idosos da atividade econômica. O nível de renda dos aposentados poderá definir se eles vão migrar em busca de “amenidades” ou menor custo de vida. Estudos empíricos mostram que as migrações de idosos com renda elevada têm um padrão espacial específico que, em muitos casos, é independente inclusive do grau de incapacidade do indivíduo (WALTERS, 2000; BENNETT, 1993; CHOI, 1996).

Em resumo, com base na revisão de literatura realizada, vimos que a aposentadoria é tida como um dos principais estímulos à migração de idosos,

³ Além das mudanças previdenciárias, existem também outros programas como o Benefício de Prestação Continuada – BPC.

devido ao fato de liberar o indivíduo para residir em um local diferente daquele em que ele trabalhava. Entre os mais jovens, a busca por trabalho é tida como o principal estímulo à migração. Como consequência, entre os idosos, é justamente o final do período economicamente produtivo que desencadeia um novo processo migratório.

Vimos que a aposentadoria, e conseqüentemente a migração decorrente desta, subordina-se a aspectos sociais, institucionais e culturais, assim como a características individuais como sexo, idade, nível de renda e valor do benefício. Todas essas variáveis apresentam especificidades no Brasil, o que provavelmente vai delimitar o comportamento migratório dos aposentados do País.

3.1.2 Deficiência física e mental

O estudo das condições de vida dos idosos inevitavelmente deve abordar a questão da saúde e, conseqüentemente, deficiência, já que o processo de envelhecimento normalmente vem acompanhado de limitação nas capacidades físicas e, às vezes, cognitivas (MADDOX e CLARK, 1992; MEDEIROS e DINIZ, 2004; NERI e SOARES, 2004). Os idosos constituem uma parcela da população para a qual os níveis de dependência aumentam significativamente, embora alguns vivam com boas condições de saúde e total independência. A idade é, então, um fator demográfico fundamental para a determinação da saúde na velhice e os problemas de saúde tendem a aumentar e se agravar com o seu avanço (ALVES, LEITE e MACHADO, 2008).

É necessário diferenciar os termos “deficiência”, “incapacidade” e “invalidez”. Segundo GARBINO e STUMP (2003), “deficiência” é entendida como os distúrbios causados por danos aos tecidos e estruturas. Já “incapacidade” remete à noção de função ou capacidade de realizar algo. Por fim, o termo “invalidez” sugere a perda completa ou restrição do cidadão em sua vida socioeconômica, comparada aos outros membros da sociedade. Enquanto “deficiência” remete-nos a um defeito físico, “incapacidade” liga-se à impossibilidade de realizar tarefas e “invalidez” à perda de uma função social.

Uma das questões mais importantes para o estudo da migração de idosos é a crescente dependência física e, conseqüentemente, a possibilidade de mudança de domicílio em busca de suporte. Faz-se necessário então investigar a relação entre envelhecimento e deficiência física e mental. Conforme MEDEIROS e DINIZ (2004), a deficiência é uma definição complexa, socialmente determinada, que não necessariamente significa algum tipo de incapacidade. Enquanto o conceito médico aproxima a palavra deficiência da idéia de lesão, a abordagem social relaciona deficiência à inabilidade de realizar atividades de cuidado pessoal e de manter relações inter-pessoais, inabilidade essa que é fruto da não adaptação da sociedade à deficiência e que leva o indivíduo que a possui a ser considerado deficiente.

“... a deficiência é uma experiência resultante da interação entre características corporais do indivíduo e as condições da sociedade em que ele vive, isto é, da combinação de limitações impostas pelo corpo com algum tipo de perda ou redução de funcionalidade (“lesão”) a uma organização social pouco sensível à diversidade corporal.” (MEDEIROS e DINIZ, 2004, pág. 108).

Vemos que os autores atribuem o conceito de deficiência tanto ao que GARBINO e STUMP (2003) chamam de deficiência física, como de incapacidade de realizar tarefas.

A sociedade organiza-se de maneira a “permitir” ou não a participação e a inclusão do deficiente. Um ambiente hostil pode fazer com que limitações leves na funcionalidade corporal torne-se uma incapacidade severa. Por isso, incapacidade remete-nos à dimensão social de saúde, ou seja, à capacidade dos indivíduos realizarem suas expectativas quanto ao cuidado pessoal e desempenho de papéis sociais (MADDOX e CLARK, 1992). Essa inabilidade para realizar algumas tarefas implica em dependência e perda de autonomia.

A capacidade funcional é afetada por diversos fatores e experiências vividas ao longo do ciclo de vida. Devido a isso, os idosos são um grupo bastante heterogêneo e apresentam características bastante peculiares (CHEN e WILMOTH, 2004). Em um estudo onde buscaram determinar os perfis de saúde de idosos no Brasil, ALVES, LEITE e MACHADO (2008), usando o método Grade of Membership, concluíram que a capacidade funcional foi a grande definidora dos perfis estimados de idosos.

A experiência da deficiência e da incapacidade é familiar, dado que vem acompanhada de arranjos estruturados pelos parentes para o cuidado do deficiente. Devido à divisão sexual do trabalho, os cuidadores são predominantemente as mulheres e, em muitos casos, mulheres idosas (MEDEIROS e DINIZ, 2004). Os filhos e, principalmente, as filhas também estão entre os principais provedores de suporte ao idoso dependente. Isso demonstra a importância do contexto social formado pela unidade doméstica na saúde do idoso (ROMERO, 2002 e LITWIN, 1997).

O início do processo de incapacidade pode vir acompanhado da necessidade de reestruturação dos arranjos domiciliares. Por isso, a composição desses arranjos é muito importante na compreensão desse processo. Ao estudar o impacto do arranjo familiar na saúde dos idosos brasileiros, ROMERO destaca a:

“... existência de reciprocidade entre a saúde das pessoas idosas e a estrutura e conformação das relações sociais e familiares, já que, por um lado, a deterioração da saúde pode levar a redefinir os arranjos familiares, assim como certas estruturas familiares; e pelo outro, o tipo e característica da rede social e familiar pode levar a diferentes riscos de doença e de morte” (2002, p. 778)

Os níveis de deficiência também diferem quanto a características pessoais como sexo e situação socioeconômica. Por trás das diferenças por sexo estão desigualdades nos papéis sociais, estilos de vida e nos comportamentos relevantes para determinação de saúde e longevidade. A mulher tende a viver mais e a apresentar maiores níveis de deficiência (NERI e SOARES, 2004). O *status* socioeconômico é, segundo MADDIX e CLARK (1992), outro indicador relacionado ao estado de saúde do idoso, por estar fortemente relacionado com fatores como estilo de vida, acesso a serviços de saúde, formas de ocupação e educação

Em resumo, quando falamos de deficiência e, conseqüentemente de incapacidade e dependência de um indivíduo, referimo-nos também a outros indivíduos ou instituições provedoras de cuidado e suporte ao dependente. No caso brasileiro, o provimento desse suporte é, em muitos casos, desempenhado pela família e influenciado pela composição do arranjo domiciliar (tamanho, razão de sexo, estrutura etária) e por seu nível socioeconômico.

A relação entre deficiência e migração baseia-se na necessidade de mudança de residência na tentativa de promover uma maior adaptação do idoso ao ambiente em que ele vive. A mudança de domicílio é um mecanismo de adaptação tanto ao ambiente físico como social, visando acomodar as mudanças na saúde que surgem com o avanço da idade e culminam em algum tipo de incapacidade. Segundo CHEN e WILMOTH, "research suggests that an environment that poses few physical demands may maximize functioning among older adults with lower levels of competence" (2004, pág. 171).

Se, por um lado, o envelhecimento na residência atual provê segurança, devido ao conforto e familiaridade com o ambiente conhecido, a mudança para outra residência pode significar a chance de maior adaptação à moradia.

Os estudos sobre as migrações de idosos enfatizam a importância de se considerar o estado de saúde e o grau de incapacidade, para melhor compreender as motivações para os deslocamentos (CHOI, 1996; WALTERS, 2002). Além disso, podemos perceber, com base nas tipologias de migrantes idosos estudadas, que o grau de incapacidade é um dos principais atributos que determinam os perfis de migrantes idosos.

Embora pesquisas indiquem a ligação entre a deterioração das condições de saúde e a mobilidade, CHEN e WILMOTH (2004) inovam ao medir o impacto da mobilidade nas condições de saúde. Eles mostram que o estresse acarretado pelo processo de mudança, no curto prazo, pode piorar a situação dos idosos, principalmente daqueles que se deslocaram devido a questões de saúde.

O processo de incapacidade ou de doença crônica, típico das idades avançadas, pode levar à necessidade de migração. Essa ocorre, frequentemente, para locais que aproximam os migrantes de seus parentes e filhos mais jovens ou de outras opções de suporte, como instituições de longa permanência e centros de reabilitação (WALTERS, 2002). Isso reforça o papel primordial das migrações de retorno, conforme será mostrado no Capítulo 6. A migração decorrente do processo de incapacidade está intimamente ligada à estrutura etária e à saúde da comunidade. Relativamente à migração de aposentados em busca de lazer, este movimento reflete uma situação de dependência. Essa migração está mais ligada

às mudanças no estado de incapacidade e não à previa existência desta (WALTERS, 2002).

Com o aumento da longevidade que vem ocorrendo ultimamente na maioria dos países, essa migração tende a tornar-se um fenômeno importante da sociedade contemporânea, à medida que o aumento do tempo de vida dos idosos pode significar, em alguns contextos, aumento do período de dependência dos indivíduos e maior tempo de exposição à morbidade, além do impacto nos sistemas fiscais e de aposentadoria (WESTERHOUT e PELIIKAAN, 2005).

Ressalta-se a importância de atentar para o grau da incapacidade, dado que o estímulo migratório decorrente de uma incapacidade leve pode diferir significativamente do estímulo decorrente de uma incapacidade severa. Enquanto o primeiro tende a levar à co-residência com parentes, o início de incapacidade severa frequentemente resulta na migração para locais que possuam instituições especializadas (LITWAK e LONGINO, 1987).

CHOI (1996), estudando a ligação entre incapacidade e migração, destaca a existência de um elevado percentual de idosos que migram por necessidade de assistência à saúde:

“More than 60% of the movers gave their own poor health, their spouse’s poor health/death, and/or their desire for close kinship as their reasons for moving.” (CHOI, 1996, pág. 339)

LONGINO e BRADLEY (2006) também destacam que, embora a migração de idosos para as locais com instituições especializadas seja bastante plausível, esta ainda é uma área pouco estudada.

3.1.3 Arranjos domiciliares e estruturas de suporte

Essa seção está dividida em três partes. A primeira discute os conceitos de família e domicílio. A segunda parte trata das transferências intergeracionais, com destaque para aquelas ocorridas no âmbito domiciliar, que se relacionam, dentre outros aspectos, às relações de suporte. A terceira parte apresenta o modo como os aspectos apresentados na primeira e segunda parte da seção relacionam-se com a migração de idosos.

Inicialmente, devemos fazer uma distinção entre os conceitos de família e domicílio.

Segundo o IBGE, “domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação para uma ou mais pessoas” (IBGE, 2010).

Já o conceito de família pode extrapolar a unidade domiciliar ou mesmo ser uma “sub-unidade” do domicílio. O conceito amplo, que extrapola o domicílio, é o descrito por MEDEIROS, OSORIO e VARELLA (2002), que definem família como um conjunto de pessoas com laços reconhecidos de parentesco, independente do local de residência. Segundo BURCH, que apresenta um conceito similar, a separação espacial pode não implicar o isolamento dos familiares. “Four walls of the housing unit used to define it are too small and too arbitrary to capture the social, economic and psychological realities” (BURCH, 1995 p. 99).

Já o conceito mais restrito, utilizado pelas pesquisas do IBGE, considera como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que, necessariamente, residissem no mesmo domicílio (IBGE, 2009).

As análises realizadas nessa tese serão feitas com base no domicílio, dada a limitação da base de dados que não possui informações sobre relações entre mais de um domicílio. Contudo, a noção mais ampla de família, exposta acima, de um grupo de pessoas que extrapola as fronteiras do domicílio, será útil para refletirmos sobre as relações de suporte entre os idosos e seus parentes, considerados, nesse caso, como seus familiares.

As famílias são responsáveis por fazer a conexão entre os indivíduo e a sociedade (HARBINSON, 1981), ou seja, pelo processo de socialização do indivíduo e, por isso, é grande a importância da estrutura familiar na determinação dos comportamentos individuais. Nas famílias são compartilhados recursos – como renda e espaço (residência) - e experiências, e seus membros estão inseridos em uma rede de transferências múltiplas que otimizam o bem estar individual e coletivo (WOLF, 1994). Essas transferências são baseadas em complexas relações de altruísmo, reciprocidade e poder (SILVERSTEIN, 2006).

CAMARANO et. al. (2004) consideram a família como a “fonte de apoio informal mais direto para a população idosa” (pág. 137). A obrigação de prestar suporte ao idoso faz parte das normas e da moral de muitas culturas (SILVERSTEIN, 2006). Essas normas, culturalmente determinadas, traduzem-se em um senso de obrigação (PALLONI, 2001). Ao analisar a oferta de cuidadores informais de idosos no Brasil, FERREIRA (2007) identificou sentimentos de obrigação e gratidão no discurso da maioria dos cuidadores entrevistados. Ressalta-se que essa é uma típica questão de gênero, dado que o cuidado é um papel assumido pela mulher e, no caso do cuidado com os idosos, esse é um papel predominante de esposas e filhas. Além disso, dado o diferencial de mortalidade entre homens e mulheres, a maior parte da população em idades muito avançadas, onde se concentram, prioritariamente, os demandadores de cuidados especiais, é composta por mulheres. No Brasil, muitas dessas mulheres idosas encontram-se em situações desfavoráveis quanto à renda e à saúde, já que, segundo LLOYD-SHERLOK (2001), as desvantagens da mulher ao longo da vida mantêm-se na velhice.

Em um estudo sobre as famílias brasileiras de idosos CAMARANO et. al. destacam:

“Entre os idosos brasileiros apenas 8,6% encontravam-se em situação de total dependência, sem autonomia e sem renda, sendo 2/3 desse segmento formados por mulheres. Dessas, 93,6% foram casadas em algum momento do seu ciclo de vida. A sua dependência em relação à falta de renda deve-se, principalmente, à sua baixa participação no mercado de trabalho na vida adulta. Para essas mulheres, ter tido filhos, ou seja, a construção de laços afetivos ao longo da vida são requisitos tão importantes para o apoio na última fase da vida como a contribuição para a seguridade social.” (2004, pág. 162)

As relações familiares são uma das principais formas de suporte entre os parentes e os idosos. Nesse ponto, as estratégias de formação domiciliar são fundamentais para a compreensão das relações de suporte, tanto para o idoso, como do idoso para outros indivíduos. Essas relações de suporte, entendidas como transferências de recursos entre indivíduos e gerações, podem ser analisadas pela ótica das teorias de transferências intergeracionais.

Entende-se como “transferências intergeracionais” o fluxo de recursos entre indivíduos que se encontram em diferentes etapas do ciclo de vida. Esses

recursos podem ser tanto materiais, como bens físicos e recursos financeiros, quanto imateriais, como, por exemplo, companhia ou dedicação de tempo de alguém (LEE e LAPKOFF, 1988).

Em algumas fases do ciclo de vida o indivíduo produz mais do que consome e, em outras, essa equação inverte-se e o indivíduo consome mais do que sua capacidade de produção. As transferências intergeracionais referem-se ao resultado dessa equação, que pode significar fluxos ascendentes (das gerações mais jovens para as mais velhas) ou descendentes. Em termos gerais, o ciclo de vida tem dois estágios de dependência, a infância e a velhice. Os indivíduos que se encontram em algum desses estágios são sustentados por recursos provenientes daqueles que possuem idades intermediárias, consideradas mais produtivas (LEE, 1994).

As teorias sobre transferências intergeracionais foram, em grande parte, inspiradas nos trabalhos de CALDWELL (1976). Estudando a queda dos níveis de fecundidade ocorrida durante a modernização das sociedades, CALDWELL (1976) enfatizou a mudança de valoração dos filhos pela família. Segundo o autor, nas sociedades primitivas e tradicionais, as crianças ajudavam no trabalho do domicílio e cuidavam dos pais quando esses envelheciam. Nesse caso, o fluxo de transferência era claramente ascendente. Nas sociedades modernas, com o surgimento de trabalhos mais qualificados e dos serviços de seguridade social, a preocupação com a formação dos filhos passa a levar os pais a investir mais em educação e qualificação de seus filhos, que passam mais tempo na escola e começam a trabalhar mais tarde. O fluxo de transferências inverte-se, tornando-se descendente e acarretando uma redução dos níveis de fecundidade. Além disso, os sistemas de seguridade social passaram a desempenhar o antigo papel dos filhos no suporte dos pais na velhice.

Grande parte das transferências privadas ocorrem dentro do domicílio e podem ser consideradas, em última instância, como uma das causas da co-habitação e da própria formação do arranjo domiciliar. No Brasil, os idosos recebem um fluxo considerável de transferências governamentais e acabam sendo uma fonte de sustento de seus familiares (SAAD, 2001). Nesse caso, o fluxo das transferências privadas é tipicamente descendente.

“...especially in contexts where most older persons are covered by the pension system, co-residence with married children may also respond primarily to the needs of the children. The older person’s pension income sometimes represents an important component of the household budget.”(UNITED NATIONS, 2005, pág. 98)

Além disso, são comuns arranjos domiciliares complexos, com idosos dedicando seu tempo ao cuidado dos netos, enquanto os filhos trabalham e contribuem para a maior parte do orçamento domiciliar. Segundo DE VOS e HOLDEN (1988), os idosos podem contribuir, no domicílio, com serviços como cuidado com as crianças, cuidado e reparação da casas, sendo também, muitas vezes, proprietários dos imóveis onde reside a família.

Quando tratamos de arranjos domiciliares, estamos geralmente nos referindo à co-residência, cujos conceitos são normalmente utilizados com o mesmo sentido. Segundo o relatório nas Nações Unidas sobre arranjos domiciliares de idosos (UNITED NATIONS, 2005), esses são muito importantes para os que possuem algum tipo de limitação para realização de tarefas diárias e para os estratos mais pobres da população.

“The living arrangements of the elderly are just one element among many others included in a package of transfers towards the elderly originating within the boundaries of the kin group or family” (PALLONI, 2001, pag. 64)

Os arranjos domiciliares são um importante determinante da qualidade de vida e podem influenciar o bem estar material, psicológico e o estado de saúde tanto dos idosos, como dos outros parentes⁴. A diversidade de arranjos domiciliares faz com que esses sejam vistos como complexos e heterogêneos, caracterizando-se, nas palavras de CAMARANO et. al., 2004, como um “conflito cooperativo”.

Com relação aos padrões de co-residência de idosos, uma preocupação recorrente, extraída da revisão da literatura sobre arranjos domiciliares de idosos feita por PALLONI (2001), é o fato dos idosos viverem ou não sós. Embora muitos estudos considerem de maneira negativa o fato do idoso viver só, outros destacam que esse modo de viver pode indicar um estado de independência.

⁴ Vários estudos demográficos sobre arranjos domiciliares concentram-se na composição das famílias/domicílios e nos seus processos de formação e dissolução, na chamada “demografia da família”.

Segundo UNITED NATIONS (2005), "in some settings, and for poor families, there may be no practical available alternative to certain types of support that coresident kin provide to each other."

Entre aqueles que possuem algum tipo de incapacidade há uma grande chance de isolamento social, já que, mesmo nas regiões mais ricas, há forte correlação entre incapacidade e pobreza. Por outro lado, os idosos que vivem sós geralmente são mais independentes física e financeiramente, gozam de maior controle sobre seus bens e vivem com maior liberdade e privacidade. "Decisions about living arrangements thus reflect the balance between costs and benefits of co-residence for both the older individuals and their family members" (UNITED NATIONS, 2005, pag. 5).

De acordo com as Nações Unidas, a prevalência de idosos co-residindo com parentes diminui a partir dos 50 anos e só volta a aumentar depois de 75 a 80 anos, embora o percentual de idosos muito velhos vivendo sós venha aumentando em quase todo mundo (UNITED NATIONS, 2005). Segundo KEILMAN (1995), que estuda os domicílios europeus, a tendência é de diminuição do seu tamanho, de crescente número de domicílios unipessoais e também crescente proporção de casais sem filhos.

Segundo WOLF (1994), o arranjo domiciliar pode ser visto dentro de uma perspectiva de escolha racional, onde se assume que o arranjo escolhido é a melhor opção dentre um grupo de alternativas discretas disponíveis. Entre as variáveis envolvidas nesse processo de escolha, estão questões como privacidade, autonomia, companhia, economias de escala no consumo de bens e serviços domésticos, proteção, cuidado, assistência, recreação e entretenimento. Além disso, essa escolha é permeada por relações de poder e barganha entre os indivíduos envolvidos.

CAMARANO et. al., 2004 analisam a composição das famílias que possuem idosos no Brasil, com base em dados censitários. O conceito de família adotado refere-se aos indivíduos que residem no mesmo domicílio. As famílias foram divididas em famílias de idosos, quando o idoso ou seu cônjuge é o chefe do domicílio, e família com idosos, quando o idoso é parente do chefe do domicílio. Verificou-se que, entre 1980 e 2000, a proporção de famílias de idosos aumentou,

enquanto a proporção de famílias com idosos diminuiu. Os autores também destacam o aumento das famílias chefiadas por mulheres idosas no período.

Com respeito às relações de suporte nessas famílias, CAMARANO et. al. (2004) verificaram que muitos chefes de domicílio apresentaram algum tipo de deficiência, embora sua renda fosse importante para as famílias. Ao mesmo tempo em que esses chefes provêm a renda, eles são cuidados pelos outros membros da família. Essa situação levou os autores a perguntar quem realmente é dependente de quem dentro dessas famílias.

Em anos recentes, tem aumentado consideravelmente o número de domicílios de idosos que vivem sós ou apenas com o cônjuge. Segundo PALLONI (2001), a preferência em viver só muitas vezes é uma escolha do próprio idoso. Contudo, o fato de residir em residência diferente de seus filhos ou parentes não significa que os idosos com algum tipo de necessidade não estejam recebendo assistência. A proximidade e a capacidade de estabelecer contatos freqüentes pode ser mais importante para o idoso do que a própria co-residência. Parentes residindo em um domicílio próximo podem ser uma fonte importante de suporte emocional e financeiro, e é comum que garantam os mesmos benefícios que os parentes co-residentes (WOLF, 1994; UNITED NATION, 2001).

Estudando as favelas de São Paulo, LLOYD-SHERLOK (2001) observou que muitos idosos dependem da ajuda financeira de pessoas que residem fora do domicílio. Uma hipótese do autor é de que os filhos mais bem sucedidos financeiramente, ao mesmo tempo em que tendem a viver em seu próprio domicílio, sejam os principais provedores de suporte financeiro ao idoso. Seguindo o mesmo argumento, MEDEIROS, OSORIO e VARELLA afirmam:

“Além dos fluxos de renda, existem tipos de relacionamento entre familiares de diferentes domicílios que não têm natureza monetária, mas são bastante importantes em suas vidas: algumas ações solidárias não só modificam a divisão do trabalho doméstico como suplementam ou mesmo substituem a contratação de serviços pelas famílias” (2002, p. 25)

A configuração dos arranjos domiciliares é resultado de questões demográficas, pressões econômicas, sociais e de saúde. Do lado demográfico, destaca-se a importância da existência de parentes “disponíveis” para a formação do arranjo

domiciliar. Um número reduzido de filhos, por exemplo, limita as possibilidades de co-residência e, naturalmente, culmina em um domicílio de menor tamanho.

CAMARGOS, MACHADO e RODRIGUES (2007), analisando os idosos paulistanos que moram sozinhos, destacam vários aspectos demográficos relacionados à configuração dos domicílios de idosos:

“Diante da tendência recente de redução do número de filhos, aumento de divórcios, mudanças de estilo de vida, individualismo, melhora nas condições de saúde dos idosos e conseqüente ampliação da longevidade, com destaque para a maior sobrevivência feminina, é de se esperar que ao longo dos anos haja um crescimento dos domicílios unipessoais, ou seja, do número de idosos vivendo sós.” (2007, pag. 38)

Nessa linha de raciocínio, podemos destacar a viuvez como um evento chave no ciclo de vida individual, dado que necessariamente reconfigura os arranjos domiciliares (WOLF, 1994).

Outra variável importante a ser considerada é a renda. CAMARGOS, MACHADO e RODRIGUES (2007), verificaram uma forte associação entre renda e morar sozinho. LLOYD-SHERLOK (2001) também destaca que os domicílios maiores estão correlacionados com situações de pobreza e que a co-residência em áreas mais pobres é mais uma necessidade do que uma preferência. A intuição teórica é que quanto maior a renda do indivíduo, menor seu nível de dependência e maiores as chances de viver em domicílios menores.

O estado de saúde também está muito relacionado à co-residência, por refletir diretamente nas relações de dependência. Segundo CAMARANO et. al. (2004), em geral, a partir dos 75 anos os idosos começam a demandar ajuda e aumentam as probabilidades de co-residência com filhos e parentes.

Nem todos esses fatores têm o mesmo impacto na formação do arranjo domiciliar. Segundo PALLONI (2001), a renda, por exemplo, costuma ter o mesmo peso tanto para o idoso, como para os outros parentes. Geralmente, o aumento da renda tende a aumentar a proporção de idosos vivendo sós, embora existam outras variáveis que interferem nessa relação. Já a saúde é um fator que, segundo o autor, pesa mais no caso dos idosos.

É importante compreender o papel de todos esses fatores na migração dos idosos. A migração é bastante seletiva em relação a características demográficas, como a estrutura familiar, o estado conjugal e a composição domiciliar. Essa relação deve-se, principalmente, à unidade decisória da migração e às estruturas de suporte. Nesse sentido, ROGERS (1988) destaca que os idosos que vivem sós geralmente têm maior propensão migratória, ao passo que os casados tendem a migrar menos.

A relação entre estado conjugal e migração é verificada com mais facilidade quando tratamos de características que possuem forte relação com uma etapa específica do ciclo de vida, como a viuvez, do que aspectos que ocorrem de maneira mais dispersa ao longo da vida, como, por exemplo, o divórcio (ROGERS, 1988).

A viuvez é, inclusive, o estado conjugal que recebe maior atenção dos estudiosos das migrações de idosos. Contudo, devido a relações de gênero, como os papéis do homem e da mulher na família e sua inserção diferenciada no mercado de trabalho, seu impacto é diferenciado para homens e mulheres. A redução do tamanho da família, por si só, já leva à necessidade de realocação domiciliar. WALTERS (2002) ressalta que os movimentos migratórios tendem a ocorrer nos anos imediatamente seguintes à morte do cônjuge, dado que a perda do cônjuge remove a fonte primária de suporte emocional e assistência ao idoso.

A viuvez é vista por WISEMAN e ROSEMAN (1979) como um evento que leva a grandes mudanças na vida do indivíduo:

“Compensatory roles and surrogate activities must be found, social patterns often change, and other family ties generally become stronger. A widow can be left with a large home, demanding considerable maintenance and high taxes. Thus, the large set of adjustments which accompany the loss of a spouse may contribute to a redefinition of residential needs and preferences” (WISEMAN e ROSEMAN, 1979, pág. 328)

Uma outra maneira como o estado conjugal influencia a migração é o processo de decisão migratória. A intenção de migrar muitas vezes surge no âmbito intra-domiciliar e está relacionada à dinâmica da relação de cada casal. Segundo LAWSON (1998), que trabalha com a relação entre migração e gênero, o

processo de barganha intra-familiar condiciona a decisão e o comportamento migratório:

“Couples that enjoy spending time together, for example, may be more likely to make a long-distance move involving the disruption of existing social network ties as compared with couples sharing a less supportive less intimate relationship.” (BRADLEY et. all. 2008. pág. 201).

Além do estado conjugal, vários estudos tratam da relação entre migração e relações de parentesco. As famílias são os grupos primários onde indivíduos de diferentes idades convivem juntos por longos períodos de tempo (SETTERSTEN, 2006). A migração de idosos ocorre, frequentemente, em decorrência da necessidade de residência junto de filhos e parentes (WALTERS, 2002, pág. 57). Isso pode ocorrer independentemente da presença de incapacidade, por motivos puramente afetivos tanto da parte do idoso como dos filhos. WALTERS (2002) cita uma série de estudos que buscam medir a evolução desse comportamento, os quais apontam que, embora a tendência a co-residência tenha diminuído em várias regiões, o hábito de residir próximo dos filhos adultos tem se mantido.

STOLLER e LONGINO (2001) ressaltam que a migração motivada pelo desejo de viver próximo da família, que normalmente ocorre quando a saúde começa a se deteriorar, inclui não só as relações com os filhos mas, também, as ligações com os irmãos. Essa migração vai depender da existência de filhos e parentes e, por isso, está altamente condicionada à estrutura familiar do idoso (LITWAK e LONGINO, 1987).

As mudanças na família como, por exemplo, a saída dos filhos do domicílio, eliminam a necessidade de moradias maiores, levando à oportunidade de mudança para outra residência (WISEMAN e VIRDEN, 1977). Referindo-se aos filhos no começo da vida adulta, WOLF (1994) afirma: (os filhos) “make geographic moves that remove them from close proximity to their parents; later, the parents make moves that again bring them into closer proximity”. (pág. 185)

Há também um impacto da migração na configuração dos arranjos domiciliares dos idosos, pois esses podem ser modificados pela chegada e saída tanto dos idosos quando dos outros membros da família ao domicílio. Os idosos podem migrar para a família, da família ou com a família. Segundo HARBINSON:

“Ties of affection developed in the context of the family, with members of both the nuclear and the extended family, may have an impact in the migration decision. The desire to be in close contact with family members (familism) may reduce both the incentive and the cognitive availability of migration if family members reside in the home community, or it may act as an incentive and a motive from the decision to migrate if there are family members who have already left the home community.” (1981, pág. 243)

A composição da família por sexo e idade, por exemplo, e o estágio do ciclo de vida domiciliar, influenciam na propensão à migração de seus membros. Além disso, a rede criada por uma família especialmente dispersa é um facilitador dos movimentos migratórios. Esses aspectos explicam como os arranjos domiciliares influenciam na migração e como essa pode ser vista como um meio de (des)construí-los.

3.2 PERFIS DOS MIGRANTES IDOSOS

Embora a literatura sobre migração de idosos explicita o papel dos atributos descritos como importantes estímulos à migração, os estudos que analisam os determinantes dos movimentos migratórios mostram-nos que esses estímulos geralmente atuam de forma conjunta, e a combinação de dois ou mais deles é que realmente culmina num movimento migratório. Além disso, eles são condicionados e influenciados por outros atributos individuais (NEWBOLD, 1996; KALLAN, 1993; WALTERS, 2000).

Se quisermos entender as migrações dos idosos, é preciso então que analisemos as interações entre as etapas do ciclo de vida e demais atributos que condicionam estas migrações, e quais os perfis de migrantes surgem dessa combinação de fatores. Esse fato justifica, em parte, a revisão da literatura sobre as teorias de migração e sobre as abordagens do ciclo de vida, feitas no capítulo anterior.

Nessa seção, destacaremos três estudos que traçam perfis de migrantes idosos.

O primeiro, feito por WISEMAN e ROSEMAN (1979), analisando as migrações de idosos nos Estados Unidos, faz uma revisão da literatura sobre as migrações de idosos produzida até então, e atenta para o fato de que o comportamento migratório dos idosos difere consideravelmente dos migrantes mais jovens, já que

poucos idosos migram em busca de melhores oportunidades de trabalho. Devido a isso, o padrão espacial das migrações de idosos é diferente do padrão espacial exibido pela migração da população em geral. A seletividade em relação a alguns atributos individuais traduz-se no padrão espacial dos fluxos migratórios. Para esses autores, as variáveis mais importantes que atuam como estímulos migratórios de idosos são aquelas ligadas à assistência à saúde e à busca por “amenidades” (qualidade de vida).

A grande heterogeneidade presente entre os idosos migrantes faz com que não possam ser vistos como um único grupo, e por isso há dificuldade de aplicação de uma teoria única para entender o seu comportamento migratório. WISEMAN e ROSEMAN (1979) constroem então uma tipologia de idosos baseada no processo de decisão migratória, integrando as teorias gerontológica e migratória. Da gerontologia social, os autores utilizam a idéia de que os idosos experimentam eventos que forçam uma reestruturação do seu modo de vida e que esses eventos levam a ajustes de residência, o que muitas vezes inclui migração.

Cada perfil difere quanto a quem toma a decisão migratória (próprio migrante, parentes ou outros), quem migra (famílias ou indivíduos), quais os motivos para o deslocamento e quais as regiões de destino e os tipos de residência procurados. Em um perfil descrito pelos autores, incluem-se os migrantes em busca de “amenidades”. Outro perfil trata dos migrantes de retorno, e um terceiro perfil engloba os idosos que migram devido a relações de parentesco. Os que buscam “amenidades” tomam a decisão de migrar por si mesmos, movem-se com os cônjuges, têm renda elevada e são estimulados pela aposentadoria. Os migrantes de retorno geralmente têm renda relativamente mais baixa e também são estimulados pela aposentadoria. Já os que migram devido às relações de parentesco são estimulados pela família, geralmente movem-se sozinhos e também podem ter sido estimulados pela necessidade de cuidado ou por viuvez, buscando suporte junto aos parentes.

Um dos trabalhos mais citados quanto aos perfis de migrantes idosos é o de LITWAK e LONGINO (1987), que também estudam as migrações de idosos nos Estados Unidos. Eles conjecturam que três tipos de movimento podem ocorrer após a aposentadoria: migração em busca de “amenidades”, logo após a aposentadoria; em seguida, migração para um local próximo de alguém que

possa fornecer auxílio à incapacidade de realizar alguma tarefa; finalmente, migração para um local onde exista uma instituição provedora de cuidados especiais, quando não há mais possibilidade de amparo por parte da família. Todos são compostos por idosos que possuem um conjunto de características específicas.

O primeiro movimento é realizado por aposentados casados, relativamente saudáveis, com renda elevada e relativamente mais jovens. O segundo movimento ocorre quando os idosos desenvolvem incapacidades crônicas que tornam difíceis as tarefas diárias. Esse movimento é fortemente determinado pela presença ou não do cônjuge e pela existência de filhos, por serem eles os cuidadores potenciais dos idosos. O terceiro movimento ocorre quando os idosos passam a sofrer de incapacidade severa e não podem mais ser cuidados pelos filhos, e também por aqueles que não possuem filhos. São as migrações para locais com instituições de assistência especializada. Esses perfis guardam uma hierarquia em termos de incapacidade.

WALTERS (2000) busca definir tipos e padrões das migrações nas idades avançadas, com base nas migrações de aposentados nos Estados Unidos, com o objetivo de refinar as tipologias anteriores. Ele avalia explicitamente os padrões espaciais e as características domiciliares dos migrantes. Sua pergunta principal é se os diferentes atributos individuais dos migrantes irão traduzir-se em padrões espaciais distintos.

O autor destaca que devemos sempre associar os atributos das localidades envolvidas nos fluxos migratórios com as características individuais. Para as migrações dos idosos isto é especialmente válido, dado que características espaciais, como diferença de custo de vida, presença de “amenidades”, serviços de saúde e de assistência, por exemplo, são aspectos que interagem fortemente com atributos individuais e com as etapas do ciclo de vida dos migrantes. A principal razão para a diferença espacial de fluxos migratórios é a motivação para a ocorrência de cada um deles.

Nesta linha, WALTERS (2000) elabora um modelo generalizado de migração nas idades avançadas, baseado em etapas do ciclo de vida, padrões espaciais e características locais. Constrói, a partir de métodos de estatística multivariada,

uma tipologia específica, que separa os migrantes em três tipos distintos: migrantes em busca de “amenidades”, migrantes em busca de assistência e migrantes com incapacidade severa. Sua tipologia não difere muito das apresentadas anteriormente, a não ser pela maior ênfase ao caráter espacial dos deslocamentos.

Segundo WALTERS (2000), o primeiro grupo de migrantes é composto pelos idosos mais jovens, com boa saúde, condição financeira favorável, geralmente casados, que buscam locais que apresentam clima favorável e benefícios ambientais. O segundo tipo engloba indivíduos com baixa renda, que não vivem em companhia de cônjuge e que buscam a co-residência com filhos mais jovens ou com outros indivíduos que possam fornecer-lhes suporte. O autor destaca que a contribuição desses idosos para a renda do domicílio é pequena. O grupo que se move em busca de assistência é determinado mais pela insuficiência de renda e ausência de cônjuge, do que pela presença de algum tipo de incapacidade física. Finalmente, o terceiro tipo refere-se às migrações dos idosos para locais que dispõem de instituições com assistência médica especializada.

O QUADRO 2 apresenta, de maneira esquemática, os aspectos considerados pelas tipologias apresentadas quanto aos estímulos à migração, a quem migra em cada um dos perfis, e as características principais desses migrantes.

QUADRO 2 – Características dos fluxos migratórios apresentados nas tipologias de migração de idosos

Autores	Tipo de migrante	Estímulos	Quem migra	Características
WISEMAN ROSEMAN	busca de amenidades	aposentadoria e busca de amenidades	idoso (só ou com cônjuge)	mais jovens; renda elevada
	migrantes de retorno	aposentadoria e reunião familiar	idoso	renda média ou baixa
	reunião familiar	viuvez e busca de suporte	idoso	mais velhos
LITWAK LONGINO	busca de amenidades	amenidades, redes sociais	idoso (só ou com cônjuge)	mais jovens; saudáveis; renda elevada
	busca de suporte familiar	desenvolvimento de incapacidade e viuvez	idoso	viúvos; incapacidade; presença de filhos
	busca de instituições	incapacidade severa e doenças crônicas	idoso	institucionalização; ausência de filhos
WALTERS	busca de amenidades	aposentadoria	idoso (só ou com cônjuge)	boa saúde; renda elevada/ fluxo disperso na origem e concentrado no destino
	busca de assistência	viuvez	idoso	baixa renda; ausência de cônjuge; presença de filhos/ sem padrão espacial específico
	suporte à incapacidade	incapacidade e viuvez	idoso	Institucionalização/ sem padrão espacial específico

Fonte: LITWAK e LONGINO (1987), WISEMAN e ROSEMAN (1979), WALTERS (2000).

Com base nos aspectos comuns das tipologias apresentadas, temos três perfis gerais de idosos migrantes. O primeiro é composto pelos migrantes em busca de “amenidades”, geralmente estimulados pela aposentadoria e que migram junto com o cônjuge, são mais jovens, apresentam boas condições de saúde e possuem renda relativamente alta. O segundo perfil varia, entre os trabalhos, quanto aos condicionantes principais, mas possui aspectos comuns como idosos migrando sós, com renda baixa e que se direcionam para um domicílio familiar, principalmente de filhos. O terceiro é composto por migrantes com níveis severos de incapacidade e dependência, com os idosos possuindo idades avançadas,

migrado sós, viúvos e que se encaminham para instituições especializadas em cuidado e assistência.

Como afirmam BEAN et. al. (1998), podemos pensar nas migrações dos idosos como sendo definidas praticamente como dois tipos de movimentos: “voluntários” e “necessários”, embora as tipologias apresentadas dividam o último grupo em dois tipos de movimento, determinados pela severidade do grau de dependência. Os movimentos chamados de “voluntários” são aqueles ligados à vontade dos indivíduos melhorarem sua qualidade de vida. Estes são tipicamente associados ao indivíduo aposentado em busca de um local rico em “amenidades” para viver. Já os movimentos “necessários” são aqueles realizados por indivíduos que possuem algum tipo de limitação, seja ela física ou financeira. Como as motivações para os dois tipos de migração são diferentes, elas possuem implicações importantes para a compreensão deste processo. Independente da quantidade de “tipos” que pode ser atribuída a estes migrantes, se dois, três ou mais, este é um grupo etário muito heterogêneo, onde a seletividade migratória se expressa com vigor e o estudo do seu comportamento difere consideravelmente dos estudos das migrações da população em geral.

3.3 CONCLUSÃO

Os estudos sobre os determinantes das migrações de idosos diferem, em um ponto importante, das teorias referentes às migrações da população em geral. Enquanto as teorias de migração valorizam fatores relacionados ao mercado de trabalho e ao progresso material do migrante, os estudos sobre as migrações de idosos enfatizam a importância de aspectos ideacionais como qualidade de vida, suporte à incapacidade e reunião familiar. Em alguns casos, a migração de idosos é vista como parte de uma estratégia de longo prazo de atingir aspirações desenvolvidas ao longo da vida, fruto do que LONGINO e BRADLEY (2006) denominam identidade locacional.

A maior parte dos estudos sobre as migrações de idosos utiliza de uma abordagem que foca a relação entre migração e as etapas do ciclo de vida. De maneira geral, esses estudos partem do princípio de que a mobilidade residencial

surge em resposta a eventos particulares do ciclo de vida como aposentadoria, o início do processo de incapacidade, típico da idade avançada e também aspectos ligados aos arranjos familiares como a viuvez, reunião familiar e estruturas de suporte ao idosos.

Esses estudos destacam quais são os principais determinantes da migração de idosos em outros países e mostram como esses determinantes influenciam na propensão migratória dos idosos. Partiremos desses estudos para selecionar quais as características dos migrantes idosos serão levadas em consideração nas análises feitas nessa tese.

Além disso, como delinearemos perfis de migrantes idosos no Brasil, foi feita uma revisão de trabalhos que criam tipologias de migrantes idosos em outros países, para que tenhamos um ponto de comparação para nosso estudo. Assim, a especificação do modelo de delineamento de perfis e a referências teóricas para análise dos resultados serão feitas com base na revisão de literatura feita nesse capítulo.

4 MIGRAÇÃO NO BRASIL

Nesse capítulo, faremos uma breve revisão dos trabalhos que descrevem o comportamento das migrações no Brasil nas últimas décadas. Será dado destaque aos movimentos migratórios interestaduais entre São Paulo e Minas Gerais. Daremos também, um enfoque especial às migrações de retorno de São Paulo para Minas Gerais.

Também será feito, de forma sintética, um ensaio que mescle os pontos de destaque extraídos da revisão da literatura sobre migrações de idosos em outros países com o padrão migratório atual do País. O objetivo é construir um marco conceitual que sirva de base às análises empíricas que serão desenvolvidas.

O objetivo do capítulo é situar as migrações de idosos dentro dos fluxos migratórios observados no País nas últimas décadas, mostrando que o contexto em que elas acontecem. A partir dos resultados encontrados nessa tese, apresentados mais adiante, poderemos inferir em que medida as migrações de idosos assemelham-se ou afastam-se do padrão migratório da população brasileira como um todo.

4.1 As migrações no Brasil nas últimas décadas

A segunda metade do século XX foi marcada por intensos movimentos migratórios entre as Unidades da Federação brasileiras. Dentro do processo de industrialização e modernização da sociedade, um grande contingente populacional partiu das áreas economicamente mais estagnadas do País para regiões que apresentavam crescente dinamismo econômico e oportunidades de emprego. A concentração industrial nas grandes cidades atraiu a população das áreas rurais, assim como das áreas urbanas menos desenvolvidas. Essas áreas ficaram relativamente à margem do processo de desenvolvimento e atuaram como expulsoras da população, em função, dentre outros aspectos, da alta concentração fundiária e da modernização agrícola, que engendrou um processo

de crescente substituição do trabalho pelo capital. Como os investimentos industriais concentraram-se nas grandes metrópoles da Região Sudeste, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, os principais fluxos populacionais do período direcionaram-se para estes locais, característica de uma época de forte associação entre fatores econômicos e demográficos. É nesse sentido que, referindo-se ao padrão migratório interestadual brasileiro observado entre 1950 e 1980, BRITO (2002) destaca:

“As trajetórias dominantes articulavam os dois grandes reservatórios de força de trabalho, o Nordeste e Minas Gerais, com os estados onde ocorria o maior crescimento industrial e com as regiões de expansão da fronteira agrícola e mineral.” (BRITO, 2002).

As correntes migratórias ligavam as regiões mais populosas e economicamente estagnadas, como Minas Gerais e os estados do Nordeste, com as áreas com maior dinamismo econômico do País e algumas regiões de fronteira agrícola do Sul e Centro-Oeste. Segundo BRITO (2002), essas trajetórias migratórias foram alimentadas por fortes desequilíbrios regionais e sociais.

Na década de 1960, saíram do Nordeste em torno de 2,2 milhões indivíduos e, na década seguinte, mais de 3 milhões. A Região Sudeste, através dos fluxos migratórios, apresentou um ganho líquido de 816 mil pessoas na década de 1960, e de 2,2 milhões na década de 1970 (RIBEIRO, 1997). Minas Gerais destacava-se, na década de 1970, como o principal Estado de origem dos migrantes interestaduais do País, apresentando uma perda líquida de 1,6 milhões de indivíduos, sendo que grande parte deslocou-se para São Paulo. No mesmo período, São Paulo recebeu mais de 1,7 milhões de imigrantes, em termos absolutos (RIBEIRO, 1997). Vários autores destacam o papel de Minas Gerais como o maior fornecedor de população para outras Unidades da Federação, especialmente para São Paulo que sempre foi o principal destino dos emigrantes mineiros (RIBEIRO e CARVALHO, 1998; MATOS, LOBO e STEFANI, 2005; CARVALHO et. al., 1998; BRITO, 2002).

Esse processo atingiu seu auge nas décadas de 60 e 70. A partir daí, começou a haver uma mudança nas migrações internas do País. Segundo RIBEIRO, CARVALHO e WONG (1996), as migrações passaram por mudanças, em parte devido à transição demográfica brasileira. Houve uma mudança profunda do

padrão migratório e as perdas populacionais de Minas e do Nordeste começaram a diminuir. Em Minas Gerais, na maioria dos estados do Nordeste, o número de emigrantes começou a diminuir e o de imigrantes a aumentar. Ao mesmo tempo, São Paulo alcançou o limite de sua capacidade de absorção de migrantes e tornou-se o maior “expulsor” de população do País, mesmo que ainda apresentando saldos migratórios positivos.

Isso ocorreu devido a mudanças na estrutura produtiva, à crise econômica e ao esgotamento da capacidade de absorção dos excedentes populacionais pelos antigos centros receptores. As migrações internas passaram para uma nova etapa, na qual o êxodo rural perdeu força para novas formas de distribuição espacial da população (RIGOTTI, 1999). Conforme destacam BRITO, GARCIA e SOUZA (2004), as virtudes das grandes cidades desapareceram diante da violência urbana, do desemprego, das dificuldades de acesso aos serviços públicos básicos e à moradia. Diminuíram, então, os ganhos populacionais de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto o Nordeste e Minas Gerais passaram a perder menos população. Tanto no Nordeste como em Minas Gerais, a diminuição da perda líquida de população seria consequência da desaceleração da emigração, aliada a um aumento da imigração. (RIBEIRO, 1997).

Grande parte dos migrantes que se dirigiram para as antigas regiões expulsoras de população era composta de migrantes de retorno, ou seja, de indivíduos que haviam deixado essas regiões e agora retornavam para seus estados de origem.

RIBEIRO, CARVALHO e WONG, explicam a migração de retorno como estando:

“... associada à vontade do migrante passar o resto de sua vida na Unidade da Federação de origem, onde provavelmente viveria de benefícios de sua aposentadoria, ou de vantagens econômicas obtidas durante a emigração, ou seja, estaria a registrar-se um retorno de sucesso. Por outro lado pode sugerir o insucesso, isto é, não tendo se adaptado como imigrante em outras áreas, este voltaria ao seu lugar de origem, em condições sociais e econômicas, provavelmente, inferiores.”
(p 989-990, 1996)

Analisando o perfil etário dos migrantes de retorno na década de 1980, RIBEIRO e CARVALHO (1998) constata a predominância de determinantes ligados ao

mercado de trabalho, sendo uma migração tipicamente familiar. Segundo os autores, a “migração de retorno a Minas está associada mais ao fracasso do que ao sucesso na região de destino” (pág. 868) e que esses imigrantes eram “em maioria absoluta, de curto prazo” (pág. 867)

Segundo BRITO e CARVALHO (2006), a maioria dos emigrantes de São Paulo que se dirigiram para o Nordeste e para Minas Gerais nos últimos anos constituiu-se de migrantes de retorno. Segundo esses autores, entre 1999 e 2004, dentre os migrantes provenientes de São Paulo, os retornados correspondiam a 43% dos indivíduos que chegaram a Minas Gerais e superaram 60% dos que se dirigiram para os estados do Nordeste, sendo que, no Ceará, correspondiam a 76% dos imigrantes do período.

É importante destacar a magnitude das trocas populacionais ocorridas entre Minas Gerais e São Paulo durante a segunda metade do século passado. Conforme salienta RIGOTTI (1999), Minas Gerais e São Paulo sempre tiveram posição de destaque nos movimentos migratórios internos do País e forte inter-relação, tanto pelo volume quanto pelo relacionamento recíproco.

Segundo os dados do Censo de 1991, o segundo maior número de migrantes interestaduais do País, pelo critério de data-fixa⁵, foi entre Minas Gerais e São Paulo, totalizando 236.086 indivíduos. Na direção contrária, o número de migrantes de São Paulo para Minas Gerais teve como resultado, ao final do quinquênio, 145.823 indivíduos, o quinto maior do País (IBGE, 1991). Pelo Censo 2000, pelo mesmo critério de data-fixa, o número de migrantes entre São Paulo e Minas no quinquênio 1995-2000 foi de 201.880 indivíduos, o segundo maior do País. Já o resultado final do fluxo migratório de Minas Gerais para São Paulo, 178.423 indivíduos, foi o terceiro maior do País (IBGE, 2000). O saldo migratório entre São Paulo e Minas Gerais foi, portanto, positivo para São Paulo entre 1986 e 1991 (92.263 indivíduos), e positivo para Minas Gerais entre 1995 e 2000 (23.457 indivíduos).

⁵ Os migrantes interestaduais data-fixa correspondem aos indivíduos que, na data de referência do Censo, residiam em uma Unidade da Federação diferente da que residiam a exatos 5 anos antes dessa data.

Com relação à população com 60 anos ou mais de idade, segundo o Censo de 1991, 6.970 indivíduos que moravam em São Paulo em 1986 residiam em Minas Gerais em 1991, sendo esse o terceiro maior volume de migrantes interestaduais idosos do País. Os idosos corresponderam a 4,78% dos migrantes data-fixa de São Paulo para Minas nesse período (IBGE, 1991). Já em 2000, o número de migrantes idosos data-fixa de São Paulo para Minas Gerais foi o maior do país, com 11.761 migrantes, que representavam 5,87% do total de migrantes de São Paulo para Minas. Em 2000, 27% dos idosos emigrantes data-fixa de São Paulo encontravam-se em Minas Gerais e esses correspondiam a 46,7% dos idosos imigrantes data-fixa do Estado (IBGE, 2000).

BRITO (2002) afirma, para o caso de Minas Gerais, que:

“O aumento da sua capacidade de retenção migratória – que não é só função das suas externalidades positivas, mas, também das externalidades negativas nas prováveis regiões de destino dos migrantes mineiros – tem sido acompanhado pelo crescimento da sua capacidade de atração. (...) muitos têm vindo pelas oportunidades geradas nas regiões de expansão agro-industrial” (p. 50).

MATOS, LOBO e STEFANI (2005), que estudam a reversão do padrão migratório entre Minas e São Paulo, mostram que, entre 1995 e 2000, o saldo migratório entre as Unidades da Federação era “favorável” em relação a Minas. Ainda que tenha havido diminuição da emigração, a reversão do saldo migratório de Minas e do Nordeste deveu-se principalmente ao aumento da imigração, sendo que, dois terços eram devidos à imigração de retorno (RIBEIRO e CARVALHO, 1998).

Segundo GARCIA e MIRANDA-RIBEIRO, (2005) a migração de retorno para Minas Gerais, incluído seus efeitos indiretos⁶, respondeu por 67% do migrantes da década de 70, 80% da década de 80 e 75% da década de 90.

⁶ A migração de retorno tem dois efeitos indiretos. Um deles é representado pelas crianças que nasceram no destino, após retorno dos pais. O outro é representado pelos migrantes que não são de retorno mas que migraram em consequência da migração de retorno, como cônjuges, filhos e pais do migrante de retorno.

Como vemos, Minas Gerais passou a receber um número significativo de imigrantes, a maior parte proveniente de São Paulo. Grande parte desses imigrantes estava relacionado ao retorno de mineiros para o Estado.

4.2 Hipóteses sobre a migração de idosos no Brasil

A participação dos idosos na população brasileira vem aumentando de forma consistente nos últimos anos, devido às mudanças na estrutura etária da população, o que também tem levado a um aumento da participação dos idosos entre os migrantes interestaduais. O estudo da migração dos idosos é uma oportunidade de investigarmos uma parcela da população que não migra motivada exclusivamente por busca de melhores condições de trabalho, lançando luz a temas ainda inéditos no estudo das migrações no País. Como exemplo, podemos citar a ligação entre as migrações e as necessidades de suporte e assistência, a redistribuição espacial da renda que pode ocorrer com a migração dos aposentados e as modificações nos arranjos domiciliares causadas por migrações.

Como estudo de caso, optamos por investigar as migrações que ocorreram de São Paulo para Minas Gerais, nas décadas de 1980 e 1990. As migrações como um todo entre esses estados foram significativas durante a segunda metade do século passado, sendo que, no período de 1950 a 1970, a maior parte dos migrantes interestaduais do País partiu de Minas Gerais com destino a São Paulo. Isso contribuiu para que hoje haja um estoque elevado de mineiros residindo em São Paulo. A partir dos anos 1980, conforme destaca BRITO (2002), houve uma inversão do padrão migratório entre esses dois estados, e Minas Gerais passou a receber um contingente cada vez maior de imigrantes de São Paulo. Grande parte desse fluxo esteve relacionada, direta ou indiretamente, à migração de retorno (GARCIA e MIRANDA RIBEIRO, 2005; RIBEIRO e CARVALHO, 1998). Como os fluxos de retorno apresentam uma idade média mais elevada do que os fluxos de não retornados, é provável que nos fluxos migratório de São Paulo para Minas tenhamos um contingente significativo de idosos.

Embora seja desejável conhecer os motivos que levaram os idosos a migrar, não temos como identificá-los apenas com base em dados censitários. Sendo assim, tentaremos fazer uma caracterização dos migrantes em termos de perfis, buscando saber quais os tipos de migrantes e o que podemos deduzir com base nesses tipos. Conforme já citado, essa estratégia também é adotada em diversos estudos de migrantes idosos em outros países, nos quais se pode verificar a existência de grande heterogeneidade entre os migrantes, apontando para a ocorrência de forte seletividade entre eles. Como será descrito na próxima seção, nossa proposta é a utilização de uma metodologia específica de delineamento de perfis, cujas vantagens serão enfatizadas no próximo capítulo.

Na composição dos perfis de migrantes idosos no Brasil, tentaremos investigar quais variáveis investigadas nos Censos de 1991 e 2000, citadas pelos estudos de migração de idosos em outros países, associam-se a cada perfil de migrante. As principais características individuais relacionadas com essas migrações, destacadas pela revisão de literatura, foram a aposentadoria, a deficiência física e mental, a viuvez, além das questões familiares como a estrutura do arranjo domiciliar e o desejo de residir junto aos filhos e parentes. Podemos observar que esses estímulos estão estreitamente ligados ao ciclo de vida individual e familiar dos idosos e todos estão representados nos censos. Isso decorre do fato de haver forte seletividade da migração em relação a atributos individuais dos idosos, dado que são um grupo populacional bastante heterogêneo. Segundo LEE (1966), a seletividade migratória baseia-se no fato de que fatores distintos afetam as pessoas de maneira distinta.

A relação entre migração e aposentadoria baseia-se na quebra do vínculo com o local de trabalho e é a variável de maior destaque nos estudos consultados sobre a migração de idosos. ROGERS e CASTRO (1982) afirmam que pode haver um pico migratório nas idades próximas da aposentadoria, e esse é um componente fundamental em seu modelo etário de migração. Entretanto, segundo QUEIROZ (2006), a chance de aposentadoria por idade no Brasil é baixa, relativamente a outros países, devido à ocorrência da aposentadoria por tempo de serviço/contribuição. Por isso, supomos que não deve haver pico de aposentadoria no País e, conseqüentemente, a migração dos idosos não deve concentrar-se em torno de uma idade específica.

Também é importante destacar que no Brasil muitos idosos ainda trabalham, mesmo estando aposentados, devido ao baixo valor de aposentadoria recebido, em média, e à especificidade da nossa legislação que não impede o indivíduo que recebe rendimento de aposentadoria de continuar trabalhando. É provável que haja um grande percentual de idosos aposentados que ainda sejam ativos economicamente. Isso não invalida a aposentadoria como potencial estímulo à migração no Brasil, mas faz com que também tenhamos que analisar o nível de atividade desses indivíduos.

Sendo assim, diferentemente do que ocorre em outros países, também teremos que levar em consideração a migração de idosos motivada por questões econômicas e ligadas ao mercado de trabalho. Desde os estudos de Ravenstein, a busca por trabalho é apontada como o principal estímulo para a migração. Conforme observamos, parte da inversão do saldo migratório entre São Paulo e Minas Gerais deveu-se ao aumento do poder de atração desse último, o que pode ter levado muitos idosos ativos economicamente a migrarem para Minas Gerais em busca de melhores condições de trabalho. Além disso, mesmo os que já se encontravam inativos podem ter migrado acompanhando parentes ativos que foram trabalhar em Minas Gerais. A forte associação entre migração e trabalho, mesmo entre os idosos, também pode explicar a queda no percentual de migrantes observada à medida em que a idade avança, dada a contínua redução dos níveis de atividade e a falta, no caso brasileiro, de um pico de migração nas “idades típicas de aposentadoria”, conforme o padrão proposto por ROGERS (1988).

Ainda com relação à aposentadoria, devemos observar que houve uma expansão significativa no número de aposentados no País nas últimas décadas e que a elevação no número de migrantes idosos pode ter sofrido influência dessa expansão.

Mesmo estando a par dessas especificidades, não deixaremos de considerar, como na literatura consultada, os estímulos não relacionados a questões ligadas ao mercado de trabalho. Como fazem DE JONG e GARDNER (1981), serão considerados aspectos que fogem de questões puramente econômicas e que são enfatizados nas teorias das estruturas sociais. Nesse sentido, destacam-se os atributos relacionados à migração em busca de maior qualidade de vida,

especialmente válida entre os idosos. Fazem parte desses estímulos a situação conjugal, a busca por suporte à incapacidade, os arranjos domiciliares e as redes sociais.

O estado conjugal, segundo ROGERS (1988), é um fator importante para a migração de idosos. Segundo o autor, idosos sós migram mais que os que vivem acompanhados. Há uma tendência, observada no Brasil por CAMARGO, MACHADO e RODRIGUES (2007), de cada vez mais idosos viverem sós, sendo que grande parte desses são mulheres viúvas. Por isso, será importante analisar a questão do estado conjugal dos migrantes, destacando-se o papel da composição do arranjo familiar.

Também precisamos buscar indícios de relações de suporte à incapacidade e sua relação com a migração. Esse é um aspecto recorrentemente citado na literatura como estímulo para a migração de idosos. Teremos que considerar que, conforme destacam ALVES, LEITE e MACHADO (2008), no Brasil, o suporte à incapacidade é dado prioritariamente pela família. Sendo assim, analisaremos a relação do idoso migrante com os outros membros do domicílio em que ele vive.

Conforme destacado na revisão da literatura, todos estes aspectos sofrem forte influência do sexo, da idade e da renda em sua relação com a migração.

A seletividade dos migrantes em relação ao sexo deve-se a questões econômicas e culturais, como a participação no mercado de trabalho e as relações de poder intra-domiciliares. No Brasil, as mulheres encontram-se em situação de maior dependência financeira, pois possuem um nível de renda mais baixo, devido à menor participação no mercado de trabalho e aos salários menores. Além disso, questões de gênero, como a diferença de poder intra-domiciliar, também têm impacto na vida da mulher, principalmente para as gerações com idades mais avançadas. Por outro lado, a mulher é a principal fornecedora de suporte para os idosos, na figura de esposas e filhas. Por isso, o sexo é uma variável muito importante na caracterização de perfis de migrantes idosos no Brasil.

A idade é uma das principais características que diferenciam os migrantes, lembrada tanto pelas teorias econômicas das migrações, como pelas abordagens sociológicas. Ela também é um indicador importante do ciclo de vida individual e recorrentemente citada nos estudos de migração de idosos. Fatores como

incapacidade e necessidade de suporte relacionam-se diretamente à idade do indivíduo. Devemos destacar, como especificidade no País, que a estrutura etária de nossos idosos ainda é relativamente jovem, pois o processo de envelhecimento da população brasileira ainda é relativamente recente. Por isso, a maior parte dos migrantes encontram-se entre os idosos mais jovens.

A renda é um indicador de necessidade e, em muitos casos, de incapacidade. Níveis de renda muito baixos podem forçar a migração para residências de parentes, assim como uma renda elevada pode atrair migrantes para o domicílio. Entre os idosos brasileiros, isso é extremamente válido. SAAD (2001) destaca a importância da renda do idoso para as famílias, sendo que grande parte dessa renda advém da aposentadoria.

Outro fator que devemos considerar no estudo de migrações de idoso no Brasil é o papel das redes sociais. Segundo VAN TILBURG (1992) e também LITWIN (1997), há um recrudescimento da rede social à medida que a idade avança, sendo que as relações mais importantes passam a ser cada vez mais com cônjuges e filhos. Além de muitas vezes os idosos migrarem acompanhando esses parentes, outro fator recorrentemente citado na literatura internacional, e que acreditamos também ocorrer no Brasil, é a migração com intuito de viver próximo dos parentes, motivada tanto por desejo como por necessidade. Esse aspecto é enfatizado nos trabalhos de WOLF (1994), STOLLER LONGINO, (2001) e WALTERS (2002) O envelhecimento geralmente é caracterizado por perdas nas capacidades físicas e cognitivas e pela probabilidade crescente de fragilidade na saúde e de dependência em relação a outros indivíduos. Isso leva a um fortalecimento das redes sociais, que se tornam mais restritas, porém mais intensas, nessa fase da vida (SETTERSTEN, 2006).

Todos esses aspectos enfatizam a necessidade de analisarmos a composição dos arranjos domiciliares dos migrantes. A unidade domiciliar é tida como um unidade de decisão migratória tanto nas teorias do capital humano, como nas abordagens que enfatizam o papel do ciclo de vida familiar na determinação da migração. Ela têm, segundo CAMARANO et. al. (2004), grande importância no contexto das transferências intergeracionais no País. Basicamente, a análise do arranjo domiciliar com base em dados censitário é feita pela caracterização da

composição dos domicílios. A questão será saber com quem os idosos vivem e com quem migram.

CAMARGO, MACHADO e RODRIGUES (2007) demonstram que há um aumento na proporção de idosos vivendo sós no Brasil. Segundo PALLONI (2004), o fato dos idosos viverem sós tem forte associação com a renda, dado que viver só, muitas vezes, é uma opção do próprio idoso. Nesse sentido, BURCH (1991) demonstra que o percentual de idosos vivendo sós é maior entre aqueles mais ricos, ou seja, é uma opção que reflete independência. A tendência de viver só provavelmente também aumenta a tendência de migrar só e, conforme já citado, os idosos sós migram mais (ROGERS, 1988).

Contudo, o fato de viverem sós não significa que não estejam envolvidos em alguma relação de suporte. WALTERS (2002) destaca a tendência entre os idosos de diminuir a co-residência, mas manter a residência próxima de algum parente. PALLONI (2004) também enfatiza que viver em residência distinta mas próxima da família é uma estratégia comum entre os idosos. Contudo, nossos dados são limitados para analisar relações familiares entre domicílios.

Por outro lado, no caso de haver a co-habitação, nem sempre é fácil distinguir a direção do fluxo de transferência de recursos. Segundo LLOYD-SHERLOCK (2001), mesmo que co-habitação reflita dependência, há dificuldade em saber qual membro do domicílio fornece e qual membro recebe suporte. Dado que a renda do idoso é muito importante para as famílias brasileiras, muitas vezes são eles que estarão dando suporte a outros parentes não-idosos.

O objetivo de nossa análise é compreender como esses aspectos atuam conjuntamente na definição de perfis de migrantes, e quais deles destacam-se na diferenciação dos perfis. Com isso, poderemos fazer inferências sobre os idosos que migraram de São Paulo para Minas Gerais, em busca de aspectos que os diferenciem quanto ao nível de atividade, dependência e questões familiares.

Entre os perfis analisados na revisão de literatura, algumas migrações têm caráter “voluntário”, realizadas por indivíduos aparentemente independentes física e financeiramente, enquanto outras são motivadas por “necessidade”, realizadas por indivíduos que possuem algum tipo de dependência, física ou financeira.

Enquanto alguns indivíduos experimentam o envelhecimento como um período de declínio e frustração, outros encaram essa fase como uma época de renovação (CROSNOE e ELDER, 2002). Isso remete-nos à dualidade entre sucesso ou fracasso do envelhecimento, o que, em certa medida, decorre da heterogeneidade de perfis existentes entre os idosos (CROSNOE e ELDER, 2002). A maneira como os idosos são tratados pela sociedade é diretamente influenciada por essa dualidade. Para aqueles que chegaram às idades mais avançadas com uma situação considerada favorável em termos físicos, cognitivos, sociais e econômicos, são reservadas opções de lazer. Para os que apresentam deficiências em alguns desses componentes, organizam-se estratégias de cuidado e assistência.

Conforme antecipado na introdução da tese, nossa hipótese principal é que, no Brasil, as transições ocorridas ao longo do ciclo de vida também associam-se à migração dos idosos e, dada a heterogeneidade encontrada nesses indivíduos, podemos encontrar perfis específicos de migrantes idosos, caracterizados tanto por migrações de caráter voluntário como por necessidade.

O QUADRO 3 apresenta o comportamento esperado das variáveis selecionadas, tendo como referência seu comportamento nos fluxos migratórios de idosos exibidos em outros contextos, conforme a revisão da literatura no Capítulo 3. Para algumas variáveis, como aposentadoria e condição de atividade, esse comportamento foi adaptado às especificidades dessas variáveis no Brasil. Essa síntese irá ajudar-nos a descrever os perfis de migrantes que esperamos obter, conforme a hipótese principal da tese.

QUADRO 3 – Comportamento esperado das variáveis selecionadas para o estudo das migrações de idosos de São Paulo para Minas Gerais

Variável	Comportamento	Referências bibliográficas
Idade	A medida que a idade avança, a propensão dos idosos para migrar varia. A idade é um dos principais preditores do comportamento das outras variáveis como nível de atividade, incapacidade e viuvez.	ROGERS e CASTRO (1981); BORJAS (1996); MARQUES e RODRIGUES (2006).
Sexo	O comportamento migratório é diferenciado para homens e mulheres devido às relações de gênero e à participação diferenciada de indivíduos de cada sexo no mercado de trabalho.	RILEY e GARDNER (1993); LAWSON (1988); RADCLIFFE (1991); GUEST (1993); RAVEINSTEIN (1980).
Aposentadoria	A aposentadoria é um dos principais estímulos para a migração dos idosos. No caso brasileiro, o percentual de aposentados é maior entre os homens, dada sua maior inserção no mercado de trabalho.	US CENSUS BUREAU (2003); WALTERS (2000); BURES (1997); ANDERSON (2002); BENNETT (1993); HASS (2006); ROGERS e CASTRO (1982)
Condição de atividade	A busca por melhores condições de trabalho é o principal estímulo para a migração da população em geral e, no Brasil, também entre os idosos, dado que esses não precisam parar de trabalhar mesmo que sejam aposentados.	RANIS E FEI (1961); SJAASTAD (1980); HARIS E TODARO (1970); WAJNMAN, OLIVEIRA e OLIVEIRA, (2004); QUEIROZ (2007); OLIVEIRA et. al. (2004); RIOS-NETO e WAJNMAN (1994).
Deficiência	O início do processo de incapacidade, decorrente de deficiência física ou mental, pode levar o idoso à necessidade de migração em busca de suporte.	WALTERS (2002); CHOI (1996); CHEN e WILMOTH (2004); BENNETT (1993).
Migração de retorno	Em decorrência do grande volume de migração observado no Brasil nas décadas passadas, atualmente há um número significativo de migrantes de retorno. Muitos idosos migram de volta para suas regiões de origem, em busca de suporte ou reunião familiar. Relaciona-se às redes sociais de migração.	BRITO e CARVALHO (2006); BRITO (2002); GARCIA e MIRANDA RIBEIRO (2005); RIBEIRO e CARVALHO (1998); RIBEIRO, CARVALHO e WONG (1996); (RIGOTTI, 1999); BRITO, GARCIA e SOUZA (2004)
Estado conjugal	O estado conjugal influencia o comportamento migratório do idoso, como no caso das migrações para acompanhar o cônjuge, no caso dos casados, ou naquelas decorrentes da reconfiguração dos arranjos domiciliares provocada pela perda do cônjuge, como no caso dos viúvos	WOLF (1994); WALTERS (2002); WISEMAN e ROSEMAN (1979); BRADLEY et. al. (2008)
Estrutura domiciliar	A família é uma importante unidade decisória da migração. Os idosos migram acompanhando os outros membros do domicílio. Também migram para viver próximo dos filhos, irmãos ou outro parente. Os idosos que vivem sós geralmente têm maior propensão migratória.	WOLF (1994); LITWAK e LONGINO (1987); STOLLER e LONGINO (2001); WALTERS (2002); IMHOFF, KUIJSTEN e WISSEN (1995); CAMARANO et. al. (2004); PALLONI (2001); CAMARGOS, MACHADO e RODRIGUES (2007); HARBINSON (1981); ROGERS (1988)
Renda	A migração dos idosos é condicionada pelo nível de renda, que influencia no seu nível de (in)dependência. Os mais pobres tem necessidade de buscar co-residência como forma de suporte, os mais ricos podem optar por migrar sozinhos.	WALTERS (2000); BENNETT (1993); CHOI (1996); UNITED NATIONS (2005); CAMARGOS, MACHADO e RODRIGUES, (2007); LLOYD-SHERLOK (2001)

Fonte: Elaboração própria com base na literatura citada no corpo da tabela

5 METODOLOGIA

Esse capítulo discute as estratégias metodológicas utilizadas para analisar a migração de idosos de São Paulo para Minas Gerais. Descreveremos, na primeira seção, os dados censitários de migração presentes nos Censos de 1991 e 2000. Será feita uma discussão, com base em estudos que analisam as migrações no País, sobre as possibilidades de mensuração da migração, apresentando as vantagens e desvantagens de cada método e justificando, dessa forma, nossa opção por utilizar informações de última etapa. Em seguida, explicaremos o recorte etário utilizado na tese, expondo o conceito de idoso segundo diferentes abordagens e justificando a nossa escolha pelo corte de idade. A terceira e última seção trata das estratégias de análise e apresenta o modo como serão feitas as análises descritivas e o método de delineamento de perfis de migrantes idosos.

5.1 Dados censitários de migração

A análises empíricas serão feitas com base nos microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 do IBGE. Os censos são um rica fonte de informação sobre pessoas e domicílios do Brasil, possuindo quesitos sobre características do domicílio, composição familiar e diversos atributos individuais como sexo, idade, escolaridade, migração, deficiência física, nupcialidade, trabalho e rendimento.

No que tange à migração, os censos são a base de dados mais completa existente no País. Tanto no Censo de 1991, como no Censo de 2000, há informações sobre a unidade da federação ou país estrangeiro de nascimento, o tempo de moradia na unidade da federação e a unidade da federação de residência anterior (última etapa migratória), além da unidade da federação e do município de residência, a cinco anos exatos antes da data de referência de cada censo (informação de data-fixa).

Os censos demográficos caracterizam como migrante o indivíduo que mudou de município em alguma data anterior aos censos. Os migrantes de última etapa são os indivíduos que residiram em município ou país estrangeiro diferente daquele em que residiam na data de referência dos censos. Os migrantes de data-fixa são os indivíduos que residiam em uma data específica, cinco anos exatos antes da data de referência dos censos, em um município diferente do município de residência na data de referência dos censos.

Embora o Censo de 1991 possua a informação sobre o nome do município de residência antes da última etapa migratória, em 2000 não foi feita essa pergunta. No Censo 2000, há como identificar todos os migrantes intermunicipais, porém, não os municípios de origem.

Os censos definem como domicílio de residência aquele que o indivíduo tinha como local habitual de residência e nele se encontrava na data de referência do censo ou que, embora estivesse ausente nessa data, tinha o domicílio como residência habitual e sua ausência não era superior a 12 meses.

Pode-se quantificar a migração com base em diversas fontes de informações, como censos, registros administrativos e pesquisas específicas de migração. Teoricamente, a migração só é possível de ser medida com base em registros administrativos contínuos e de boa qualidade, que computam todos os deslocamentos realizados por todos indivíduos de uma população. A informação censitária normalmente mede um deslocamento específico do migrante (o último ou o realizado entre duas datas pré-determinadas) e por isso, ao invés de medir migração, contabiliza o número de migrantes, que não reemigraram e sobreviveram até a data de referência dos censos. Nesses termos, CARVALHO et. al. (2000) destacam: “Enquanto o termo migrante envolve a atenção ao aspecto individual, o termo migração refere-se ao conjunto de todas as migrações individuais feitas no período” (2000, p. 2) Com base nisso, podemos afirmar que o número de migrações é superior ao de migrantes.

No caso brasileiro, devido à inexistência de registros administrativos que cubram os deslocamentos populacionais, a principal fonte de informações para o estudo das migrações são os censos demográficos. O número de migrantes pode ser medido com base nos dados censitários de forma indireta ou direta.

Pela via indireta, calculam-se os saldos migratórios líquidos de uma determinada região por uma estimativa de resíduo. O procedimento consiste em comparar o tamanho da população esperada, fechada, para a região ao final do período com aquela que foi efetivamente observada no censo. Estima-se a população esperada aplicando-se uma função de mortalidade e fecundidade à população observada no início do período. A diferença entre a população esperada e a população observada no final do período será atribuída à migração. Na estimativa indireta de migração supõe-se ausência de erros de declaração de idade, perfeita cobertura censitária e uso de funções de mortalidade e fecundidade adequadas (CARVALHO e RIGOTTI, 1998). Segundo CARVALHO e RIGOTTI (1998), o saldo obtido pela via indireta apresenta o “verdadeiro conceito de saldo migratório”, que mede a contribuição das migrações ao crescimento populacional do período entre duas datas fixas (as datas dos censos). Nesse saldo também está incluído o efeito indireto da migração, representado pelos filhos dos migrantes que nasceram no local de destino. Deve-se ressaltar que a estimativa indireta do saldo migratório representa a diferença entre imigrantes e emigrantes da região com o resto do mundo (CARVALHO e MACHADO, 1992).

Uma limitação das técnicas indiretas com relação à técnica direta é que, pela via indireta, não é possível calcular, separadamente, os imigrantes e os emigrantes e assim também não é possível estabelecer a origem dos fluxos migratórios. Isso só é possível pela via direta.

As medidas diretas são feitas com base nos quesitos de migração presentes nos censos. Segundo CARVALHO e MACHADO (1992), além dos fluxos migratórios poderem ser calculados para pares de unidades geográficas, pela via direta tem-se a vantagem de poder analisar um período menor do que o intercensitário, de se utilizar dados diretos, e não estimativas, e também de não haver exigência de pressupostos para fazer os cálculos. Esse ponto também é destacado por CARVALHO e RIGOTTI, que afirmam que “deve-se avaliar com cuidado os pressupostos do método, assim como a função de mortalidade adotada” (1998, p. 11). A limitação do saldo migratório obtido por técnica direta é que ele não inclui, no caso brasileiro, o efeito dos fluxos emigratórios para o exterior.

Um quesito direto utilizado para o estudo das migrações é o lugar de nascimento do indivíduo. Com base nesse quesito, pode-se calcular o estoque acumulado de

migrantes (não-naturais) de uma determinada região. Uma limitação é não haver referência sobre o momento em que se deu a migração e também a impossibilidade de estimar a migração de retorno dos naturais para uma determinada área.

Outro quesito é o que indaga o lugar de última residência do indivíduo, que qualifica os migrantes de última etapa. Esses migrantes são os indivíduos que, durante um período pré-determinado anterior ao censo, residiram em uma região diferente da que residem na data do censo. Com base nesse quesito, podemos calcular o número de emigrantes e imigrantes entre duas regiões, embora a diferença entre eles não seja precisamente o saldo migratório entre elas. Segundo CARVALHO e RIGOTTI:

“Ainda que muitos autores assim a considerem, a diferença entre imigrantes e emigrantes de última etapa, dentro de um determinado período, não corresponde ao saldo migratório do período, pois não corresponde à contribuição das migrações ao crescimento populacional do período” (1998, p. 9).

O primeiro motivo que impossibilita o cálculo do saldo migratório por esse quesito é o fato de não haver duas datas específicas para se qualificar o saldo. Apenas a data final (data de referência do censo) é uma data fixa, sendo que as datas iniciais estão dispersas ao longo de um período anterior ao censo. O segundo motivo decorre do fato de que muitos imigrantes de última etapa podem ser imigrantes de retorno pleno para a região. Ou seja, embora tenham efetivamente imigrado para a região, eles residiam nela no início e no final de um período e, por isso, não contribuíram para seu incremento populacional. O mesmo ocorre com os emigrantes que passaram pela região, mas que nela não residiam nem no começo nem no final do período, mas apenas em algum momento nesse intervalo e portanto também não alteraram o tamanho de sua população no período.

Segundo RIGOTTI (1999), a combinação do quesito de última etapa com o quesito que mede o tempo ininterrupto de residência na região (tempo que se deu a última migração) enriquece bastante as análises de migração, pois possibilita situá-las temporalmente na década anterior ao censo.

Ressalta-se, mais uma vez, que no Censo 2000 não há a informação do município de origem da última etapa.

O outro quesito com o qual se fazem cálculos diretos de migração é o que indaga o local de moradia dos indivíduos em uma data fixa, no caso brasileiro, exatamente cinco anos antes da data de referência do censo. Esse quesito foi incluído nos censos brasileiros em 1991, sem que se excluíssem os demais quesitos presentes nos censos anteriores.

O migrante de data-fixa é o indivíduo que, exatamente cinco anos antes da data de referência do censo, residia em uma região diferente da de residência na data do censo, independente de ter ou não realizado outras etapas migratórias nesse período. Por possuir informações sobre os imigrantes e dos emigrantes de duas regiões em dois momentos distintos e fixos no tempo, o quesito de data fixa permite o cálculo do saldo migratório entre elas. Conforme já destacado, a única limitação desse saldo migratório é que ele não inclui o efeito dos fluxos emigratórios para o exterior, além de não incluir o efeito indireto.

RIGOTTI (1999) faz uma comparação entre os quesitos de última etapa e data fixa, destacando as vantagens e desvantagens de cada um. Segundo o autor, um problema do quesito de data fixa é que ele ignora as etapas migratórias intermediárias que porventura tenham ocorrido entre as datas fixas. Por exemplo, os imigrantes de data fixa de São Paulo para Minas Gerais podem ter residido em outra Unidade da Federação ou país nesse intervalo, diferenciando-se daqueles que fizeram a migração direta entre essas duas Unidade da Federação, sem etapas intermediárias. Além disso, alguns autores afirmam que o quesito de última etapa é mais confiável, alegando que é mais fácil para o entrevistado lembrar-se do último evento migratório do que do local de residência em uma data específica no passado. (CARVALHO e MACHADO, 1992). A rigor, todo migrante de data fixa é um migrante de última etapa. Contudo, o contrário não é verdadeiro, dado que os indivíduos que emigram e retornam dentro do período são migrantes de última etapa mas não são de data fixa. Conforme demonstrado por RIGOTTI (1999), o total de migrantes dos dois quesitos só será igual quando ocorrer um número ímpar de movimentos migratórios (somente ida), sendo sempre diferente quando ocorrer um número par de migrações (ida e volta).

Ao compararem os dados de última etapa e data fixa do Censo 1991, CARVALHO et al. (2000) encontraram indivíduos que tinham mais de cinco anos de residência na Unidade da Federação (última etapa) mas que declararam uma Unidade da Federação de residência na data fixa diferente da de residência na data do censo. Esses indivíduos foram considerados “transgressores”. Os autores atribuem esse erro a problemas de imputação e de declaração. Com base nas análises realizadas, os autores consideraram a informação de data-fixa desse Censo mais confiável.

Um outro aspecto metodológico importante para as medidas de migração refere-se ao cálculo da migração de retorno. Para um indivíduo ser considerado um migrante de retorno é preciso que ele tenha emigrado de uma região e, posteriormente, retornado a ela, permanecendo até o final do período. O imigrante de retorno no período de análise realizou pelo menos a segunda etapa da migração, ou seja, retornou, independente da época anterior em que emigrou (CARVALHO e RIGOTTI, 1998).

É considerado retornado natural todo migrante do período analisado que tenha nascido na região de destino, qualquer que tenha sido o momento em que a deixara. Já o imigrante de retorno pleno é o indivíduo que, dentro do período de análise, residia na região de origem no início do período, emigrou e retornou a ela, lá permanecendo, independente do local de nascimento. A contra-partida do retornado pleno é o migrante de passagem, representado pelo indivíduo que residiu em uma região no período analisado, porém com local de residência tanto no início quanto no final do período em outra(s) região(ões). (CARVALHO et. al., 2000)

A migração de retorno tem dois efeitos indiretos. Um deles é representado pelas crianças que nasceram no destino, após retorno dos pais. O outro é representado pelos migrantes que não são de retorno, mas que migraram em consequência da migração de retorno, como cônjuges, filhos e pais do migrante de retorno. RIBEIRO e CARVALHO (1998) incluem no efeito indireto da migração de retorno os indivíduos que, ou residem num domicílio chefiado por retornado, independente do seu tempo de residência no domicílio; ou residem em domicílios não chefiados por retornados mas que tenham tempo de residência igual ao tempo de residência do retornado de maior hierarquia familiar. Já GARCIA e

MIRANDA-RIBEIRO, (2005) calculam o efeito indireto baseado nas ligações familiares e não domiciliares.

Com base no que foi exposto, optamos por utilizar em nossas análises as informações da última etapa migratória. Em primeiro lugar, é uma informação obtida diretamente dos resultados do censos, e não uma estimativa, sendo possível estabelecer de forma exata a origem dos migrantes. Além disso, a informação de última etapa possui a vantagem, em relação às outras informações obtidas pela via direta, de podermos identificar os migrantes de cada década, incluindo os migrantes interestaduais de retorno, além de trabalharmos com a migração que ocorreu diretamente de São Paulo para Minas Gerais, sem etapas intermediárias.

5.2 Recorte etário: o conceito de idosos

As etapas do ciclo de vida atravessadas pelos indivíduos afetam diretamente sua propensão a migrar. Isso ocorre porque, em cada fase da vida, as necessidades quanto à localização, tamanho e composição domiciliar variam. Esse é um dos principais aspectos que explicam a seletividade da migração em relação à idade. Em resumo, à medida que a idade avança, os indivíduos atravessam diferentes etapas do ciclo de vida. Em cada uma dessas etapas, as necessidades quanto à localização e composição domiciliar variam, assim como variam os estímulos e comportamentos migratórios. Com base nesse raciocínio, podemos pensar que os fatores que diferenciam os idosos do restante da população são, em última instância, os mesmos fatores que irão fazer com que eles tenham um comportamento migratório distinto. Logo, precisamos compreender essas diferenças para melhor entendermos seu comportamento migratório.

Questiona-se então o que é ser idoso. Entre os critérios para a demarcação desse conceito, primeiramente podemos citar sua dimensão biológica. Nessa dimensão, parte-se do princípio de que o processo de envelhecimento de um indivíduo está associado a um processo biológico de declínio das capacidades físicas e cognitivas e que, a partir de um determinado momento, novas fragilidades físicas e psicológicas irão aparecer. Ressalta-se que o momento exato em que ocorrem

essas perdas pode variar significativamente entre os indivíduos e as sociedades. Não podemos supor, por esse critério, que exista uma idade cronológica que defina quem é ou não-idoso.

Um outra dimensão do conceito idoso remete-nos à esfera do social, baseando-se principalmente na ótica econômica da capacidade de produção e consumo. Para OLIVEIRA et. al. (2004) a idade é uma construção social. Segundo essa abordagem, o conceito de idoso tem variação temporal e contextual. HABER (2006) descreve a variação do que é ser idoso nas sociedade ocidentais, destacando a mudança de significado desse conceito à medida que a sociedade evolui. Ele afirma que na era pré-industrial, talvez por serem uma parcela pequena da população, os idosos detinham respeito e eram admirados como guardiões da memória, da sabedoria e da cultura. Com a industrialização, sua vida mudou radicalmente. O número de idosos aumentou, suas habilidades perderam parte da utilidade e eles tornaram-se “obsoletos” e improdutivos. Com base nesse exemplo, vemos como é forte a conotação social do conceito de idoso e como, sob essa perspectiva, a sociedade atua criando e confirmando expectativas sobre seus papéis sociais. Dentro dessa vertente, os indivíduos são caracterizados como idosos a partir do momento em que não interessam mais ao processo de produção, juntando-se então às crianças na categoria dos dependentes.

Por fim, existe um ponto de vista estritamente demográfico para a definição de idoso. Em CAMARANO e PASINATO (2004), o idoso é definido como aquele com “muitos” anos de vida ou aquele que tem “muita” idade. Essa definição tem caráter relativo, já que a palavra “muita” inevitavelmente remete-nos à dimensão oposta do conceito, à palavra “pouca”. Ou seja, uma abordagem demográfica levar-nos-ia a considerar como idosos aqueles indivíduos com “mais” idade do que outros. Embora seja uma definição autoritária e sujeita à discussão, é o critério demográfico que atualmente define quem é idoso, tanto para fins legais, como políticos. Segundo o Estatuto do Idoso, idoso é o indivíduo com idade igual ou superior a 60 anos. Os estudos demográficos também se baseiam, na maior parte das vezes, nesse corte etário para delimitar a população idosa. Embora a definição de idoso esteja enraizada nos componentes biológico e sociais do envelhecimento, esse *status* é atribuído a todos os indivíduos com uma

determinada idade, mesmo que não apresentem características de dependência e senilidade associadas à velhice e que ainda sejam economicamente produtivos.

Na divisão da população em três componentes (etários) e seus respectivos picos migratórios, feita por ROGERS e CASTRO (1982), vemos que são as fases do ciclo de vida que diferenciam os indivíduos quanto a seu comportamento migratório. Contudo, não há uma idade exata que separa essas fases e, conseqüentemente, os grupos etários que compõem cada um desses componentes. O que os diferencia são os estímulos à migração específicos da fase do ciclo de vida em que os indivíduos se encontram.

Com base nessa premissa, questiona-se quais indivíduos devem ser considerados quando desejamos estudar as migrações de idosos. Um corte estrito de idade irá incorporar entre os idosos indivíduos que ainda estão totalmente inseridos no mercado de trabalho e que migram segundo os mesmo estímulos da população mais jovem, em busca de melhores oportunidades de trabalho e renda. Por outro lado, o principal estímulo para a migração de idosos apontado pela literatura internacional é justamente a saída do mercado de trabalho, ou seja, a aposentadoria. De fato, o que separa o componente laboral de Rogers e Castro do componente pós-laboral é a ligação do primeiro componente com o mercado de trabalho e o desligamento desse mercado entre os que estão no segundo. Seguindo esse raciocínio, o estudo das migrações de indivíduos em idade avançada baseia-se na definição econômica de idoso, ou seja, são os indivíduos não participantes do mercado de trabalho.

Essa discussão é o tema central do artigo publicado por HASS et. al. (2006), que destaca a confusão conceitual que ocorre nos estudos das migrações de idosos, onde os conceitos de “migração nas idades avançadas” e “migração de aposentados” são usados indiscriminadamente como se tivessem o mesmo significado. Segundo os autores, há uma grande diferença entre aqueles que têm idade avançada e os que estão aposentados. Assim como existem indivíduos em idade avançada que não estão aposentados, existem aposentados em idades mais jovens. Os estímulos e as conseqüências das migrações de cada grupo são diferentes, além de possuírem implicações próprias para as localidades envolvidas (HASS et. al., 2006).

Essa mesma questão desponta quando nos debruçamos sobre o caso brasileiro. Assim como muitos indivíduos com mais de 60 anos ainda não se aposentaram e continuam a trabalhar, outros continuam a trabalhar mesmo já tendo conseguido o benefício de aposentadoria. Por outro lado, existem indivíduos com menos de 60 anos que já se desligaram completamente do mercado de trabalho. Provavelmente, cada um desses segmentos exibe um comportamento migratório diferente. Por isso, deve ser feita uma distinção entre os oficialmente aposentados - aposentados pelo instituto de previdência oficial que recebem benefício de aposentadoria - e os que pararam de trabalhar após uma certa idade. Assim como os oficialmente aposentados podem continuar trabalhando, os que param de trabalhar podem não ser oficialmente aposentados.

Nessa tese, seguiremos a definição demográfica presente no Estatuto do Idoso, e investigaremos as migrações dos indivíduos com 60 anos ou mais de idade. Contudo, iremos separar os que encontravam-se aposentados e, entre esses últimos, separaremos os que continuavam ativos economicamente daqueles que foram declarados como inativos. Com isso, tentaremos associar o efeito das condições de atividade e aposentadoria sobre a migração.

Como trabalharemos com as informações de última etapa migratória, na data dos censos os indivíduos já terão uma idade diferente da que tinham quando migraram. Contudo, em concordância com RIBEIRO e CARVALHO (1988), utilizaremos a idade ao migrar para que realmente só levemos em consideração os migrantes idosos. No entanto, devido às informações censitárias disponíveis, as análises serão feitas com base nas características dos indivíduos, incluindo a idade, relativas à data de referência dos censos.

5.3 Estratégia de análise

Inicialmente iremos determinar quais aspectos estão relacionados à migração dos idosos de São Paulo para Minas Gerais, na linha dos determinantes apontados pela literatura revista nos capítulos anteriores. Serão estimadas associações entre migração e aposentadoria, migração e deficiência, migração e estado conjugal (com destaque para a viuvez), sempre considerando atributos pessoais como

sexo, idade, renda e condição de atividade. Para isso, será feita uma análise descritiva das características individuais dos migrantes como sexo, idade, condição de atividade e aposentadoria, viuvez, deficiência e estrutura familiar.

Os seguintes aspectos merecem destaque:

- Os migrantes serão agrupados por grupo etário quinquenal.
- Serão considerados como deficientes os idosos que possuíam grande dificuldade ou total incapacidade de enxergar, ouvir e subir escadas, além dos que possuíam deficiência mental, paralisia ou falta de membro, conforme os quesitos presentes em cada censo. Como esses quesitos são diferentes nos censos utilizados, poderá haver discrepâncias decorrentes da mudança nos quesitos.
- Serão considerados viúvos os indivíduos que, na data do censo, se encontravam nesse estado conjugal e não viviam em companhia de cônjuge ou companheiro, apesar de já terem vivido nessa condição em um momento anterior. Com isso, os viúvos que viviam na presença de cônjuge ou companheiro não serão considerados como “viúvos” em nossa análise.
- Com relação à atividade econômica, será analisado apenas se o indivíduo trabalhava ou não na semana de referência dos censos, incluindo aqueles que estavam afastados do trabalho por motivos de férias, licença, falta voluntária, doença, más condições do tempo ou por outra razão. Não serão considerados como “ativos economicamente” os desocupados que estavam em busca de emprego.
- Serão considerados como aposentados aqueles que recebiam benefício de aposentadoria de instituto de previdência oficial.
- Os indivíduos serão distribuídos segundo classe de rendimento mensal domiciliar *per capita*, em salários mínimos.
- Foram considerados como migrantes de retorno os idosos que nasceram no em Minas Gerais e, em cada período de análise, migraram de São Paulo para esse Estado e lá permaneceram até a data de referência de cada Censo.

- Será analisada a estrutura familiar dos migrantes, correspondente à composição do domicílio dos idosos, em termos de migrantes de São Paulo para Minas Gerais, em cada década.

Conforme destacado pela literatura, a preocupação com a estrutura do arranjo domiciliar dos idosos dirige-se para as estratégias de co-residência. Geralmente, os estudos separam aqueles que vivem sós dos que vivem somente com o cônjuge ou daqueles que vivem com outros parentes e familiares. Sendo assim, serão separados os indivíduos que migraram de São Paulo para Minas Gerais na década e que viviam sós na data de referência dos censos, daqueles que viviam apenas com o cônjuge na data dos censos, sendo que o cônjuge também era migrante de São Paulo para Minas Gerais na década, assim como dos que viviam em domicílios em que todos os outros membros migraram de São Paulo para Minas Gerais na década, e também dos que viviam em domicílios em que residia pelo menos um indivíduo que não migrou de São Paulo para Minas Gerais na década⁷.

Ressalta-se que, devido às características da informação censitária, só possuímos informação do domicílio do migrante no destino. Essa informação refere-se apenas aos indivíduos que estavam vivos na data de referência do Censo e que não reemigraram. Por exemplo, na categoria "Migraram sós" estão representados os idosos migrantes que viviam sós na data de referência dos censos, mesmo que tenham migrado juntamente com outros indivíduos mas, na data de referência, os outros migrantes tenham falecido ou mudado para outro domicílio. Sendo assim, essa variável será considerada uma "proxy" da composição familiar do grupo migrante, embora saibamos que, na data de referência dos censos, os indivíduos poderiam viver em um domicílio diferente daquele em que viviam logo após a migração.

Os indivíduos residentes em domicílios coletivos foram excluídos da análise.

⁷ As crianças, filhas dos migrantes no destino, não foram consideradas para a formação do grupo domiciliar do migrante.

Será analisada a contribuição da renda do migrante para a renda domiciliar, o que nos ajudará a estabelecer uma ligação entre migração e relações de suporte, dependência e independência, tanto do idoso migrante como dos demais.

Conforme já destacado, trabalharemos com a idade dos indivíduos ao migrar, ou seja, serão considerados idosos aqueles que, ao migrarem ao longo da década, possuíam 60 anos ou mais de idade no momento da migração. Na data de referência dos censo esses indivíduos possuíam idade superior àquela em que migraram. Do mesmo modo, serão considerados como não-idosos os indivíduos que, no momento da migração, ainda não tinham completado 60 anos de idade, apesar de na data de referência dos censos já terem atingido essa idade.

Os resultados encontrados serão comparados com as características dos migrantes não-idosos do mesmo período, e também com os idosos mineiros que residiam em São Paulo na data de referência de cada censo, denominados não-migrantes.

Dado que uma única variável dificilmente explicaria o comportamento migratório de um indivíduo e que vários fatores atuam, de forma conjunta, como estímulos dos movimentos migratórios, o segundo objetivo principal da tese será traçar perfis de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais em cada década. Esses perfis incorporarão as variáveis analisadas na etapa anterior, relacionada à análise descritiva. Como as variáveis analisadas provavelmente estão associadas entre si de alguma maneira, os perfis trarão evidências de como elas atuam conjuntamente.

A necessidade de delineamento de perfis também justifica-se pela grande heterogeneidade existente entre os indivíduos nessa fase da vida. ALVES, LEITE e MACHADO (2008), ao determinarem perfis de saúde de idosos no Brasil, destacam que os idosos constituem um grupo heterogêneo com características bastante peculiares.

“A multiplicidade de fatores associados e a heterogeneidade entre os idosos apontam para a importância de se utilizar um modelo que combine os vários fatores relacionados à saúde e que mostre as diferenças entre eles em termos de condições de saúde. Medidas multidimensionais e que possam resumir informações dentro de um número limitado de grupos são necessárias para

delinear o estado de saúde dos idosos” (ALVES, LEITE e MACHADO, 2008 pág. 536)

Segundo BEAN (2004), essa heterogeneidade também é característica do padrão migratório dos idosos, principalmente quanto às motivações das migrações.

Para a determinação dos perfis, utilizaremos a técnica de análise multivariada denominada de Método Grade of Membership - GoM. As técnicas de análise multivariada são utilizadas para estudar fenômenos em que algumas variáveis são medidas simultaneamente em cada elemento amostral (MINGOTI, 2005). Essas técnicas dividem-se em técnicas de inferência e técnicas de sintetização e simplificação. As técnicas de inferência são utilizadas quando se quer determinar algum tipo de causalidade, determinando o comportamento de uma variável (dependente) a partir do comportamento de outra(s) variável(eis) (independente[s]). As técnicas de sintetização, como o GoM, têm o propósito de simplificar ou facilitar a interpretação do fenômeno estudado, à medida que geram parâmetros que sintetizem a relação entre um conjunto de variáveis

O GoM é um método de criação de perfis com base na análise de múltiplas variáveis, útil em situações onde uma combinação de respostas a diversas variáveis define tipos específicos (MARINI, LI e FAN, 1996). A grande diferença com relação a outras técnicas de análise multivariadas é que, por esse método, os indivíduos não necessitam pertencer inteiramente a um determinado perfil. Eles possuem “graus de pertencimento” individuais aos perfis criados pelo método. Diferente da maioria dos métodos de agrupamento, não se considera que os elementos da amostra estão organizados em conjuntos bem definidos, isto é, de que uma observação pertence ou não pertence a um determinado conjunto com determinados atributos (ASSIS, MACHADO e RODRIGUES, 2008).

Além disso, conforme SAWYER, LEITE e ALEXANDRINO (2002), que utilizam o método para traçar perfis de utilização do sistema de saúde no Brasil:

“...como o grau de pertinência de cada indivíduo é dado pela conjunção, neste indivíduo, de todas as categorias das variáveis do modelo, o método releva, e de forma muito simples, a heterogeneidade presente na amostra.” (pag. 759).

O mesmo é defendido por GOLGHER (1998), que faz uma caracterização de microrregiões de Minas Gerais usando o GoM, e afirma que o método é uma

ferramenta poderosa para os estudos que têm como base grupos muito heterogêneos.

Assim, a grande vantagem do GoM é refinar a descrição de eventos heterogêneos, uma vez que trabalha com a heterogeneidade no nível da associação entre as categorias dos atributos e não entre os indivíduos. Isso aumenta a possibilidade de captar eventos heterogêneos de forma mais precisa.

O GoM determina graus de pertinência para cada indivíduo em relação aos perfis extremos criados. Isso faz com que não tenhamos de “forçar” que cada indivíduo pertença ou não a um determinado perfil e, com isso, podemos analisar em que medida ele se aproxima ou se afasta de cada perfil (BAPTISTA, 2003). Assim, o GoM permite representar a heterogeneidade individual na amostra, medida pelo grau de proximidade dos indivíduos aos tipos de referência criados (MARINI, LI e FAN, 1996).

Os perfis extremos são gerados a partir da associação não observada entre as categorias das variáveis e representam os tipos mais frequentes na população estudada. Esses perfis são grupos de referência que, em geral, contêm características únicas na população. Devido à heterogeneidade da amostra, a maioria dos indivíduos difere, em algum grau, dos “tipos puros”, ou seja, dos elementos que pertencem totalmente aos perfis extremos. Porém, a partir dos graus de pertencimento a esses perfis extremos criados para cada elemento da amostra, podemos criar tipos mistos, o que é, segundo GUEDES, COSTA e BRONDÍZIO (2009), a grande vantagem ao GoM.

Formalmente, tomamos I como o número de indivíduos na população, j como o número de variáveis resposta e L_j as respostas de cada variável. A variável resposta X_{ijl} é discreta, independente para uma mesma variável L , e predita por dois parâmetros gerados pelo modelo: g_{jk} e λ_{kjl} .

O parâmetro λ_{kjl} representa a probabilidades de cada categoria de resposta l , de cada variável j , pertencer ao k -ésimo perfil extremo. Esse parâmetro mensura a frequência esperada das respostas para indivíduos considerados “tipos puros” de cada perfil, sendo que esse indivíduo é aquele que manifesta o mais alto escore de grau de pertencimento a este perfil, relativamente aos demais (ASSIS, MACHADO e RODRIGUES, 2008).

O parâmetro g_{ik} é denominado escore de pertinência e indica o grau de pertencimento do i -ésimo elemento, ao k -ésimo conjunto ou perfil. Tais escores variam no intervalo entre 0 e 1, sendo que um escore igual a 0 indica que i não pertence ao perfil K , enquanto um escore 1 indica que esse possui as características do perfil. Esses escores mensuram o grau em que cada indivíduo manifesta propriedades associadas a cada perfil extremo (ASSIS, MACHADO e RODRIGUES, 2008).

O modelo probabilístico maximiza uma função de máxima semelhança através de um processo iterativo, em que λ_{kjl} e g_{ik} são gerados seguidas vezes, de forma iterativa, até que seus valores se estabilizem.

O produto $g_{ik} \cdot \lambda_{kjl}$ indica a probabilidade de um indivíduo com g_{ik} variando entre 0 e 1, possuir a resposta l -ésima para a questão j -ésima. A soma dos produtos para todos os perfis gerados para cada indivíduo é dado por:

$$\text{Prob} (y_{ijl} = 1,0) = \sum_k g_{ik} \cdot \lambda_{kjl}.$$

Assumindo independência entre os indivíduos condicionalmente aos parâmetros λ_{kjl} e g_{ik} , a função de máxima semelhança é definida por:

$$L = \prod_i \prod_j \prod_l \left(\sum_k g_{ik} \cdot \lambda_{kjl} \right)^{y_{ijl}},$$

que atende às seguintes restrições:

$$0 \leq \lambda_{kjl} \leq 1 \text{ e } \sum_{l=1}^l \lambda_{kjl} = 1,$$

$$0 \leq g_{ik} \leq 1 \text{ e } \sum_{k=1}^k g_{ik} = 1.$$

Apesar das vantagens do GoM com relação a outras técnicas de criação de perfis, a forma de estimação do modelo pode, segundo GUEDES, CAETANO, MACHADO e BRONDIZIO (2010), levar a uma solução que não seja única e identificável, quando o que se deseja encontrar é um modelo que tenha uma

única solução para os parâmetros finais. Essa mesma crítica já fora feita por MARINI, LI e FAN (1996), alegando que o pesquisador pode encontrar um “máximo local”, que é apenas aparente, ao invés de chegar a um “máximo global”. Além do problema da identificabilidade, GUEDES, CAETANO, MACHADO e BRONDIZIO (2010) alertam para a necessidade de que sejam encontrados parâmetros estáveis.

Nessa tese, seguimos as sugestões propostas por GUEDES, CAETANO, MACHADO e BRONDIZIO (2010) para encontrar uma solução única e que nos desse parâmetros estáveis. Partimos de um modelo exploratório, sem determinação *a priori* dos perfis extremos iniciais. Segundo GUEDES, COSTA e BRONDÍZIO (2009), a seleção aleatória é um método atrativo para definir os grupos de referência porque permite que todos os atributos tenham o mesmo peso.

Foram realizadas 30 execuções aleatórias iniciais para o valor de k variando entre 2 e 4. Em seguida, foi calculada a média das probabilidades de ocorrência de cada categoria ao longo das 30 execuções, para um mesmo k , com o fim de obter uma estatística de desvio em relação à média das execuções. A partir de um ranking que apontava a execução com maior número de respostas cujo desvio em relação a média fosse igual a zero, obteve-se uma solução única e identificável.

Foi aplicado então o teste de Akaike para determinar o número ideal de perfis extremos (K). Esse teste é feito pela fórmula:

$$AIC = -2\ln(L) + 2p,$$

em que $\ln(L)$ é o log da verossimilhança e p o número de parâmetros estimados (total de λ_{kjl} e g_{ik}). O menor valor de AIC indica o modelo com melhor adequação à estrutura real latente aos dados.

Uma vez solucionado o problema da identificabilidade, tratou-se de tentar estabilizar os parâmetros, realizando novas estimativas do modelo. Isso foi feito utilizando-se os λ_{kjl} do modelo considerado como “máximo global”, até que seus valores não variassem entre as novas execuções que, dessa vez, foram não aleatórias. Em termos práticos, os λ_{kjl} obtidos na primeira execução foram

utilizados como valores iniciais da execução seguinte, e assim por diante, até que seus valores se estabilizassem.

Para descrever cada perfil extremo a partir de suas características predominantes, seguiu-se o procedimento sugerido por SAWYER, LEITE e ALEXANDRINO (2002), de que o valor de λ_{kjl} para cada resposta fosse pelo menos 20% superior à probabilidade de ocorrência dessa resposta no conjunto da amostra.

A tabela a seguir apresenta as variáveis que foram utilizadas em nosso modelo, assim como os valores que elas podiam assumir, juntamente com o seu significado.

TABELA 1 – Especificação das variáveis utilizadas no modelo de construção de perfis de migrantes idosos

Variável	Valor	Interpretação
Atributos individuais		
Sexo	0	Homem
	1	Mulher
Grupo etário	0	60 a 64
	1	65 a 69
	2	70 a 74
	3	75 a 79
	4	80 ou +
Aposentado	0	Sim
	1	Não
Deficiente	0	Sim
	1	Não
Condição de atividade	0	Ativo
	1	Inativo
Viúvo	0	Sim
	1	Não
Renda dom. <i>per capita</i> , em s.m.	0	sem rendimento
	1	0 a 0,5
	2	0,51 a 1
	3	1,1 a 2
	4	2,1 a 5
	5	5,1 a 10
	6	10 ou +
Relações domiciliares		
Relação com o responsável	0	Responsável
	1	Cônjuge
	2	Pai, Mãe, Sogro
	3	Irmão (a)
	4	Outro
Cont. para a renda domiciliar (%)	0	0 a 25
	1	26 a 50
	2	51 a 75
	3	76 a 100
Atributos migratórios		
Migrante interestadual de retorno	0	Sim
	1	Não
Estrutura domiciliar	0	Migra só
	1	Migra apenas como cônjuge
	2	Migra com todo o domicílio
	3	Migra para um domicílio em que viviam não-migrantes

Fonte: elaboração própria

Assim como na análise descritiva, iremos comparar os idosos migrantes com os idosos não-migrantes. Para isso, delinearemos perfis de idosos mineiros que residiam em São Paulo na data de referência de cada censo. Os procedimentos adotados para a criação dos perfis serão os mesmos. Entretanto, dado que são não-migrantes, as variáveis utilizadas na criação dos perfis serão diferentes, conforme a TAB. 2.

TABELA 2 – Especificação das variáveis utilizadas no modelo de construção de perfis de idosos não-migrantes

Variáveis selecionadas	Valor	Interpretação
Atributos individuais		
sexo	0	homem
	1	mulher
Aposentado(a)	0	Não
	1	Sim
Grupo etário	0	60 a 64
	1	65 a 69
	2	70 a 74
	3	75 a 79
	4	80 ou +
Deficiente	0	Não
	1	Sim
Economicamente ativo	0	Não
	1	Sim
Viúvo(a)	0	Não
	1	Sim
Rend. domiciliar per capita (s.m.)	0	sem rendimento
	1	0 a 0,5
	2	0,51 a 1
	3	1,1 a 2
	4	2,1 a 5
	5	5,1 a 10
	6	10 ou +
Atributos de relações domiciliares		
Contrib. para a renda domiciliar(%)	0	0 a 24
	1	25 a 50
	2	51 a 75
	3	76 a 100
Relação com o resp. pelo domicílio	0	Responsável
	1	Cônjuge
	2	Pai, Mãe, Sogro(a)
	3	Irmão (a)
	4	Outro
Número de moradores do domicílio	0	1
	1	2
	2	mais de 2

Fonte: elaboração própria

CAPITULO 6 RESULTADOS

Nesse capítulo será feita a análise descritiva das características dos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais, com base nos resultados dos Censos de 1991 e 2000. A partir da revisão de literatura, foram selecionados atributos individuais relacionados à migração de idosos, como a idade, o sexo, a aposentadoria, a deficiência e a viuvez. Será analisada a condição de atividade dos idosos e, seguindo a literatura sobre migrações, a participação dos migrantes interestaduais de retorno entre os migrantes. Também serão apresentadas as relações domiciliares dos migrantes e a sua distribuição por faixa de rendimento. Faremos uma comparação entre os migrantes das duas décadas, mostrando a variação de suas características nos dois períodos, assim como entre os migrantes idosos e os migrantes mais jovens, e também com os idosos mineiros que continuaram residindo em São Paulo na data de referência de cada censo, denominados não-migrantes pelo critério de análise utilizado.

A análise descritiva servirá de base para a construção do modelo de delineamento de perfis de migrantes na segunda parte do capítulo.

6.1 Caracterização dos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais

Na década de 1980, 269.298 pessoas migraram de São Paulo para Minas Gerais, tendo sobrevivido e lá permanecido até a data de referência do Censo de 1991. Desses indivíduos, 8.509 saíram de São Paulo com 60 anos ou mais de idade, ou seja, eram migrantes idosos. Em 1991, dos migrantes interestaduais que chegaram a Minas Gerais na década anterior, 40,9% eram provenientes de São Paulo. Entre os idosos, esse percentual foi de 43,6%. Entre 1990 e 2000, 386.368 indivíduos migraram de São Paulo para Minas Gerais, tendo sobrevivido e lá permanecido até a data de referência do Censo 2000. Representavam, em 2000, 38,5% dos imigrantes interestaduais do Estado no período. Desses, 14.106 migraram com 60 anos ou mais de idade, representando 40%, em 2000, dos

idosos que chegaram ao Estado na década, sobrevivendo até a data de referência do Censo. Comparando-se as duas décadas, vemos que o número de idosos que migraram de São Paulo para Minas Gerais e lá permaneceu aumentou 65,8%, mais do que o crescimento do número de migrantes de todas as idades que fizeram o mesmo percurso, que foi de 43,5%.

Entre os migrantes idosos, o número de mulheres era ligeiramente superior ao de homens nas duas décadas, conforme pode ser observado nas TAB. 3 e 4. A razão de sexo dos migrantes foi de 0,96, na década de 1980 e de 0,91 na década de 1990, apontando para um aumento na participação das mulheres entre os migrantes idosos. As razões de sexo dos migrantes mais jovens, com até 59 de anos de idade ao migrar, foi de 1,09 e 1,04, nas décadas de 1980 e 1990, respectivamente, atestando que entre os mais jovens os homens migraram mais⁸.

Entre os idosos mineiros que residiam em São Paulo na data de referência de cada censo, não tendo retornado para Minas Gerais, as razões de sexo foram de 0,81 e 0,77, em 1991 e 2000, respectivamente. Mesmo que entre os idosos como um todo a proporção de mulheres seja maior do que a verificada entre os não-idosos, sejam eles migrantes ou não, percebemos que a participação dos homens é relativamente maior entre os idosos migrantes do que entre os não-migrantes.

TABELA 3 – Migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais, total e percentual, por sexo e grupo de idade e razões de sexo - 1991

Idade	Homens		Mulheres		Razão de sexo dos migrantes idosos
	Total	%	Total	%	
60 a 64	1.827	43,9	1.745	40,1	1,05
65 a 69	1.177	28,3	1.162	26,7	1,01
70 a 74	677	16,3	699	16,1	0,97
75 a 79	299	7,2	457	10,5	0,65
80 ou mais	179	4,3	287	6,6	0,63
Total	4.160	100,0	4.349	100,0	0,96

Fonte: IBGE, 1991

⁸ As razões de sexo dos migrantes de São Paulo para Minas Gerais, por grandes grupos etários, na década de 1980 foram de 0,95 para os migrantes entre 10 e 19 anos de idade, 1,16 para entre 20 a 39 anos de idade e de 1,13 entre 40 a 59 anos de idade. Na década de 1990 foram de 0,96 para os migrantes entre 10 e 19 anos de idade, 1,04 para os entre 20 a 39 anos de idade e de 1,21 para os entre 40 a 59 anos de idade.

TABELA 4 – Migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais, total e percentual, por sexo e grupo de idade e razões de sexo - 2000

Idade	Homens		Mulheres		Razão de sexo dos migrantes idosos
	Total	%	Total	%	
60 a 64	2.766	41,1	2.821	38,2	0,98
65 a 69	2.028	30,2	1.879	25,4	1,08
70 a 74	1.086	16,2	1.203	16,3	0,90
75 a 79	463	6,9	778	10,5	0,59
80 ou mais	379	5,6	704	9,5	0,54
Total	6.722	100,0	7.385	100,0	0,91

Fonte: IBGE, 2000.

Quando observamos a distribuição dos migrantes idosos por sexo e idade na década de 1980, vemos que entre os relativamente mais jovens o peso dos homens era maior, enquanto entre os mais velhos as mulheres predominavam. Até os 69 anos de idade, o número de homens migrantes chegava a superar o de mulheres. Entre 70 e 74 anos, as mulheres já eram a maioria. Além disso, a partir de 75 anos de idade o número de migrantes idosas superou o de homens e fez com que a razão de sexo dos migrantes declinasse bastante, inclusive sendo inferior às razões de sexo dos mineiros idosos não-migrantes com a mesma idade que residiam em São Paulo em 1991 (TAB. 5).

TABELA 5 – Idosos mineiros que residiam em São Paulo, total e percentual, por sexo e grupo de idade e razões de sexo - 1991

Idade	Homens		Mulheres		Razão de sexo
	Total	%	Total	%	
60 a 64	41062	37,6	48427	36,1	0,85
65 a 69	30025	27,5	34784	25,9	0,86
70 a 74	18566	17,0	23158	17,2	0,80
75 a 79	11445	10,5	15246	11,4	0,75
80 ou mais	8220	7,5	12636	9,4	0,65
Total	109318	100,0	134252	100,0	0,81

Fonte: IBGE, 1991.

Como a maioria dos migrantes idosos estava concentrada nas idades relativamente mais jovens (69,4% do migrantes tinham menos de 70 anos de idade) e, nessas idades, o número de migrantes do sexo masculino era maior, a

razão de sexo dos migrantes idosos como um todo supera a dos idosos não-migrantes, que possuem um estrutura etária relativamente mais envelhecida.

O mesmo pode ser observado na década seguinte. Em 2000, entre os migrantes idosos da década, que eram relativamente mais jovens, com até 74 anos de idade, a participação dos homens em relação às mulheres foi maior. Entretanto, a partir do 75 anos de idade, o número de mulheres migrantes superou em muito o número de homens e as razões de sexo tornam-se inferiores às razões de sexo dos não-migrantes com a mesma idade. Dado que a distribuição etária dos migrantes idosos era bastante “jovem” e entre os mais jovens a participação dos homens era maior, a razão de sexo total dos migrantes foi maior do que a dos não-migrantes (TAB. 6).

TABELA 6 – Idosos mineiros que residiam em São Paulo, total e percentual, por sexo e grupo de idade e razões de sexo - 2000

Idade	Homens		Mulheres		Razão de sexo
	Total	%	Total	%	
60 a 64	50401	33,7	63023	32,3	0,80
65 a 69	39645	26,5	48937	25,1	0,81
70 a 74	28431	19,0	37409	19,2	0,76
75 a 79	16837	11,3	22956	11,8	0,73
80 ou mais	14123	9,5	22781	11,7	0,62
Total	149437	100,0	195105	100,0	0,77

Fonte: IBGE, 2000.

Entre 1991 e 2000 o número de idosas migrantes aumentou 69,8% e o de homens 61,6%, explicando a queda da razão de sexo dos migrantes entre as duas décadas. O aumento do número de migrantes ocorreu em todos os grupos etários e para ambos os sexos, mas foi mais pronunciado entre aqueles que tinham 80 anos ou mais de idade, onde o número de migrantes homens aumentou 2,1 vezes e o de mulheres 2,5 vezes. Isso fez com que houvesse um ligeiro envelhecimento da estrutura etária dos migrantes idosos.

Em síntese, nas duas décadas observamos que os idosos que migraram eram relativamente mais jovens do que os que permaneceram em São Paulo e, entre os migrantes, a proporção de homens foi relativamente maior do que entre os não-migrantes. Contudo, nas idades mais avançadas, a proporção de mulheres foi significativamente maior que a de homens, superando a proporção relativa das

mulheres não-migrantes. Isso deve-se, em parte, à maior proporção de mulheres que sobrevivem até as idades mais avançadas, devido à diferença da longevidade por sexo.

Faremos a seguir uma análise dos migrantes idosos quanto ao nível de atividade, à condição de aposentadoria, à presença de deficiência e à viuvez. Todos esses aspectos serão apresentados por sexo e idade dos migrantes.

Podemos observar na TAB. 7 que apenas 13,8% dos migrantes idosos declaram-se ativos economicamente em 1991. O nível de atividade variou bastante entre homens e mulheres e também à medida que a idade avançava. Entre os homens, 22,8% declararam-se ativos, enquanto entre as mulheres, apenas 5,1% declararam-se na mesma condição. Em todas as idades, o nível de atividade dos homens superou o das mulheres. Um terço dos homens entre 60 e 64 anos de idade eram ativos economicamente, sendo que entre aqueles com 80 ou mais de idade o nível de atividade foi de 4,5%. Entre as mulheres, esse percentual foi de 9,3% para aquelas entre 60 e 64 anos de idade, e praticamente nulo para as que tinham mais de 75 anos.

TABELA 7 – Percentual (%) de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais por atributo individual, segundo sexo e grupo de idade - 1991

	Sobre o total de idosos	Grupo de idade				
		60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 ou mais
<u>Ativos economicamente</u>						
Homens	22,8	33,5	17,5	13,9	9,8	4,5
Mulheres	5,1	9,3	3,1	2,7	0,9	0,5
Ambos os sexos	13,8	21,7	10,3	8,3	4,4	2,1
<u>Aposentados</u>						
Homens	86,9	77,1	95,2	96,7	90,3	88,4
Mulheres	51,4	41,1	52,2	54,0	68,9	76,7
Ambos os sexos	68,7	59,5	73,8	75,0	77,3	81,2
<u>Deficientes</u>						
Homens	4,5	4,6	4,1	5,0	6,6	0,0
Mulheres	3,3	2,8	3,6	1,0	3,9	9,4
Ambos os sexos	3,9	3,7	3,9	3,0	5,0	5,8
<u>Viúvos</u>						
Homens	11,8	7,9	12,5	16,3	13,1	27,2
Mulheres	45,5	30,7	45,6	60,8	58,8	77,0
Ambos os sexos	29,0	19,0	28,9	38,9	40,7	57,8

Fonte: IBGE, 1991.

TABELA 8 – Percentual (%) de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais por atributo individual, segundo sexo e grupo de idade - 2000

	Sobre o total de idosos	idade				
		60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 ou mais
<u>Ativos economicamente</u>						
Homens	20,6	30,6	19,9	8,1	7,2	3,4
Mulheres	4,0	5,9	3,7	3,7	0,7	1,1
Ambos os sexos	11,9	18,2	12,1	5,8	3,1	1,9
<u>Aposentados</u>						
Homens	79,4	66,8	85,7	89,0	89,1	97,7
Mulheres	61,4	53,9	63,1	58,7	79,1	71,7
Ambos os sexos	69,9	60,3	74,8	73,1	82,8	80,8
<u>Deficientes</u>						
Homens	7,2	5,7	7,8	3,0	15,9	16,1
Mulheres	6,5	3,9	6,3	8,0	10,9	9,7
Ambos os sexos	6,8	4,8	7,1	5,6	12,8	11,9
<u>Viúvos</u>						
Homens	13,0	7,9	9,6	13,9	32,1	42,3
Mulheres	42,9	28,6	34,3	56,8	66,9	72,9
Ambos os sexos	28,7	18,4	21,5	36,4	53,9	62,2

Fonte: IBGE, 2000.

Em 2000, os homens também eram mais ativos economicamente do que as mulheres, em cada grupo etário (TAB 8). Vinte por cento dos migrantes idosos do sexo masculino ainda eram ativos economicamente na data de referência do Censo, enquanto entre as mulheres esse percentual foi de apenas 4%. O nível de atividade econômica variou consideravelmente com o avanço da idade. Quase um terço dos homens entre 60 a 64 anos de idade ainda era economicamente ativo, ao passo que, a partir dos 80 anos de idade, apenas 3,4% permaneciam nessa condição. Entre as mulheres, o nível de atividade passou de 18,2%, entre as relativamente mais jovens, para menos de 2% daquelas com 80 anos ou mais de idade.

Na comparação com os idosos mineiros que permaneceram em São Paulo, vemos que o nível de atividade dos imigrantes foi menor nos dois períodos, para ambos os sexos.

Sessenta e oito por cento dos migrantes idosos declararam-se aposentados no Censo de 1991. Assim como aconteceu em relação ao nível de atividade, o percentual de aposentados foi sempre superior entre os homens do que entre as mulheres. No geral, 86,9% dos homens declararam-se aposentados, sendo que o

maior percentual, 96,7%, foi encontrado entre os que tinham entre 70 e 74 anos de idade. A partir dessa idade, o percentual de aposentados sofreu uma leve redução. Entre as mulheres, 51,4% declararam-se aposentadas, sendo esse percentual crescente à medida que a idade avançava⁹. Por fim, devemos destacar que 11,6% dos aposentados declararam que ainda continuavam ativos economicamente na época do Censo de 1991, condição típica do Brasil, onde não há impedimento de que um indivíduo aposentado trabalhe.

O percentual de aposentados entre os migrantes idosos da década de 1990 também foi elevado, principalmente entre os homens. De modo geral, 69,9% dos migrantes declararam-se aposentados, 79,4% dos homens e 61,4% das mulheres (apesar da possibilidade de haver confusão entre aposentadoria e pensão). A tendência era de aumento do número de aposentados à medida que a idade avançava. O maior percentual de aposentados encontrado foi 97,7%, referente aos homens com 80 anos ou mais de idade. As mulheres também mantiveram percentuais acima de 60% em todas as idades.

Na comparação com os idosos mineiros que residiam em São Paulo e que não emigraram (TAB 9), vemos que o percentual de aposentados foi maior entre os migrantes nos dois períodos, para ambos os sexos. Esse fato, aliado ao menor nível de atividade dos migrantes, indica que pode haver uma associação entre a saída do mercado de trabalho/aposentadoria e a migração, conforme será discutido adiante.

⁹ Devemos enfatizar mais uma vez a complexidade de se analisar a aposentadoria entre as mulheres. Além da inserção de parte dessas mulheres no mercado de trabalho ter sido mais irregular que a dos homens, é possível que haja confusão na declaração de rendimento, pois parte daquelas que declararam-se aposentadas pode estar recebendo rendimentos de pensão.

TABELA 9 – Percentual de prevalência de cada atributo individual selecionado sobre o total de mineiros que residiam em São Paulo - Ambos os sexos, Homens e Mulheres - 1991 e 2000

Atributo Individual	Ambos os sexos	Homens	Mulheres
	1991		
Ativos economicamente	21,2	38,0	7,5
Aposentados	51,6	67,6	38,5
Deficientes	3,5	4,0	3,1
Viúvos	31,4	12,2	47,1
	2000		
Ativos economicamente	17,1	27,7	8,9
Aposentados	59,2	71,9	49,4
Deficientes	16,2	17,0	15,6
Viúvos	30,8	11,8	45,3

Fonte: IBGE, 1991 e 2000

Com relação à presença de deficiência, em 1991, 3,9% dos migrantes idosos declararam que possuíam algum grau de deficiência. Os percentuais foram maiores entre os homens do que entre as mulheres, a não ser no último grupo etário, onde 9,4% das mulheres foram declaradas como deficientes e nenhum homem foi encontrado nessa condição. Devemos ressaltar que, devido ao fato do número de deficientes captados pelo Censo 1991 ser muito baixo e que essa é uma variável investigada de forma amostral, pode haver grande variação nesse indicador quando analisamos os dados por idade, devido, principalmente, ao pequeno número de indivíduos em alguns grupos etários. Por isso, esse dado deve ser analisado com cautela.

Além disso, a forma de investigação de deficiência mudou do Censo de 1991 para o de 2000 e, por isso, a comparação dos dados entre os dois períodos fica prejudicada. Não sabemos se o aumento observado no número de deficientes entre as décadas de 1980 e 1990 deveu-se a um crescimento real dessa característica ou foi efeito da nova forma de investigação. Em 1991, havia apenas um quesito sobre deficiência, em que os entrevistados respondiam se algum morador do domicílio possuía ou não cegueira, surdez, paralisia, falta de membro ou deficiência mental. Em 2000, haviam cinco quesitos sobre deficiência, em que os entrevistados respondiam se algum morador do domicílio possuía deficiência mental, paralisia, falta de membro e também qual o grau de dificuldade de enxergar, ouvir, caminhar ou subir escadas.

Em 2000, 6,8% dos migrantes declararam-se com algum grau de deficiência. O percentual foi de 7,2% entre os homens e 6,5% entre as mulheres. Para ambos os sexos esse percentual foi crescente com a idade, com exceção dos homens entre 70 e 74 anos de idade. Os percentuais de deficientes do sexo masculino foram superiores aos do feminino, sendo que, entre os homens com mais de 74 anos de idade os percentuais de deficientes encontravam-se em torno de 16%. Entre as migrantes idosas, o maior valor encontrado foi de 10,9% de deficientes, entre 75 e 79 anos de idade.

Por fim, devemos ressaltar que não houve grande diferença entre os percentuais de deficiência dos idosos migrantes e não-migrantes nos dois períodos.

A TAB. 9 mostra ainda que a viuvez foi uma característica tipicamente feminina nas duas décadas. Além dos diferenciais de mortalidade por sexo, que geralmente são favoráveis às mulheres, um fato que pode explicar essa condição é que só foram considerados viúvos os indivíduos que não viviam mais em companhia de cônjuge ou companheiro. Como os homens tendem a re-casarem com mais frequência do que as mulheres, pode ser que um grande número daqueles que enviuvaram se casaram novamente e, por isso, não aparecem nos resultados.

O percentual de migrantes viúvos foi de 29% em 1991, sendo 45,5% entre as mulheres e 11,8% entre os homens. Para ambos os sexos o percentual de viúvos cresceu à medida que a idade avançava, mas em nenhum momento o percentual máximo dos homens atingiu o percentual mínimo das mulheres. Destaca-se que, entre as mulheres migrantes com 80 anos ou mais de idade, 77% declararam-se viúvas.

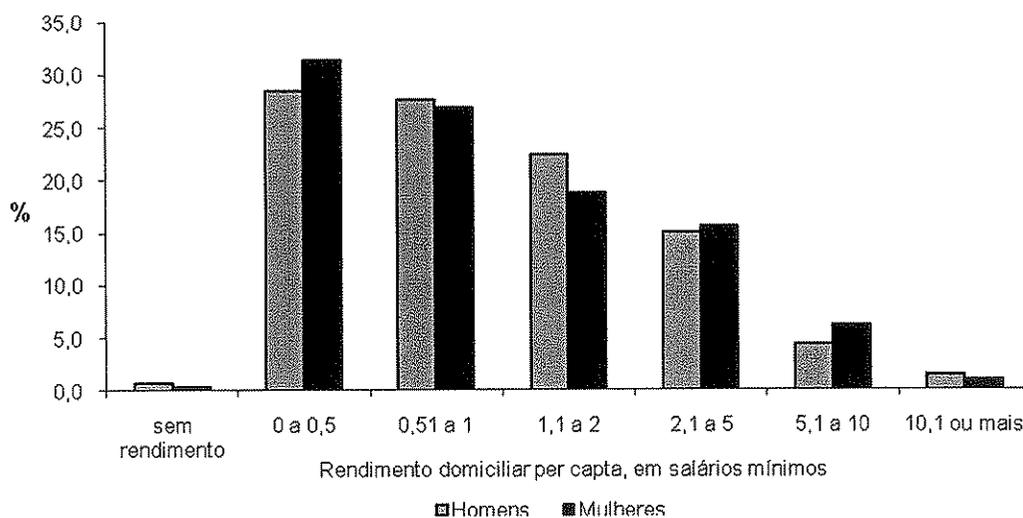
Em 2000, 28,7% dos migrantes declararam-se viúvos, sendo 42,9% das mulheres e 13% dos homens. Esses percentuais cresceram à medida que a idade avançava, atingindo 42,3% dos homens e 72,9% das mulheres com 80 anos ou mais de idade.

Assim como no caso da deficiência, não houve diferença significativa nos percentuais de viuvez de migrantes e não-migrantes.

A análise da renda dos migrantes idosos foi feita com base na distribuição em categorias de rendimento domiciliar *per capita* em salários mínimos, conforme o GRAF. 1. A maioria vivia em domicílios com rendimentos *per capita* inferior a 1 salário mínimo em 1991. Com relação ao sexo, observamos que o percentual de mulheres na categoria de rendimentos inferiores a meio salário mínimo era superior ao de homens na mesma categoria, embora elas também superassem os homens nas categorias que iam de 2 até 10 salários mínimos *per capita*.

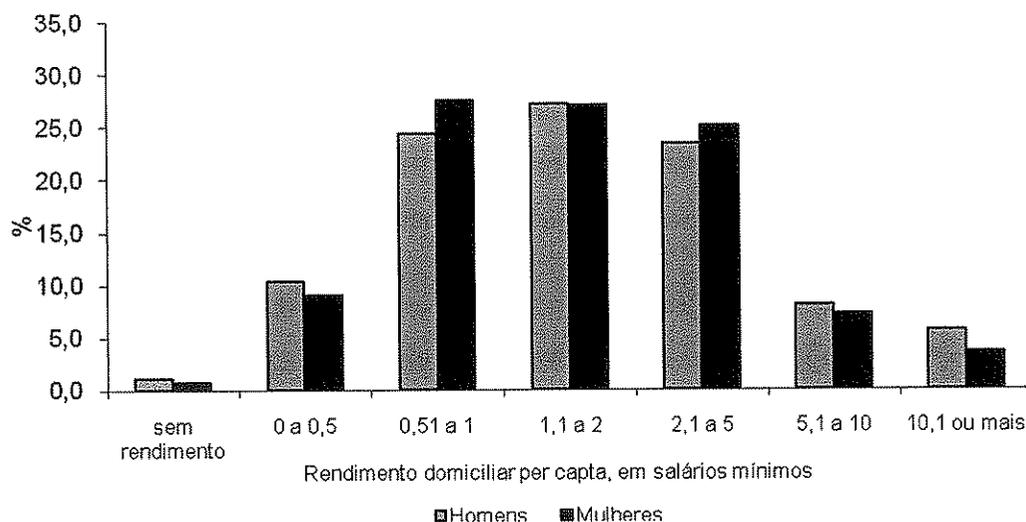
Em 2000, o GRAF. 2 mostra que aproximadamente um quarto dos migrantes tinha renda de 0,5 e 1 salário mínimo, outro quarto de 1 a 2 salários mínimos, e outro quarto de 2 a 5 salários mínimos. Isso foi válido tanto para os homens, quanto para as mulheres, pois o rendimento domiciliar *per capita* não apresentou grandes variações com relação ao sexo.

GRAFICO 1 – Distribuição percentual dos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais por faixa de rendimento domiciliar *per capita*, em salários mínimos, por sexo - 1991



Fonte: IBGE, 1991.

GRAFICO 2 – Distribuição percentual dos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais por faixa de rendimento domiciliar *per capita*, em salários mínimos, por sexo - 2000



Fonte: IBGE, 2000.

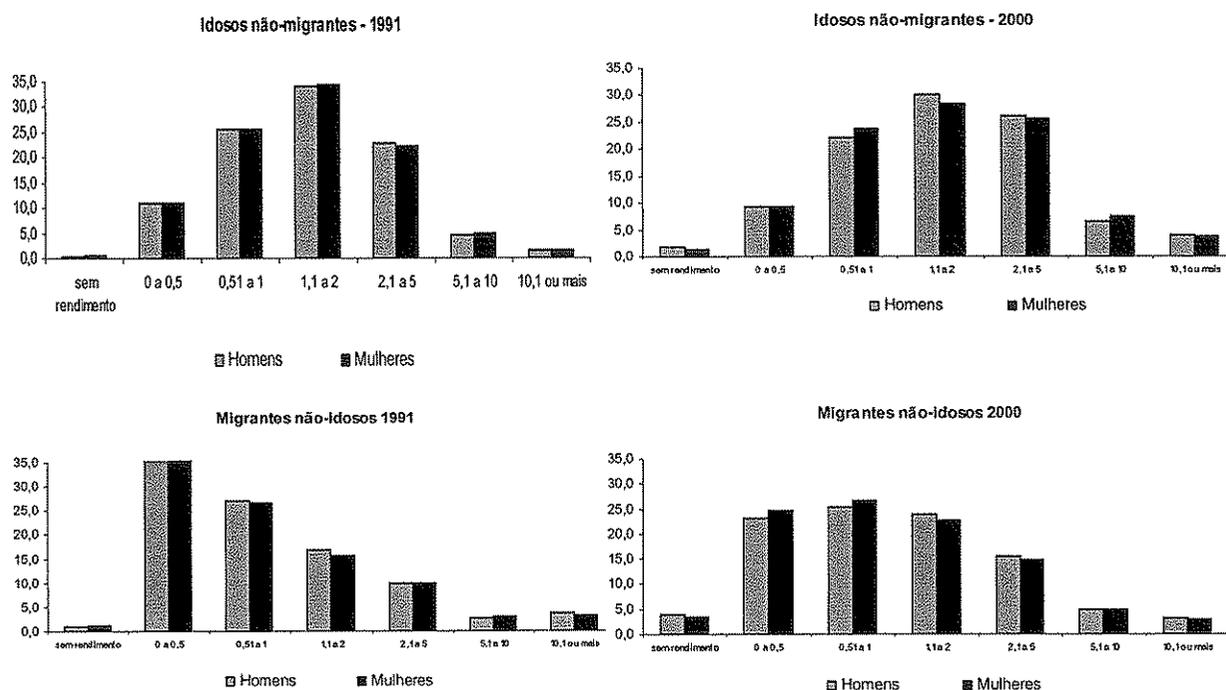
Ao observar a distribuição dos migrantes por categorias de rendimento domiciliar *per capita*, observamos uma grande variação entre os dois Censos. Houve uma melhora significativa na distribuição da renda dos migrantes idosos. Enquanto na década de 1980, 57,2% dos imigrantes idosos apresentavam rendimento *per capita* inferior a 1 salário mínimo, na década de 1990 esse percentual caiu para 35,7%. Ao mesmo tempo, o percentual de idosos com rendimento *per capita* maior do que 2 salários mínimos passou de 21,8%, em 1991, para 36,4% em 2000.

A variação do rendimento domiciliar *per capita* pode ser explicada tanto pela alteração no número de moradores por domicílio, como pelo aumento dos rendimentos domiciliares propriamente ditos. Verificamos que não houve alterações significativas na distribuição dos idosos por número de moradores do domicílios (ver TAB. A1 – CAP. 8). O que efetivamente ocorreu foi uma melhoria no nível de renda dos idosos. Qualquer que seja o número de moradores, houve uma queda significativa entre os idosos que possuíam renda *per capita* inferior a 1 salário mínimo, entre as duas décadas, ao mesmo tempo em que houve aumento daqueles que se encontravam nas categorias de renda superiores. Esse fato pode efeito das políticas de transferência de renda e também da melhoria econômica do país em geral

A distribuição da renda dos idosos que migraram não difere muito daquela verificada para os idosos que não-migraram na década de 1990, embora na década anterior, de 1980, os idosos que migraram tinham um nível de rendimento menor do que os que não migraram (GRAF. 3).

Essa comparação também é feita com os indivíduos mais jovens, que tinham menos de 60 anos quando migraram de São Paulo para Minas Gerais. Podemos observar nos dois períodos que, entre os idosos, a distribuição de renda é melhor do que entre os mais jovens, dado que os primeiros possuem um percentual maior de indivíduos nas categorias de renda mais elevadas e, conseqüentemente, havia um percentual relativamente menor de idosos nas categorias de renda mais baixa (GRAF. 3).

GRAFICO 3 – Distribuição percentual dos migrantes não-idosos de São Paulo para Minas Gerais e dos idosos não-migrantes que residiam em São Paulo por faixa de rendimento domiciliar *per capita*, em salários mínimos, por sexo – 1991 e 2000



Fonte: IBGE, 1991 e 2000

Um outra forma de estudo da renda do idoso, ligada à questão das relações familiares, é a análise da contribuição da renda do idoso para a renda do domicílio. Conforme a TAB. 10, em 1991, os migrantes idosos contribuíram com quase a metade da renda dos domicílios onde viviam. Esse percentual era maior do que o relativo à contribuição dos idosos não-migrantes para a renda domiciliar. A situação era extremamente desigual quanto ao sexo, pois os migrantes do sexo masculino contribuíam, em média, com 67,4% da renda dos domicílios onde viviam, ao passo que as idosas contribuíam com apenas 32,2%.

TABELA 10 – Contribuição percentual média para a renda total do domicílio, feita pelos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais e dos idosos não-migrantes, total e por sexo - 1991

Categoria	Total de Idosos	Homens Mulheres	
		%	
Migrantes de São Paulo	49,3	67,4	32,2
Não-migrantes	46,0	60,1	34,4

Fonte: IBGE, 1991.

A contribuição média da renda dos migrantes idosos para a renda total do domicílio, em 2000, foi de 54,9%, superior à contribuição do idosos não-migrantes, que foi de 50% (TAB. 11). Entre os migrantes homens, a contribuição média para a renda do domicílio foi de 68,3% e, entre as mulheres, de 41,9%. Podemos concluir que essa contribuição foi significativa, principalmente entre os homens. Aliado a isso, o aumento da contribuição das mulheres também foi expressivo. Nesse caso, além do aumento da renda que ocorreu entre os idosos em geral, conforme discutido anteriormente, também houve influência na diminuição do tamanho médio do domicílio das mulheres, o que faz com que sua renda tenha uma participação maior na renda total do domicílio.

TABELA 11 – Contribuição percentual para a renda mensal do domicílio feita pelos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais e dos idosos não-migrantes, total e por sexo – 2000

Categoria	Total de Idosos	Homens Mulheres	
		%	
Migrantes de São Paulo	54,9	68,3	41,9
Não-migrantes	50,0	58,3	43,5

Fonte: IBGE, 2000.

Analisaremos agora a estrutura do arranjo domiciliar dos migrantes, em termos de co-residência com outros migrantes, buscando uma medida aproximada de quais foram as “companhias” do idoso ao migrar. Separamos aqueles que viviam sós daqueles que viviam em companhia de outros migrantes de São Paulo para Minas Gerais na década. Entre os que viviam com outros migrantes, dividimos os idosos em indivíduos que viviam apenas com o cônjuge, também migrante (seja esse idoso ou não)¹⁰, dos indivíduos que viviam em um domicílio onde residiam não-migrantes de São Paulo para Minas Gerais na década, e daqueles que viviam em domicílios onde todos os moradores eram migrantes de São Paulo para Minas Gerais na década. Embora saibamos que a estrutura domiciliar dos idosos possa ter mudado após a imigração, essa variável é uma estimativa do grupo migrante, conforme já destacado. Sendo assim, os migrantes serão considerados como tendo migrado com o grupo domiciliar em que viviam na data de referência do censo.

Podemos observar na TAB. 12 que, na década de 1980, a maior parte dos idosos (46,1%) migrou junto com os outros membros do domicílio. Em seguida vieram os que migraram apenas com o cônjuge (23,3%), depois os que chegaram em um domicílio em que viviam não migrantes (19,5%) e, por fim, aqueles que migraram sós (11%)¹¹. Com relação ao sexo, vemos que o percentual de mulheres que migraram sós ou que residiam em um domicílio em que viviam não-migrantes foi superior ao de homens, sendo que esses superaram as mulheres na migração com acompanhantes.

¹⁰ Conforme já destacado, nessa categoria estão incluídos os casais que tiveram filhos em Minas Gerais, após a data de imigração.

¹¹ Entre os migrantes não-idosos da década de 1980, 1,9% migraram sós, 7,6% migraram apenas com o cônjuge, 57,2% migraram com todo o domicílio e 33,1% migraram para um domicílio pré-estabelecido.

TABELA 12 – Estrutura domiciliar de migração dos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais, total e por sexo - 1991

Como migram	Total de Idosos	Homens	Mulheres
Sós	11,0	9,3	12,7
Só com o cônjuge	23,3	28,9	17,9
Como o domicílio todo	46,1	45,9	46,4
Para um domicílio com não-migrantes	19,5	15,9	23,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, 1991.

Ao observarmos, na TAB. 13, qual era a relação dos indivíduos que migraram com o responsável pelo domicílio, notamos a importância do sexo do migrante. Entre os homens, 81,1% dos migrantes idosos foram considerados como responsáveis pelo domicílio. Em seguida, com 9,1% dos migrantes, apareceram os que eram pais dos responsáveis e, em terceiro lugar ou 4,1% dos migrantes, vieram os sogros. Entre as mulheres, apenas 28% foram declaradas como responsáveis pelos domicílios onde viviam. Por outro lado, 25,3% eram cônjuges do responsáveis, 21,5% migraram com seus filhos(as) e 14,9% eram sogras dos responsáveis, possivelmente também acompanhando seus filhos(as). Entre as migrantes idosas, 4,5% declararam-se irmãs do responsável pelo domicílio. Esse percentual foi de apenas 0,2% entre os homens.

TABELA 13 – Percentual de idosos por categoria de relação com o responsável pelo domicílio, por tipo de migração e sexo do migrante - 1991

Relação com responsável	Migram com domicílio todo		Relação com responsável	Para um domicílio com não-migrantes	
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Responsável	81,1	28,0	Responsável	53,9	11,2
Cônjuge	2,4	25,3	Cônjuge	5,1	12,7
Pai ou mãe	9,3	21,5	Pai ou mãe	10,0	24,2
Sogro (a)	4,1	14,9	Sogro (a)	15,8	26,5
Irmão (ã)	0,2	4,5	Irmão (ã)	1,2	7,4
Cunhado (a)	0,5	2,6	Cunhado (a)	0,4	4,9
Outros	2,4	3,1	Outros	13,6	13,1

Fonte: IBGE, 1991.

Essas relações alteram-se quando analisamos os idosos que migraram para um domicílio em que viviam não-migrantes. Entre os homens, 53,9% foram declarados como responsáveis. Destacaram-se os sogros, que representavam

15,8% dos migrantes e também os pais do responsável, com 10% do total. Entre as mulheres, apenas 11,2% foram declaradas responsáveis pelo domicílio e 12,7% eram cônjuges do responsável. Já as sogras foram 26,5% das migrantes e as mães 24,2%. Diferente dos homens, entre as mulheres também encontramos um número relevante de irmãs e cunhadas do responsável. Esses percentuais atestam a existência de uma estratégia de migração dos idosos, a de mudarem para junto de seus filhos(as) ou irmãos(ãs).

Na década de 1990, 15,4% dos idosos migraram sós, 23,8% acompanhados só do cônjuge, 37,8% migraram com todo o domicílio e 22,9% migraram para um domicílio onde residiam não-migrantes (TAB. 14)¹². O percentual de mulheres que migrou só superou o de homens, assim como o percentual de mulheres que migrou com todo o domicílio. Os homens superaram as mulheres nas migrações com o cônjuge e também naquelas realizadas para um domicílio em que viviam não-migrantes.

TABELA 14 – Estrutura domiciliar de migração dos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais, total e por sexo - 2000

Como migram	Total de Idosos	Homens	Mulheres
Sós	15,4	13,5	17,2
Só com cônjuge	23,8	29,3	18,8
Como o domicílio todo	37,8	33,8	41,5
Para um domicílio com não-migrantes	22,9	23,4	22,5
Soma	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, 2000.

Entre aqueles que migraram com o domicílio todo (TAB.15), 76,8% dos homens foram declarados como responsáveis pelo domicílio. Em seguida, vieram os pais e sogros dos responsáveis que, somados, corresponderam a 14,4% dos migrantes. Entre as mulheres, 34,1% foram declaradas como responsáveis pelo domicílio, percentual próximo ao das mães e sogras, que atingiu 33,7%, seguido das cônjuges, com 23,4% das migrantes. Entre aqueles que migraram para um domicílio em que viviam não-migrantes, 53,7% dos homens foram declarados como responsáveis, e 18,1% como pais ou sogros dos responsáveis. Entre as

¹² Entre os migrantes não-idosos da década de 1990, 3,5% migraram sós, 5,8% migraram apenas com o cônjuge, 43,8% migraram com todo o domicílio e 46,8% migraram para um domicílio pré-estabelecido.

mulheres, a categoria “mães ou sogras” foi a principal, com 35,3% das migrantes, seguida das responsáveis, com 24,3% e das cônjuges, com 19,3% das migrantes.

TABELA 15 – Percentual de idosos por categoria de relação com o responsável pelo domicílio, por tipo de migração e sexo do migrante - 2000

Migram com domicílio todo			Para um domicílio com não-migrantes		
Relação com responsável	Homens	Mulheres	Relação com responsável	Homens	Mulheres
Responsável	76,8	34,1	Responsável	53,7	24,3
Cônjuge	4,1	23,4	Cônjuge	5,7	19,3
Pai, mãe ou sogro (a)	14,4	33,7	Pai, mãe ou sogro (a)	18,1	35,3
Irmão (ã)	1,2	3,2	Irmão (ã)	5,7	7,8
Outros	3,5	5,6	Outros	16,8	13,4

Fonte: IBGE, 2000.

Observamos que entre as décadas de 1980 e 1990 houve um aumento da contribuição das mulheres para a renda do domicílio em todas as categorias, enquanto a contribuição dos homens diminuiu.

A contribuição da renda do migrante idoso para o domicílio também variou significativamente segundo a estrutura domiciliar e a relação do indivíduo com o responsável pelo domicílio. Na década de 1980, a contribuição média dos homens que migraram com o domicílio todo foi de 56% da renda total do domicílio (TAB. 16). Se esse indivíduo foi declarado como responsável, sua contribuição foi de 61,4%. Na condição de pai do responsável, sua contribuição foi de apenas 24% da renda do domicílio e, na de sogro, 22,6%. Entre as mulheres, a contribuição média das que migraram com todo o domicílio foi de 22%. Mesmo se a migrante foi considerada responsável, sua contribuição equivaleu a menos da metade da renda do domicílio, ou 47%. As que eram mães do responsável contribuíram com 20% da renda e as que eram sogras, com apenas 10,7%.

Entre os homens que migraram para um domicílio em que viviam não-migrantes, a contribuição média para a renda do domicílio foi de 46,9%. Se esse homem era o responsável, sua contribuição foi de 61,4%. A contribuição dos pais, sogros e irmãos era parecida, representado 23,8%, 23,2% e 22%, respectivamente. No caso das mulheres, a contribuição média foi de 22,7%. Se elas eram as responsáveis, a contribuição era de 52,1%. Se eram mães, 14%, e se eram sogras, 13,7%. O destaque fica por conta das irmãs de responsáveis, que contribuíam com 36,9% da renda.

TABELA 16 - Contribuição percentual média para a renda mensal do domicílio feita pelos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais por tipo de migração, segundo o sexo - 1991

Tipo de Migração	Homens	Mulheres
Migrou com a domicílio todo:	56,0	22,0
e era o responsável	61,4	47,0
e era pai ou mãe	24,0	20,0
e era sogro (a)	22,6	10,7
Para um domicílio com não-migrantes	46,9	22,7
e era o responsável	61,4	52,1
e era pai ou mãe	23,8	14,0
e era sogro (a)	23,2	13,7
e era irmão (ã)	22,0	36,9

Fonte: IBGE, 1991.

Na década de 1990, os homens idosos que migraram junto com o domicílio todo contribuíram, em média, com 60,4% da renda do domicílio (TAB. 17). Aqueles que migraram nessa condição, mas que foram considerados responsáveis pelo domicílio, contribuíam com 66,3%, os que eram pais ou sogros, com 25,8%. Entre as mulheres, a contribuição média para a renda entre as que migraram com o domicílio todo foi de 33,5%. As que eram responsáveis pelo domicílio contribuíram com 61,7% da renda e as que eram mães ou sogras do responsável, com 24%.

TABELA 17 - Contribuição percentual média para a renda mensal do domicílio feita pelos migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais por tipo de migração, segundo o sexo - 2000

Tipo de Migração	Homens	Mulheres
Migrou com a domicílio todo:	60,4	33,5
e era o responsável	66,3	61,7
e era pai, mãe ou sogro (a)	25,8	24,0
Para um domicílio com não-migrantes	49,3	32,1
e era o responsável	60,5	57,8
e era pai, mãe ou sogro (a)	23,9	21,2
e era irmão (ã)	15,0	33,6

Fonte: IBGE, 2000.

Entre aqueles que residiam em um domicílio em que também viviam não-migrantes, a contribuição dos homens para a renda do domicílio foi de 49,3%. Se eles eram os responsáveis, sua contribuição foi de 60,5% e se eram pais ou

sogros, 23,9%. A contribuição média das mulheres nessa condição foi de 32,1%. As que eram responsáveis pelo domicílio contribuíram em média com 57,8% da renda e as que eram mães e sogras, com 21,2%. Devemos destacar a contribuição das irmãs do(a) responsável, que atingiu 33,6% da renda.

Com base nesses resultados, observamos a importância da renda do idoso para os domicílios em que viviam, mesmo que eles não sejam os responsáveis pelos domicílios. A renda do idoso é um fator importante a ser considerado na análise da composição do domicílio em que viviam, conforme já destacado. Ao mesmo tempo, a configuração domiciliar influencia diretamente na contribuição relativa do idoso para renda do domicílio, já que essa participação depende da renda dos outros moradores do domicílio. Vimos que essas duas variáveis, arranjos domiciliares e renda, têm uma estreita relação e estão subordinadas, como ficou exposto na análise realizada, às relações de gênero e de parentesco que ocorrem dentro dos domicílios.

6.1.1 Os migrantes idosos de retorno.

Na década de 1980, a presença de migrantes interestaduais de retorno, ou seja, nascidos em Minas Gerais, foi maior entre os migrantes idosos do que entre os migrantes em geral. Em 1991, do total de migrantes provenientes de São Paulo que chegou a Minas na década, 48% haviam nascido em Minas Gerais. Já entre os idosos, correspondia a 63,2%.

TABELA 18 – Participação percentual dos migrantes interestaduais de retorno sobre os migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais, por sexo, grupo de idade, atributos individuais, faixa de renda e estrutura domiciliar de migração - 1991

Categoria	Homens	Mulheres
<u>Idade</u>		
60 a 64	56,2	70,8
65 a 69	60,6	68,8
70 a 74	79,9	60,8
75 a 79	34,6	54,8
80 ou mais	56,9	62,7
Total	59,8	66,5
<u>Característica</u>		
Economicamente ativo (a)	61,0	59,3
Aposentado (a)	60,2	73,2
Deficiente	42,4	75,5
Viúvo (a)	63,7	61,0
<u>Renda domiciliar per capita</u>		
Sem rendimento	33,6	80,3
0 a 0,5	72,9	73,2
0,51 a 1	64,7	69,4
1,1 a 2	53,7	64,7
2,1 a 5	44,9	59,2
5,1 a 10	41,7	38,4
10,1 ou mais	22,0	92,0
<u>Como migraram</u>		
Sós	61,1	80,7
Só com cônjuge	57,7	66,0
Como o domicílio todo	60,8	64,2
Para um domicílio com não-migrantes	64,8	65,3

Fonte: IBGE, 1991.

Conforme apresentado na TAB. 18, esse percentual variou em decorrência do sexo e da idade do migrante. Entre os homens, a participação do retornado idoso foi de 59,8% e, entre as mulheres, de 66,5%. Por sexo, percebemos que o maior percentual de homens retornados ocorreu entre os que tinham de 70 a 74 anos de idade. Entre as mulheres, o maior percentual encontrado foi entre as que tinham de 60 a 64 anos de idade. Para ambos os sexos, os menores percentuais de retornados foram encontrados entre os imigrantes entre 75 a 79 anos de idade¹³.

¹³ Entre os migrantes mais jovens, os percentuais de retornados foram de 41% entre os homens e 42% entre as mulheres com entre 10 e 19 anos de idade, de 65% entre os homens e 62% entre as mulheres com entre 20 e 39 anos de idade e 64% entre os homens e 66% entre as mulheres com entre 40 e 59 anos de idade.

A TAB. 18 também apresenta a participação dos migrantes interestaduais de retorno por sexo e demais atributos individuais dos migrantes. Entre os homens, o destaque fica por conta da reduzida participação dos retornados entre os deficientes. Já entre as mulheres, encontramos percentuais relativamente elevados de migrantes entre as aposentadas e entre as deficientes.

Com relação aos rendimentos, podemos observar diferenças significativas tanto em relação ao sexo como à faixa de rendimento domiciliar *per capita*. Entre os homens, os menores percentuais de retornados foram localizados entre aqueles que encontravam-se nos extremos das faixas de rendimento, ou seja, entre os sem rendimento e os que tinham uma renda domiciliar *per capita* de 10 salários mínimos ou mais. Entre as mulheres, observamos justamente o contrário, dado que nos extremos da distribuição de rendimento foram encontrados os maiores percentuais de retornados. Para ambos os sexos, o percentual de retornados foi relativamente alto entre os que tinham renda *per capita* de 0 a 0,5 salário mínimo e relativamente baixo para aqueles com renda entre 5 e 10 salários mínimos.

Com relação à estrutura domiciliar, observamos que não houve grandes discrepâncias na participação dos retornados entre as categorias analisadas.

O percentual de imigrantes interestaduais de retorno entre os migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais na década de 1990 foi de 58,4%, sendo que entre os migrantes em geral a participação dos retornados foi 45,2%. Por sexo, o percentual de retornados foi de 55,4%, entre os homens, e 61,2% entre as mulheres. A participação dos retornados diminuiu à medida que a idade avançava, para ambos os sexos, e o maior percentual encontrado foi entre mulheres com 60 a 64 anos de idade (66,2% das migrantes)¹⁴.

Com relação aos atributos individuais, percebe-se uma diferença significativa entre as categorias analisadas, por sexo do migrante. Os percentuais de retornados entre os homens ativos economicamente ou entre os homens deficientes situava-se em um nível bem abaixo da média de retornados do sexo

¹⁴ Entre os migrantes mais jovens da década de 1990, os percentuais de retornados foram de 32% entre os homens e 35% entre as mulheres com entre 10 e 19 anos de idade, de 54% entre os homens e 53% entre as mulheres com entre 20 e 39 anos de idade e 59% entre os homens e 60% entre as mulheres com entre 40 e 59 anos de idade.

masculino. Já entre as mulheres, o maior percentual foi encontrado entre as economicamente ativas, com 66,8% de retornadas.

A TAB.19 apresenta a participação dos migrantes de retorno por faixa de renda e sexo para a década de 1990. Podemos observar que, entre os homens, os menores percentuais de retornados encontravam-se nos extremos da distribuição de renda. Para eles, o maior percentual encontrado foi entre os que tinham renda *per capita* de 0 a 0,5 salário mínimo, com 64,5%. Entre as mulheres, os maiores percentuais de retornadas foram encontrados nas categorias de renda *per capita* que iam de 0 até 2 salários mínimos. O menor percentual, com apenas 37% de retornadas, foi encontrado entre aquelas com renda de 5 a 10 salários mínimos.

TABELA 19 – Participação percentual dos migrantes interestaduais de retorno sobre os migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais, por sexo, grupo de idade, atributos individuais, faixa de renda e estrutura domiciliar de migração – 2000

Categoria	Homens	Mulheres
<u>Idade</u>		
60 a 64	56,7	66,2
65 a 69	59,4	60,2
70 a 74	48,7	58,1
75 a 79	50,7	52,6
80 ou mais	48,7	58,9
Total	55,4	61,2
<u>Característica</u>		
Economicamente ativo (a)	49,4	66,8
Aposentado (a)	56,1	60,4
Deficiente	48,9	55,5
Viúvo (a)	58,4	61,3
<u>Renda domiciliar per capita</u>		
Sem rendimento	35,7	60,9
0 a 0,5	64,5	65,1
0,51 a 1	54,9	66,7
1,1 a 2	60,5	66,1
2,1 a 5	50,6	56,6
5,1 a 10	50,4	37,0
10,1 ou mais	46,2	53,9
<u>Como migraram</u>		
Sós	64,7	69,1
Só com cônjuge	54,5	66,2
Como o domicílio toda	50,6	56,0
Para um domicílio com não-migrantes	62,1	63,2

Fonte: IBGE, 2000.

Com relação à estrutura domiciliar observamos que, para ambos os sexos, o percentual de retornados foi relativamente elevado entre aqueles que migraram sós. Os menores percentuais de retornados foram encontrados entre os que

havia migrado com todo o domicílio, tanto para os homens como para as mulheres.

Fazendo um síntese de nossa análise das características isoladas dos migrantes idosos, podemos observar que houve uma queda no número de idosos ativos economicamente, principalmente entre as mulheres mais jovens, e um aumento no percentual de migrantes aposentados, explicado pelo aumento das mulheres que se declararam nessa condição.

A contribuição média da renda dos migrantes idosos para a renda domiciliar passou de 49,3% para 54,9% entre 1991 e 2000. Embora entre os idosos não-migrantes também tenha havido aumento da contribuição para a renda do domicílio em que viviam, o aumento da contribuição média dos idosos migrantes foi ligeiramente superior. Isso se deveu, principalmente, ao aumento da contribuição da renda das mulheres. Embora sua renda nominal tenha aumentado no período, é provável que parte do aumento da contribuição das mulheres deveu-se ao crescimento do número de mulheres que viviam sós e, conseqüentemente, à redução no tamanho médio dos domicílio das mulheres idosas.

Nesse sentido, o número de mulheres que migraram sós foi a categoria que mais aumentou no período estudado. Embora também tenha havido aumento no total de homens que migraram sós, entre eles, o principal aumento ocorreu entre os que residiam em um domicílio em que viviam não-migrantes. Com respeito à relação dos migrantes com o responsável pelo domicílio, a maior diferença observada entre dois censos foi o crescimento das mulheres que foram declaradas como responsáveis pelo domicílio, seguido do aumento relativo na participação dos irmãos e irmãs dos responsáveis pelo domicílios.

Com relação à migração de retorno, observamos que embora o número absoluto de retornados tenha aumentado entre os migrantes idosos, esse aumento foi menor do que o do número de migrantes nascidos em outras Unidades da Federação e países, levando a uma redução na participação dos migrantes de retorno entre os idosos. As maiores reduções ocorreram, para os homens, entre aqueles que se declararam ativos economicamente e, para as mulheres, entre as deficientes e entre as sem rendimento. Contudo, em algumas categorias de

migrantes houve aumento na participação dos migrantes de retorno, como por exemplo, entre os homens com rendimentos domiciliares *per capita* acima de 5 salários mínimos e entre as mulheres economicamente ativas.

Os maiores percentuais de imigrantes idosos encontrados entre as idades relativamente mais jovens, em ambos os períodos, em boa parte são decorrentes da estrutura etária dos idosos no Brasil ainda ser bastante jovem. A maior proporção de homens entre os migrantes com essas idades, em grande parte, está relacionada à migração motivada por trabalho, o que, provavelmente, estimulou muitos idosos ativos economicamente a migrarem de São Paulo para Minas Gerais. Já entre os relativamente mais velhos, em que predomina a migração feminina, a viuvez e a vontade de residir junto aos parentes pode ter sido o principal estímulo à migração, dado que, nos dois períodos, muitas migrantes eram mães e sogras dos responsáveis pelos domicílios em que residiam e, entre elas, 80% eram viúvas.

O percentual de aposentados entre os migrantes foi elevado em ambos os períodos, sendo que alguns deles continuaram trabalhando. Esse percentual foi sempre maior entre os idosos migrantes do que entre os que idosos mineiros em São Paulo que não migraram, assim como o nível de atividade dos migrantes foi menor do que o dos que permaneceram em São Paulo. Com isso, também no Brasil verificamos a relação entre aposentadoria e migração de idosos.

Pudemos observar, conforme apontam SAAD (2001), LLOYD-SHERLOK (2001) e UNITED NATIONS (2005), a importância da contribuição dos idosos para a renda dos domicílios em que viviam. Mesmo entre as mulheres, que conforme já destacado, tiveram uma participação menor no mercado de trabalho, a contribuição para a renda do domicílio sempre foi superior a 30%.

O percentual da contribuição dos migrantes para a renda dos domicílios estava subordinado ao sexo, ao tipo de migração (com quem migrou) e à relação do migrante com o responsável pelo domicílio. Devemos atentar para o fato de que a declaração de quem era o responsável pelo domicílio é subjetiva e possivelmente também está condicionada à contribuição do indivíduo para a renda da casa. Mesmo assim, vimos que a contribuição para a renda do domicílio foi inferior entre os que residiam em um domicílio em que viviam não-migrantes, em relação aos

que migraram com o domicílio todo. Isso aponta para a possibilidade de que alguns idosos migraram em busca de suporte financeiro. Nesse sentido, destacam-se as migrações do indivíduos declarados como pais, mães e sogros(as) dos responsáveis, dada sua relativa baixa contribuição para a renda domiciliar.

Por fim, cabe destacar que o elevado percentual de idosos que migraram junto com os outros membros do domicílio, ou para um domicílio em que viviam não-migrantes, reforça a importância do domicílio como unidade de decisão da migração, conforme afirma HARBINSON (1981).

Com base nessa análise, temos informações importantes sobre as características individuais predominantes nos migrantes idosos, assim como diferenciais entre os migrantes idosos e os migrantes mais jovens e os idosos não-migrantes. Contudo, precisamos saber como essas características atuam conjuntamente na determinação de tipos específicos de migrantes. A próxima seção apresenta os perfis de migrantes idosos criados com base nas características descritas na seção atual.

6.2 Perfis de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais

A seguir, serão apresentados os resultados da aplicação do método GoM para a criação de perfis de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais entre 1980 e 2000.

6.2.1 A década de 1980

A primeira questão é definir o número de perfis extremos (k) de migrantes idosos na década de 1980. O critério de Akaike (teste AIC) permite, de forma objetiva, avaliar o número adequado de perfis. O critério foi aplicado após o processo de obtenção de máximo global identificável, obtido pelo método do desvio em relação à média dos lambdas, descrito no capítulo anterior. De acordo com a TAB. 20,

podemos verificar que o menor valor do AIC encontrado foi para o modelo com dois perfis.

TABELA 20 - Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais na década de 1980.

Número de Perfis	Log Verossimilhança	Parâmetros	AIC
2	-8603,1113	2176	21558,22
3	-7843,8374	3264	22215,67
4	-7038,4741	4352	22780,95

Fonte: IBGE, 1991

Após a definição do número de perfis extremos, os parâmetros foram estabilizados e os valores de λ_{kjl} (lambda) foram definidos para cada um dos perfis extremos, conforme apresentado na TAB. 21.

TABELA 21 – Variáveis selecionadas, freqüência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes(λ_{kjl}) e razões RLFM (Razão Lambda Freqüência Marginal) para os perfis extremos de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais na década de 1980

(continua)

Variáveis selecionadas	Freq. absoluta	Probabilidade	Perfil1 λ_{1jl}	Razão RLFM	Perfil2 λ_{2jl}	Razão RLFM
Atributos individuais						
Sexo						
Homem	517	0,492	0,000	(0,0)	1,000	(2,0)
Mulher	534	0,508	1,000	(2,0)	0,000	(0,0)
Grupo etário						
60 a 64 anos	442	0,421	0,411	(1,0)	0,430	(1,0)
65 a 69 anos	294	0,280	0,240	(0,9)	0,318	(1,1)
70 a 74 anos	168	0,160	0,145	(0,9)	0,174	(1,1)
75 a 79 anos	88	0,084	0,109	(1,3)	0,060	(0,7)
80 anos ou mais	59	0,056	0,095	(1,7)	0,019	(0,3)
Viúvo(a)						
Sim	309	0,294	0,476	(1,6)	0,103	(0,3)
Não	742	0,706	0,524	(0,7)	0,897	(1,3)
Deficiente						
Sim	40	0,038	0,042	(1,1)	0,034	(0,9)
Não	1011	0,962	0,958	(1,0)	0,966	(1,0)
Economicamente ativo						
Sim	146	0,139	0,000	(0,0)	0,270	(1,9)
Não	905	0,861	1,000	(1,2)	0,730	(0,8)
Aposentado (a)						
Sim	712	0,677	0,375	(0,6)	1,000	(1,5)
Não	339	0,323	0,625	(1,9)	0,000	(0,0)
Rend. domiciliar <i>per capita</i> (s.m.)						
sem rendimento	2	0,002	0,000	(0,0)	0,000	(0,0)
0 a 0,5	331	0,315	0,324	(1,0)	0,308	(1,0)
0,51 a 1	287	0,273	0,255	(0,9)	0,291	(1,1)
1,1 a 2	201	0,191	0,167	(0,9)	0,215	(1,1)
2,1 a 5	152	0,145	0,168	(1,2)	0,123	(0,8)
5,1 a 10	46	0,044	0,064	(1,5)	0,024	(0,6)
10 ou +	32	0,030	0,022	(0,7)	0,039	(1,3)
Atributos migratórios						
Estrutura domiciliar da migração						
Migra só	246	0,234	0,000	(0,0)	0,227	(2,0)
Migra apenas com o cônjuge	478	0,455	0,164	(0,7)	0,311	(1,3)
Migra com todo o domicílio	209	0,199	0,450	(1,0)	0,462	(1,0)
Migra p/ um dom. com não migrantes	118	0,112	0,386	(1,9)	0,000	(0,0)
Migrante de retorno						
Sim	691	0,657	0,661	(1,0)	0,655	(1,0)
Não	360	0,343	0,340	(1,0)	0,346	(1,0)

TABELA 21 – Variáveis selecionadas, frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes(λ_{kjl}) e razões RLFM para os perfis extremos de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais na década de 1980

(continuação)

Variáveis selecionadas	Freq. absoluta	Probabilidade	Perfil1 λ_{1ji}	Razão RLFM	Perfil2 λ_{2ji}	Razão RLFM
Atributos de relações domiciliares						
Contrib. para a renda domiciliar(%)						
0 a 25	401	0,382	0,801	(2,1)	0,000	(0,0)
26 a 50	199	0,189	0,199	(1,1)	0,180	(0,9)
51 a 75	103	0,098	0,000	(0,0)	0,191	(1,9)
76 a 100	348	0,331	0,000	(0,0)	0,630	(1,9)
Relação com o resp. pelo domicílio						
Responsável	593	0,564	0,000	(0,0)	1,000	(1,8)
Cônjuge	181	0,172	0,400	(2,3)	0,000	(0,0)
Pai, Mãe, Sogro(a)	195	0,186	0,439	(2,4)	0,000	(0,0)
Irmão (a)	24	0,023	0,047	(2,1)	0,000	(0,0)
Outro	57	0,054	0,115	(2,1)	0,000	(0,0)

Fonte: IBGE, 1991.

Os “tipos puros” pertencentes ao Perfil 1 na década de 1980 apresentavam uma probabilidade de ser mulher duas vezes superior à probabilidade ser mulher na população total (1,000 contra 0,508 respectivamente e RLFM=2). Havia maior probabilidade desse indivíduos possuírem 75 anos ou mais de idade, serem viúvos(as), estarem economicamente inativos, não serem aposentados, viverem em domicílios cujo rendimento *per capita* estava entre 2 e 10 salários mínimos, terem migrado para um domicílio em que viviam não-migrantes, contribuírem com menos de um quarto da renda domiciliar e serem mães, sogras, irmãs ou cônjuges do responsável, ou dito de outra forma, de não serem responsáveis pelo domicílio de destino. Denominamos esse perfil de “mulheres em busca de reunião familiar e suporte”.

Os “tipos puros” do Perfil 2 apresentavam maior probabilidades de serem homens, não viúvos, ativos economicamente, aposentados, viverem em domicílios com rendimento domiciliar *per capita* superior a dez salários mínimos, terem migrado sós ou com o cônjuge, contribuírem com pelo menos metade da renda domiciliar e serem responsáveis pelo domicílio. Esse perfil será denominado de “trabalhadores homens com boa situação econômica”.

As variáveis “migrante de retorno” e “deficientes” não foram influentes para discriminar perfis em relação à media da população de idosos migrantes.

Devemos ressaltar que os perfis extremos podem incluir características que são raras na população. É nesse sentido que configura-se a grande vantagem do método GoM: a possibilidade de criação de tipos mistos, que atestam em que medida os indivíduos afastam-se ou aproximam-se dos perfis extremos. Isso é feito com base na análise dos graus de pertencimento (g_{ik}) de cada indivíduo.

Os indivíduos com grau de pertencimento (g_{ik}) acima de 90% a algum perfil extremo foram considerados “tipos puros” desse perfil, enquanto os que apresentavam grau de pertencimento entre 70% e 90% foram considerados como predominantes de nível 1 desse perfil. Aqueles com pertencimento de 50% a 70% foram considerados de menor predominância (nível 2 desse perfil). Assim, os migrantes foram agrupados de acordo com as expressões abaixo:

- Perfil Extremo K (PK): $g_{ik} \geq 0,9$
- Predominância de nível 1 de k (P1.K): $0,7 \geq g_{ik} \geq 0,9$
- Predominância de nível 2 de k (P2.K): $0,5 \geq g_{ik} \geq 0,7$

Com base nessas expressões, foram criados 4 perfis mistos de idosos migrantes. Contudo, observamos que alguns desse perfis possuem grandes similaridades em muitas de suas variáveis. Essas similaridades foram detectadas através de testes de médias entre as variáveis componentes de cada perfil, conforme proposto por GUEDES (2010). Comparamos os perfis mistos entre eles, dois a dois, assim como entre os perfis mistos e os perfis extremos. Quando a maioria ($\geq 70\%$) das diferenças entre as médias das variáveis apresentava um nível de significância superior a 0,05 em relação a dois grupos específicos, os dois grupos eram combinados. A TAB. A2 do anexo apresenta os valores-p dos testes de média entre os perfis de migrantes idosos.

Os resultados apresentados para os testes de média nos levam a concluir que nenhum perfil misto de migrantes idosos desse período possui diferença significativa em relação aos outros perfis para representar um grupo isolado de migrantes, conforme o critério adotado. Contudo, entre o Perfil Extremo 2 (P2) e

os perfis mistos em que esse Perfil exerce predominância, houve diferença em 64% das médias das variáveis. Por isso, esses perfis mistos não foram agrupados ao Perfil Extremo 2, para que mantivéssemos pelo menos um perfil misto de migrante para a década. Mesmo assim, as diferenças de médias das variáveis não foram significativas entre os perfis mistos com nível de predominância 1 e 2 (P1.2 e P2.2) do Perfil Extremo 2 e eles foram agrupados, restando apenas um perfil misto de migrantes.

A TAB 22 apresenta a análise das características dos migrantes que se enquadram nesse perfil misto, comparando as probabilidades estimadas dos indivíduos de pertencimento a cada categoria de cada variável dos perfis extremos criados¹⁵ (coeficientes λ), em relação às probabilidades médias dos migrantes idosos em geral.

¹⁵ Essas probabilidades foram calculadas ponderando-se as probabilidades estimadas de pertencimento dos tipos puros de cada perfil extremo pelo grau de pertencimento médio a cada um dos perfis extremos dos indivíduos associados a cada perfil misto.

TABELA 22 – Variáveis selecionadas, freqüência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) e razões RLFM para o perfil misto de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais na década de 1980

(continua)

Variável	Freq. Marginal	Probabilidades Estimadas (Lâmbda)		Graus de pertencimento médio do tipo misto		Probabilidade Estimada do Indivíduo Médio/ do Tipo Misto responder à Categoria L da Variável J - E(Y _{ij})	(RLF _M)
		1	2	g1	g2		
Sexo							
Homem	0,49	0,00	1,00	0,30	0,70	0,70	(1,4)
Mulher	0,51	1,00	0,00			0,30	(0,6)
Aposentadoria							
Sim	0,68	0,37	1,00			0,81	(1,2)
Não	0,32	0,63	0,00			0,19	(0,6)
Idade							
60 a 64	0,42	0,41	0,43			0,42	(1,0)
65 a 69	0,28	0,24	0,32			0,29	(1,1)
70 a 74	0,16	0,15	0,17			0,17	(1,0)
75 a 79	0,08	0,11	0,06			0,07	(0,9)
80 ou +	0,06	0,09	0,02			0,04	(0,8)
Migrante de retorno							
Sim	0,66	0,66	0,65			0,66	(1,0)
Não	0,34	0,34	0,35			0,34	(1,0)
Estrutura domiciliar da migração							
Migra só	0,11	0,00	0,23			0,16	(1,4)
Migra apenas com o cônjuge	0,23	0,16	0,31			0,27	(1,1)
Migra com todo o domicílio	0,46	0,45	0,46			0,46	(1,0)
Migra p/ um dom. com não migrantes	0,20	0,39	0,00			0,12	(0,6)
Deficiência							
Sim	0,04	0,04	0,03			0,04	(1,0)
Não	0,96	0,96	0,97			0,96	(1,0)
Economicamente ativo							
Sim	0,14	0,00	0,27			0,19	(1,4)
Não	0,86	1,00	0,73			0,81	(0,9)
Viúvo							
Sim	0,29	0,48	0,10			0,22	(0,7)
Não	0,71	0,52	0,90			0,78	(1,1)
Rendimento Dom. per capita							
sem rendimento	0,00	0,00	0,00			0,00	(0,0)
0 a 0,5	0,32	0,32	0,31			0,31	(1,0)
0,51 a 1	0,27	0,26	0,29			0,28	(1,0)
1,1 a 2	0,19	0,17	0,22			0,20	(1,0)
2,1 a 5	0,15	0,17	0,12			0,14	(0,9)
5,1 a 10	0,04	0,06	0,02			0,04	(0,8)
10 ou +	0,03	0,02	0,04			0,03	(1,1)

TABELA 22 – Variáveis selecionadas, freqüência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes(λ_{kjl}) e razões RLFM para os perfil misto de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais na década de 1980

(continuação)

Contrib. média para a renda domiciliar					
0 a 24	0,38	0,80	0,00	0,24	(0,6)
25 a 50	0,19	0,20	0,18	0,19	(1,0)
51 a 75	0,10	0,00	0,19	0,13	(1,4)
76 a 100	0,33	0,00	0,63	0,44	(1,3)
Relação com o responsável					
Responsável	0,56	0,00	1,00	0,70	(1,2)
Cônjuge	0,17	0,40	0,00	0,12	(0,7)
Pai, Mãe, Sogro	0,19	0,44	0,00	0,13	(0,7)
Irmão (a)	0,02	0,05	0,00	0,01	(0,6)
Outro	0,05	0,11	0,00	0,03	(0,6)

Fonte: IBGE, 1991

Podemos observar que os indivíduos associados ao único perfil misto de migrantes idosos criado para a década de 1980 possuem maior probabilidade de serem homens, ativos economicamente, aposentados, migrem sós e, por isso, serem responsáveis pelos domicílios. Diferentemente dos indivíduos com pertencimento total ao Perfil Extremo 2, não há evidência de que esses migrantes tenham rendimento domiciliar elevado e que alguns migrem com as cônjuges. Sendo assim, serão denominados de “trabalhadores homens que vivem sós”.

Com base nos perfis criados, estimamos que a prevalência de “mulheres em busca de reunião familiar e suporte” entre os migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais na década de 1980 era de 47,4%, de “trabalhadores homens com boa situação econômica”, de 29,7%, e de “trabalhadores homens que viviam sós”, de 22,9%.

6.2.2 A década de 1990

Os mesmos procedimentos foram seguidos para a criação de perfis de migrantes idosos para a década de 1990. A TAB. 23 mostra o resultados da aplicação do critério de Akaike para a definição do número ótimo de perfis extremos.

TABELA 23 - Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais na década de 1990.

Número de Perfis	Log Verossimilhança	Parâmetros	AIC
2	-15817,6465	3688	39011,29
3	-13831,3174	5532	38726,63
4	-12917,6709	7376	40587,34

Fonte: IBGE, 2000.

Conforme esse critério, criamos 3 perfis extremos para esse período, o que indica que houve um aumento na heterogeneidade dos migrantes em relação à década anterior. A TAB. 24 apresenta os valores de λ_{kjl} (lambda) para cada perfil extremo, calculados após a estabilização.

TABELA 24 - Variáveis selecionadas, frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes(λ_{kji}) e razões RLFM para os perfis extremos de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais na década de 1990.

(continua)

Variáveis selecionadas	Freq. absoluta	Probabilidade	Perfil1 λ_{1ji}	Razão RLFM	Perfil2 λ_{2ji}	Razão RLFM	Perfil3 λ_{3ji}	Razão RLFM
Atributos individuais								
Sexo								
Homem	878	0,486	0,000	(0,0)	1,000	(2,1)	0,000	(0,0)
Mulher	929	0,514	1,000	(1,9)	0,000	(0,0)	1,000	(1,9)
Grupo etário								
60 a 64 anos	741	0,410	0,000	(0,0)	0,492	(1,2)	0,680	(1,7)
65 a 69 anos	508	0,281	0,197	(0,7)	0,355	(1,3)	0,239	(0,9)
70 a 74 anos	282	0,156	0,235	(1,5)	0,153	(1,0)	0,081	(0,5)
75 a 79 anos	141	0,078	0,291	(3,7)	0,000	(0,0)	0,000	(0,0)
80 anos ou mais	135	0,075	0,278	(3,7)	0,000	(0,0)	0,000	(0,0)
Viúvo(a)								
Sim	501	0,277	1,000	(3,6)	0,000	(0,0)	0,000	(0,0)
Não	1306	0,723	0,000	(0,0)	1,000	(1,4)	1,000	(1,4)
Deficiente								
Sim	116	0,064	0,230	(3,6)	0,000	(0,0)	0,000	(0,0)
Não	1691	0,936	0,771	(0,8)	1,000	(1,1)	1,000	(1,1)
Economicamente ativo								
Sim	229	0,127	0,000	(0,0)	0,263	(2,1)	0,000	(0,0)
Não	1578	0,873	1,000	(1,1)	0,737	(0,8)	1,000	(1,1)
Aposentado (a)								
Sim	1256	0,695	1,000	(1,4)	1,000	(1,4)	0,000	(0,0)
Não	551	0,305	0,000	(0,0)	0,000	(0,0)	1,000	(3,3)
Rend. Domiciliar <i>per capita</i> (s.m.)								
sem rendimento	11	0,006	0,000	(0,0)	0,000	(0,0)	0,025	(4,1)
0 a 0,5	202	0,112	0,040	(0,4)	0,125	(1,1)	0,168	(1,5)
0,51 a 1	472	0,261	0,372	(1,4)	0,245	(0,9)	0,164	(0,6)
1,1 a 2	479	0,265	0,285	(1,1)	0,257	(1,0)	0,257	(1,0)
2,1 a 5	445	0,246	0,174	(0,7)	0,255	(1,0)	0,314	(1,3)
5,1 a 10	125	0,069	0,102	(1,5)	0,063	(0,9)	0,041	(0,6)
10 ou +	74	0,041	0,027	(0,7)	0,054	(1,3)	0,032	(0,8)

Fonte: IBGE, 2000.

TABELA 24 - Variáveis selecionadas, frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kji}) e razões RLFM para os perfis extremos de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais na década de 1990.

(continuação)

Variáveis selecionadas	Freq. absoluta	Probabilidade	Perfil1 λ_{1ji}	Razão RLFM	Perfil2 λ_{2ji}	Razão RLFM	Perfil3 λ_{3ji}	Razão RLFM
Atributos migratórios								
Estrutura domiciliar da migração								
Migra só	275	0,152	0,000	(0,0)	0,343	(2,3)	0,000	(0,0)
Migra apenas com o cônjuge	423	0,234	0,000	(0,0)	0,300	(1,3)	0,421	(1,8)
Migra com todo o domicílio	696	0,385	0,429	(1,1)	0,357	(0,9)	0,395	(1,0)
Migra p/ um dom. com não migrantes	413	0,229	0,571	(2,5)	0,000	(0,0)	0,185	(0,8)
Migrante de retorno								
Sim	1087	0,602	0,598	(1,0)	0,600	(1,0)	0,609	(1,0)
Não	720	0,398	0,402	(1,0)	0,400	(1,0)	0,391	(1,0)
Atributos de relações domiciliares								
Contrib. para a renda domiciliar(%)								
0 a 25	546	0,302	0,303	(1,0)	0,000	(0,0)	1,000	(3,3)
26 a 50	378	0,209	0,697	(3,3)	0,000	(0,0)	0,000	(0,0)
51 a 75	224	0,124	0,000	(0,0)	0,257	(2,1)	0,000	(0,0)
76 a 100	660	0,365	0,000	(0,0)	0,743	(2,0)	0,000	(0,0)
Relação com o resp. pelo domicílio								
Responsável	1052	0,582	0,000	(0,0)	1,000	(1,7)	0,000	(0,0)
Cônjuge	336	0,186	0,000	(0,0)	0,000	(0,0)	1,000	(5,4)
Pai, Mãe, Sogro(a)	276	0,153	0,704	(4,6)	0,000	(0,0)	0,000	(0,0)
Irmão (a)	43	0,024	0,090	(3,8)	0,000	(0,0)	0,000	(0,0)
Outro	98	0,054	0,206	(3,8)	0,000	(0,0)	0,000	(0,0)

Fonte: IBGE, 2000.

Na década de 1990, os “tipos puros” do Perfil 1 apresentavam maior probabilidade de serem mulheres, terem mais de 70 anos de idade, serem viúvas, deficientes, serem aposentadas, viverem em um domicílio com rendimento *per capita* de 0,5 a 1 ou 5,1 a 10 salários mínimos, viverem em um domicílio em que viviam não-migrantes, contribuírem entre 25 e 50% da renda domiciliar, e serem mães, sogras, irmãs ou outro parente do responsável. Assim como na década anterior, essas migrantes serão denominadas de “mulheres em busca de reunião familiar e suporte”.

Os indivíduos “tipos puros” do Perfil 2 apresentavam maior probabilidade de serem homens, possuírem idade entre 60 e 69 anos, não serem viúvos, serem ativos economicamente e aposentados, viverem em um domicílio com rendimento

per capita superior a 10 salários mínimos, terem migrados sós ou apenas com o cônjuge, contribuírem com mais da metade da renda domiciliar e serem responsáveis pelo domicílio. Por possuírem praticamente as mesmas características dos migrantes do Perfil Extremo 2 da década anterior, também serão denominados “trabalhadores homens com boa situação econômica”. A diferença em relação aos primeiros é que, na década de 1990, a idade foi um marcador desse perfil, sendo que os migrantes possuíam entre 60 a 69 anos de idade.

Entre os indivíduos “tipos puros” do Perfil 3, havia maior probabilidade dos migrantes serem mulheres, terem entre 60 e 64 anos de idade, não serem viúvas, não aposentadas, viverem em domicílios com rendimento *per capita* entre 0 e 0,5 salário mínimo, entre 2 e 5 salários mínimos ou sem rendimento, terem migrado apenas com o cônjuge, contribuírem com até um quarto do renda do domicílio e serem cônjuges dos responsáveis. Por serem mulheres relativamente mais jovens, inativas e com pouca contribuição para a renda domiciliar, não-viúvas e nem aposentadas, que migram com os cônjuges, as migrantes desse perfil serão denominadas “idosas acompanhantes relativamente mais jovens”.

Assim como feito para a década anterior, foram criados perfis mistos com base nos graus de pertencimento dos migrantes aos perfis extremos, conforme as expressões abaixo:

- Perfil Extremo K (P1): $g_{ik} \geq 0,9$
- Predominância de nível 1 de k (P1.K): $0,7 \geq g_{ik} \geq 0,9$
- Predominância de nível 2 de k (P2.K): $0,5 \geq g_{ik} \geq 0,7$
- Perfis mistos sem predominância (M.k1.k2)

Com base nessas expressões, foram criados 9 perfis mistos de migrantes idosos, além de um perfil amorfo, sem características predominantes de nenhum dos perfis extremos. Contudo, assim como para a década anterior, observamos com base nos testes de média (TAB. A2) que alguns desse perfis possuem similaridades em muitas de suas variáveis e, por isso, os perfis mistos cujas

diferenças entre as médias das variáveis não eram significativas em relação a algum outro perfil, extremo ou misto, foram agrupados a esse perfil.

Como resultado, restaram 3 perfis mistos de migrantes, além dos três perfis extremos já descritos.

A TAB 25 apresenta a análise das características dos migrantes que se enquadram nos perfis extremos. Novamente, comparamos as probabilidades estimadas para indivíduos de cada perfil misto de pertencimento a cada categoria, de cada variável dos perfis extremos criados (coeficientes λ), com as probabilidades médias dos migrantes idosos em geral, para podermos dar nomes a esses perfis.

TABELA 25 – Variáveis selecionadas, frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) e razões RLFM para os perfil misto de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais na década de 1980

(continua)

Variável	Freq. Marginal	Probabilidades Estimadas (Lâmbda)			Graus de pertencimento médio do tipo misto*			Probabilidade Estimada do Indivíduo Médio / do Tipo Misto responder a Categoria L da Variável J - E(Y _{ijl})						RLFm		
		1	2	3	P2,3			P2,3	(P1,2+P2,2)	(M12+M23+M13)	P2,3	(P1,2+P2,2)	(M12+M23+M13)			
					g1	g2	g3									
Sexo																
Homem	0,49	0,00	1,00	0,00	g1	g2	g3	0,15	0,71	0,37	(0,3)	(1,5)	(0,8)			
Mulher	0,51	1,00	0,00	1,00	0,27	0,15	0,58	0,85	0,29	0,63	(1,7)	(0,6)	(1,2)			
Aposentadoria																
Sim	0,70	1,00	1,00	0,00	(P1,2+P2,2)			0,42	0,90	0,70	(0,6)	(1,3)	(1,0)			
Não	0,31	0,00	0,00	1,00	g1	g2	g3	0,58	0,10	0,31	(1,9)	(0,3)	(1,0)			
Idade					0,19	0,71	0,10									
60 a 64	0,41	0,00	0,49	0,68				0,47	0,41	0,39	(1,1)	(1,0)	(0,9)			
65 a 69	0,28	0,20	0,36	0,24	(M12+M23+M13)			0,24	0,31	0,27	(0,9)	(1,1)	(1,0)			
70 a 74	0,16	0,24	0,15	0,08	g1	g2	g3	0,13	0,16	0,16	(0,9)	(1,0)	(1,0)			
75 a 79	0,08	0,29	0,00	0,00	0,33	0,37	0,31	0,08	0,06	0,10	(1,0)	(0,7)	(1,2)			
80 ou +	0,08	0,28	0,00	0,00				0,07	0,05	0,09	(1,0)	(0,7)	(1,2)			
Migrante de retorno																
Sim	0,60	0,60	0,60	0,61				0,60	0,60	0,60	(1,0)	(1,0)	(1,0)			
Não	0,40	0,40	0,40	0,39				0,40	0,40	0,40	(1,0)	(1,0)	(1,0)			
Estrutura domiciliar da migração																
Migra só	0,15	0,00	0,34	0,00				0,05	0,24	0,13	(0,3)	(1,6)	(0,8)			
Migra apenas com o cônjuge	0,23	0,00	0,30	0,42				0,29	0,25	0,24	(1,2)	(1,1)	(1,0)			
Migra com todo o domicílio	0,39	0,43	0,36	0,39				0,40	0,37	0,39	(1,0)	(1,0)	(1,0)			
Migra p/ um dom. com não migrantes	0,23	0,57	0,00	0,18				0,26	0,13	0,24	(1,1)	(0,6)	(1,1)			
Rendimento Dom. per capita																
sem rendimento	0,01	0,00	0,00	0,02				0,01	0,00	0,01	(2,4)	(0,4)	(1,3)			
0 a 0,5	0,11	0,04	0,13	0,17				0,13	0,11	0,11	(1,1)	(1,0)	(1,0)			
0,51 a 1	0,26	0,37	0,25	0,16				0,23	0,26	0,26	(0,9)	(1,0)	(1,0)			
1,1 a 2	0,27	0,29	0,26	0,26				0,26	0,26	0,27	(1,0)	(1,0)	(1,0)			
2,1 a 5	0,25	0,17	0,25	0,31				0,27	0,24	0,25	(1,1)	(1,0)	(1,0)			
5,1 a 10	0,07	0,10	0,06	0,04				0,06	0,07	0,07	(0,9)	(1,0)	(1,0)			
10 ou +	0,04	0,03	0,05	0,03				0,03	0,05	0,04	(0,8)	(1,1)	(0,9)			
Deficiência																
Sim	0,06	0,23	0,00	0,00				0,06	0,04	0,08	(1,0)	(0,7)	(1,2)			
Não	0,94	0,77	1,00	1,00				0,94	0,96	0,92	(1,0)	(1,0)	(1,0)			
Economicamente ativo																
Sim	0,13	0,00	0,26	0,00				0,04	0,19	0,10	(0,3)	(1,5)	(0,8)			
Não	0,87	1,00	0,74	1,00				0,96	0,81	0,90	(1,1)	(0,9)	(1,0)			
Viúvo																
Sim	0,28	1,00	0,00	0,00				0,27	0,19	0,33	(1,0)	(0,7)	(1,2)			
Não	0,72	0,00	1,00	1,00				0,73	0,81	0,67	(1,0)	(1,1)	(0,9)			

TABELA 25 – Variáveis selecionadas, frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) e razões RLFM para os perfil misto de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais na década de 1980

(continuação)

Contrib. média para a renda domiciliar										
0 a 24	0,30	0,30	0,00	1,00	0,67	0,16	0,40	(2,2)	(0,5)	(1,3)
25 a 50	0,21	0,70	0,00	0,00	0,19	0,14	0,23	(0,9)	(0,6)	(1,1)
51 a 75	0,12	0,00	0,26	0,00	0,04	0,18	0,09	(0,3)	(1,5)	(0,8)
76 a 100	0,37	0,00	0,74	0,00	0,11	0,53	0,27	(0,3)	(1,4)	(0,7)
Relação com o responsável										
Responsável	0,58	0,00	1,00	0,00	0,15	0,71	0,37	(0,3)	(1,2)	(0,6)
Cônjuge	0,19	0,00	0,00	1,00	0,58	0,10	0,31	(3,1)	(0,5)	(1,6)
Pai, Mãe, Sogro	0,15	0,70	0,00	0,00	0,19	0,14	0,23	(1,2)	(0,9)	(1,5)
Irmão (a)	0,02	0,09	0,00	0,00	0,02	0,02	0,03	(1,0)	(0,7)	(1,2)
Outro	0,05	0,21	0,00	0,00	0,06	0,04	0,07	(1,0)	(0,7)	(1,2)

Fonte: IBGE, 2000

P2.3 – Perfil misto de predominância de nível 2 do Perfil Extremo 3; (P1.2+P2.2) Perfil resultante do agrupamento dos tipos mistos com predominância de nível 1 e 2 do Perfil Extremo 2; (M12+M23+M13) - Perfil resultante do agrupamento dos tipos mistos sem predominância de nenhum perfil.

Os migrantes pertencentes ao perfil com predominância de nível 2 do Perfil Extremo 3 apresentavam probabilidade superior aos migrantes idosos em geral de serem mulheres, não-aposentadas, que migraram acompanhando os cônjuges, que viviam em domicílios que não possuíam rendimento e que eram cônjuges, mães ou sogras dos responsáveis. O que as diferencia das pertencentes ao Perfil Extremo 3 é o fato de não possuírem rendimento e de não possuírem uma idade específica. Foram denominadas “idosas acompanhantes sem rendimento”. O fato dos indivíduos pertencentes a esse perfil também serem mães ou sogras dos responsáveis pode indicar que parte dessas migrantes tenha migrado para viver com seus filhos ou com enteados, em muitos casos, refletindo uma incapacidade financeira de comprar a privacidade de um domicílio independente.

Os migrantes pertencentes ao perfil misto resultante do agrupamento dos perfis com predominância de nível 1 e 2 do Perfil Extremo 2 eram homens, aposentados, ainda trabalhavam e migraram sós. O que os diferencia do Perfil Extremo 3 é o fato de não possuírem uma idade predominante, viverem sós e não se enquadrarem a uma faixa de rendimento determinado. Foram denominados de “trabalhadores homens que viviam sós”.

Os pertencentes ao perfil resultante do agrupamento dos tipos mistos sem predominância de nenhum perfil, e que também foram transformados em apenas um perfil misto final, eram mulheres, com mais de 75 anos, viúvas, deficientes e sem rendimentos. Apresentavam evidências de serem mulheres em busca de suporte. O que as diferenciava das mulheres pertencentes ao Perfil Extremo 1 era o fato de serem mais velhas e mais pobres e não possuírem uma estrutura de familiar definida. Foram denominadas “viúvas e deficientes sem rendimento em busca de suporte”.

Dentre os migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais na década de 1990, 21,7% eram “mulheres em busca de reunião familiar e suporte”, 8,9% eram “viúvas e deficientes sem rendimento em busca de suporte”, 18,2% eram “trabalhadores homens com boa situação econômica”, 30,8%, “trabalhadores homens que viviam sós”, 12,7%, eram “idosas acompanhantes relativamente mais jovens” e 7,6%, “idosas acompanhantes sem rendimento”

Destaca-se que o percentual de migrantes interestaduais de retorno foi elevado em todos os perfis e, por isso, não foi um marcador exclusivo de nenhum deles.

6.2.3 Síntese: características dos perfis de migrantes idosos

As características marcadoras dos perfis “mulheres em busca de reunião familiar e suporte”, criados para os migrantes das duas décadas, e “viúvas e deficientes sem rendimento em busca de suporte”, criado para os migrantes da década de 1990, são típicas de idosos que migram com objetivo de viver próximos de parentes como irmãos e, principalmente, filhos. Esses perfis representavam 47,4% dos migrantes na década de 1980 e 30,6% na década de 1990. Esses migrantes foram declarados nos censos como mães e sogras dos responsáveis pelos domicílios em que viviam. Também houve migrantes declarados como irmãs e irmãos dos responsáveis, o que, segundo STOLLER e LONGINO (2001), é típico da migração de idosos. Isso enfatiza a importância do papel das redes sociais nas migrações de idosos, conforme destacado na revisão literatura (DE JONG e GARDNER, 1981; LITWIN, 1995; MASSEY, 1990; TAYLOR, 1986; Van TILBURG, 1992).

Conforme apontamos, esses perfis eram compostos, predominantemente, por mulheres, por migrantes relativamente mais velhas, que migraram para um domicílio em que viviam não-migrantes. Um outro marcador desses perfis foi a viuvez, atributo que também tem destaque em trabalhos que tratam da migração de idosos (WOLF 1994; WALTERS 2000). Em adição, a baixa contribuição desses migrantes para a renda domiciliar indica que esses perfis são típicos da migração em busca de alguma forma de suporte e, ao mesmo tempo, reflete a incapacidade de manter a autonomia/privacidade em idades mais avançadas. A migração, nesse caso, reflete uma necessidade, ao invés de uma escolha. Cabe lembrar que, no Brasil, o suporte ao idoso é tipicamente familiar (ALVES, LEITE e MACHADO, 2008). Esses perfis assemelharam-se à “migração em busca de suporte” apontada pelas três tipologias consultadas sobre migração de idosos (LITWAK e LONGINO, 1987; WISEMAN e ROSEMAN, 1979; WALTERS, 2000).

As características dos perfis de “trabalhadores homens com boa situação econômica”, criados para os migrantes das duas décadas, assim como os “trabalhadores homens que viviam sós” da década de 1990, remetem-nos a um padrão migratório típico de idades mais jovens, condicionada, em grande parte, ao mercado de trabalho (HARIS e TODARO, 1970; SJAASTAD, 1980; BORJAS, 1996), pois as migrações são realizadas por idosos que ainda estão ativos economicamente¹⁶. Esses perfis representavam 29,7% dos migrantes na década de 1980 e 39% na década de 1990. Ao mesmo tempo, a aposentadoria, que é um forte estímulo à migração de idosos em outros países (LEE, 1980; ROGERS, 1988; WALTERS, 2002; US CENSUS BUREAU, 2003), não foi um marcador desse perfil. Temos então uma situação específica do Brasil, pois esses idosos aposentaram-se mas continuaram a trabalhar. Como afirmam OLIVEIRA et. al. (2004), nossa legislação não impede o aposentado de continuar trabalhando. Contudo, a quebra do vínculo com o local de trabalho proporcionada pela aposentadoria (WALTERS, 2000) pode ter atuado como estímulo migratório para esses indivíduos e essa migração pode ser uma pré-adaptação para a aposentadoria definitiva, fenômeno que é destacado por BURES (1997) em seu

¹⁶ Infelizmente, devido às limitações do Censo, não podemos argumentar sobre o diferencial de retorno entre o local de origem e destino. Assim, a idéia de que migrantes homens que ainda estão no mercado de trabalho no local de origem refletem um estímulo condicionado pelo mercado de trabalho tem um caráter mais especulativo do que um caráter de constatação.

estudo sobre migração “pré-aposentados”. Conforme LIBERATO (2003) e WAJNMAN, OLIVEIRA e OLIVEIRA (2004), os aposentados que trabalham são geralmente os mais jovens, exatamente como verificado entre esses migrantes. Ademais, se a aposentadoria ocorreu ainda no local de origem (São Paulo), a migração para Minas Gerais e inserção no mercado de trabalho pode estar refletindo uma preferência (escolha) por retornar ao local de identidade primária (local de nascimento) ou por um ambiente com melhor qualidade de vida¹⁷.

Outro marcador desses perfis foi o fato de alguns indivíduos terem migrado sós. CAMARGOS, MACHADO e RODRIGUES (2007) verificam uma associação entre o aumento do nível renda e o fato de morar sozinho. No perfil de “trabalhadores homens com boa situação econômica”, criado para as duas décadas, cuja renda dos idosos foi relativamente elevada frente aos outros migrantes, viver só foi um marcador dos perfis. LLOYD-SHERLOK (2001) e PALLONI (2001) destacam que a preferência em viver só, às vezes, é uma escolha do próprio idoso, sendo um indicador de independência atribuído aos idosos mais jovens e que, no nosso caso, eram majoritariamente do sexo masculino. Todos esses fatores apontam para um perfil de migrantes independentes, cuja migração ainda ao mercado de trabalho.

Segundo as análises realizadas, na década de 1990 houve um aumento de heterogeneidade dos migrantes idosos, dado que mais perfis foram criados e um percentual menor de migrantes enquadraram-se em perfis extremos. As características dos perfis “idosas acompanhantes relativamente mais jovens” e “idosas acompanhantes sem rendimento” remetem-nos a uma migração familiar, em que mulheres acompanham os cônjuges em seus deslocamentos. Essas migrantes não trabalhavam, apresentavam baixa contribuição para a renda domiciliar e não eram viúvas. Segundo IMHOFF, KUIJSTEN e WISSEN (1995), os processos demográficos, onde se inclui a migração, são em grande parte dependentes da situação familiar do indivíduo. HARBINSON (1981) também ressalta que a família é a unidade decisória da migração. A migração para acompanhar parentes, como o caso desses perfis, é um exemplo que reforça a

¹⁷ Uma vez mais, essas hipóteses têm caráter apenas especulativo, pois não há como saber onde a aposentadoria ocorreu a partir dos dados do Censo.

relação entre migração e estrutura familiar, destacada por DE JONG e GARDNER (1981), ROGERS, (1988) e BRADLEY et. al. (2008), caso também dos *tied movers* descritos por MINCER (1978).

6.3 Perfis de idosos não-migrantes

Nessa seção, foram criados perfis de mineiros que viviam em São Paulo na data de referência de cada censo, com intuito de confrontar os perfis de migrantes com perfis de não-migrantes.

A TAB 26 apresenta o resultado do teste de Akaike para a escolha do número de perfis extremos de idosos mineiros que viviam em São Paulo na data de referência do Censo 1991.

TABELA 26 - Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis de idosos mineiros que residiam em São Paulo em 1991.

Número de Perfis	Log Verossimilhança	Parâmetros	AIC
2	-200.215,8750	51956	504.343,8
3	-191.077,8438	77934	538.023,7
4	-175.434,875	103912	558.693,8

Fonte: IBGE, 1991

O número ótimo de perfis extremos para esses indivíduos foi dois. A TAB. 27 apresenta os parâmetros λ_{kjl} (lambda) definidos para cada um dos perfis extremos, assim como a comparação com a distribuição de probabilidade de resposta para cada variável entre os não-migrantes em geral.

TABELA 27 - Variáveis selecionadas, frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes(λ_{kjl}) e razões RLFM para os idosos mineiros que residiam em São Paulo em 1991.

Variáveis selecionadas	Freq. absoluta	Probabilidade	Perfil1 λ_{1j}	Razão RLFM	Perfil2 λ_{2j}	Razão RLFM
Atributos individuais						
Sexo						
Homem	11.753	0,4530	0,5420	(1,2)	0,3484	(0,8)
Mulher	14.191	0,5470	0,4580	(0,8)	0,6516	(1,2)
Aposentado(a)						
Não	12.453	0,4800	0,4164	(0,9)	0,4533	(0,9)
Sim	13.491	0,5200	0,5836	(1,1)	0,5467	(1,1)
Grupo etário						
60 a 64	9.444	0,3640	0,2743	(0,8)	0,2623	(0,7)
65 a 69	6.901	0,2660	0,2550	(1,0)	0,2330	(0,9)
70 a 74	4.436	0,1710	0,1941	(1,1)	0,1973	(1,2)
75 a 79	2.880	0,1110	0,1514	(1,4)	0,1532	(1,4)
80 ou +	2.283	0,0880	0,1252	(1,4)	0,1543	(1,8)
Deficiente						
Não	25.036	0,9650	0,9954	(1,0)	0,7748	(0,8)
Sim	908	0,0350	0,0046	(0,1)	0,2252	(6,4)
Economicamente ativo						
Não	20.366	0,7850	0,6331	(0,8)	0,7824	(1,0)
Sim	5.578	0,2150	0,3669	(1,7)	0,2176	(1,0)
Viúvo(a)						
Não	17.824	0,6870	0,5413	(0,8)	0,6725	(1,0)
Sim	8.120	0,3130	0,4587	(1,5)	0,3275	(1,0)
Rend. domiciliar per capita (s.m.)						
sem rendimento	130	0,0050	0,0358	(7,2)	0,0003	(0,1)
0 a 0,5	3.113	0,1200	0,1965	(1,6)	0,1544	(1,3)
0,51 a 1	6.668	0,2570	0,2064	(0,8)	0,2521	(1,0)
1,1 a 2	8.769	0,3380	0,2110	(0,6)	0,2545	(0,8)
2,1 a 5	5.708	0,2200	0,1841	(0,8)	0,1992	(0,9)
5,1 a 10	1.193	0,0460	0,1078	(2,3)	0,0964	(2,1)
10 ou +	363	0,0140	0,0584	(4,2)	0,0431	(3,1)
Atributos de relações domiciliares						
Contrib. para a renda domiciliar(%)						
0 a 24	18.550	0,7150	0,2953	(0,4)	0,7522	(1,1)
25 a 50	3.814	0,1470	0,2590	(1,8)	0,2478	(1,7)
51 a 75	1.323	0,0510	0,1889	(3,7)	0,0000	(0,0)
76 a 100	2.257	0,0870	0,2567	(3,0)	0,0000	(0,0)
Relação com o resp. pelo domicílio						
Responsável	14.814	0,5710	0,9981	(1,7)	0,0000	(0,0)
Cônjuge	5.241	0,2020	0,0000	(0,0)	0,2036	(1,0)
Pai, Mãe, Sogro(a)	4.540	0,1750	0,0019	(0,0)	0,4110	(2,3)
Irmão (a)	311	0,0120	0,0000	(0,0)	0,0840	(7,0)
Outro	1.012	0,0390	0,0000	(0,0)	0,3014	(7,7)
Número de moradores do domicílio						
1	726	0,0280	0,1045	(3,7)	0,0000	(0,0)
2	2.257	0,0870	0,3060	(3,5)	0,1532	(1,8)
Mais de 2	22.934	0,8840	0,5895	(0,7)	0,8468	(1,0)

Fonte: IBGE, 1991

Observamos que os indivíduos “tipos puros” do Perfil Extremo 1 tinham maior probabilidade de serem homens, com mais de 75 anos, ainda ativos economicamente, viúvos, residindo em domicílios cuja renda per capita localizava-se nos dois extremos das faixas de rendimento, ou seja, até meio ou mais de 5 salários mínimos, contribuía com mais de um quarto da renda domiciliar, eram responsáveis pelo domicílio e viviam sós ou com mais um parente. Podemos denominar esse perfil de “homens ativos com idade avançada”

Os “tipos puros” do Perfil 2 tinham maior probabilidade de serem mulheres com mais de 70 anos de idade, deficientes, viviam em domicílios com rendimento per capita de até meio ou mais de cinco salários mínimos, contribuía com entre um quarto e metade da renda familiar, eram mães, sogras ou irmãs dos responsáveis e vivam em companhia de mais um morador. Foram denominadas de “idosas deficientes com idade avançada”.

Devemos destacar que a variável aposentadoria não foi marcador de nenhum dos perfis extremos criados para 1991.

Repetimos os mesmos critérios que foram utilizados entre os migrantes para a criação de perfis mistos de mineiros não-migrantes da década de 1980. Após a realização dos testes de média para detectar se havia diferenças significativas entre os perfis mistos, cujos resultados estão apresentados na TAB. A2, o perfil com predominância de nível 2 do Perfil extremo 2 foi incorporado ao Perfil Extremo 2.

A TAB. 28 apresenta a comparação das probabilidades de resposta de cada categoria das variáveis analisadas para os indivíduos associados a cada perfil misto em comparação com os mineiros idosos em geral, que residiam em São Paulo na data de referência do Censo 1991.

TABELA 28 - Variáveis selecionadas, frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) e razões RLFM para tipos mistos de idosos mineiros que residiam em São Paulo em 1991.

	Freq. Marginal	Probabilidades Estimadas (Lâmbda)		Graus de pertencimento médio do tipo misto*						Probabilidade Estimada do Indivíduo Médio / do Tipo Misto responder à Categoria L da Variável J - E(Y _{ij})			RLF					
				P1.1		P2.1		P2.2										
				g1	g2	g1	g2	g1	g2	P1.1	P2.1	P2.2	P1.1	P2.1	P2.2			
Sexo																		
homem	0,45	0,54	0,35	0,78	0,22	0,62	0,38	0,41	0,59	0,50	0,47	0,43	1,1	1,0	0,9			
mulher	0,55	0,46	0,65							0,50	0,53	0,57	0,9	1,0	1,0			
Aposentadoria																		
não	0,48	0,42	0,45							0,42	0,43	0,44	0,9	0,9	0,9			
sim	0,52	0,58	0,55							0,58	0,57	0,56	1,1	1,1	1,1			
Idade																		
60 a 64	0,36	0,27	0,26							0,27	0,27	0,27	0,7	0,7	0,7			
65 a 69	0,27	0,26	0,23							0,25	0,25	0,24	0,9	0,9	0,9			
70 a 74	0,17	0,19	0,20							0,19	0,20	0,20	1,1	1,1	1,1			
75 a 79	0,11	0,15	0,15							0,15	0,15	0,15	1,4	1,4	1,4			
80 ou mais	0,09	0,13	0,15							0,13	0,14	0,14	1,5	1,5	1,6			
Deficiência																		
não	0,97	1,00	0,77							0,95	0,91	0,86	1,0	0,9	0,9			
sim	0,04	0,00	0,23							0,05	0,09	0,14	1,5	2,5	3,9			
Economicamente ativo																		
não	0,79	0,63	0,78							0,67	0,69	0,72	0,8	0,9	0,9			
sim	0,22	0,37	0,22							0,33	0,31	0,28	1,6	1,4	1,3			
Viúvo																		
não	0,69	0,54	0,67							0,57	0,59	0,62	0,8	0,9	0,9			
sim	0,31	0,46	0,33							0,43	0,41	0,38	1,4	1,3	1,2			
Rend. dom.per capita																		
sem rendimento	0,01	0,04	0,00							0,03	0,02	0,01	5,6	4,5	3,0			
0 a 0,5	0,12	0,20	0,15							0,19	0,18	0,17	1,6	1,5	1,4			
0,51 a 1	0,26	0,21	0,25							0,22	0,22	0,23	0,8	0,9	0,9			
1,1 a 2	0,34	0,21	0,25							0,22	0,23	0,24	0,7	0,7	0,7			
2,1 a 5	0,22	0,18	0,20							0,19	0,19	0,19	0,9	0,9	0,9			
5,1 a 10	0,05	0,11	0,10							0,11	0,10	0,10	2,3	2,3	2,2			
10 ou +	0,01	0,06	0,04							0,06	0,05	0,05	3,9	3,8	3,5			
Cont. média para rend. dom.																		
0 a 24	0,72	0,30	0,75							0,40	0,47	0,57	0,6	0,7	0,8			
25 a 50	0,15	0,26	0,25							0,26	0,25	0,25	1,7	1,7	1,7			
51 a 75	0,05	0,19	0,00							0,15	0,12	0,08	2,9	2,3	1,5			
76 a 100	0,09	0,26	0,00							0,20	0,16	0,10	2,3	1,8	1,2			
Relação com o responsável																		
Responsável	0,57	1,00	0,00							0,78	0,62	0,41	1,4	1,1	0,7			
Cônjuge	0,20	0,00	0,20							0,05	0,08	0,12	0,2	0,4	0,6			
Pai, Mãe, Sogro	0,18	0,00	0,41							0,09	0,16	0,24	0,5	0,9	1,4			
Irmão (a)	0,01	0,00	0,08							0,02	0,03	0,05	1,5	2,6	4,1			
Outro	0,04	0,00	0,30							0,07	0,11	0,18	1,7	2,9	4,6			
Numero de moradores																		
1	0,03	0,10	0,00							0,08	0,07	0,04	2,9	2,3	1,5			
2	0,09	0,31	0,15							0,27	0,25	0,22	3,1	2,9	2,5			
Mais de 2	0,88	0,59	0,85							0,65	0,69	0,74	0,7	0,8	0,8			

Fonte: IBGE, 1991.

* COM PREDOMINÂNCIA DE NÍVEL 1 DO PERFIL EXTREMO 1 – Perfil com predominância de nível 1 do Perfil Extremo 1; P2.1 – Perfil com predominância de nível 2 do Perfil Extremo 1; P2.2 – Perfil com predominância de nível 2 do Perfil Extremo 2.

Os indivíduos pertencentes aos três perfis mistos criados são muito semelhantes entre si, apesar dos testes de média terem justificado a manutenção de cada

perfil. Estes indivíduos têm 75 anos ou mais de idade, apresentam algum grau de deficiência, permaneceram ativos economicamente, concentraram-se nos extremos das faixas de rendimento, ou seja, viviam em domicílios cuja renda per capita era menor que meio ou maior do que cinco salários mínimos, contribuíam com mais de 25% da renda domiciliar e viviam sós ou com mais um morador.

Devemos destacar que a relação com o responsável pelo domicílio é o diferenciador desses perfis. No perfil com predominância de nível 1 do Perfil Extremo 1, além de irmãos e outros parentes, também existiam idosos responsáveis pelos domicílios, enquanto no perfil com predominância de nível 2 do Perfil Extremo 1, os idosos eram apenas irmãos ou outros parentes dos responsáveis pelos domicílios em que viviam e, no perfil com predominância de nível 2 do Perfil Extremo 2, também eram pais, mães ou sogros(as) dos responsáveis. O primeiro perfil será denominado de “responsáveis com idade muito avançada”, e o segundo e o terceiro serão agrupados e denominados de “outros parentes com idade muito avançada” .

Assim, os perfis criados de idosos mineiros que residiam em São Paulo em 1991 levaram à seguinte distribuição: 28,7% eram “homens ativos com idade avançada”, 41,5% eram “idosas deficientes com idade avançada”, 16,3% eram “responsáveis deficientes ativos com idade muito avançada”, 13,5% eram “outros parentes deficientes ativos com idade muito avançada”.

Os mesmos procedimentos foram seguidos para os idosos mineiros que residiam em São Paulo na data de referência do Censo 2000. A TAB. 28 apresenta o resultado do teste de Akaike para a escolha do número de perfis extremos para categorizar esses idosos.

TABELA 29 - Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis de mineiros que residiam em São Paulo em 2000.

Número de Perfis	Log Verossimilhança	Parâmetros	AIC
2	-305.196,094	72542	755.476,2
3	-301.094,375	108813	819.814,8
4	-274.797,7812	145084	839.763,6

Fonte: IBGE, 2000

Também em 2000, o número ótimo calculado foi de dois perfis extremos. A TAB. 30 apresenta os parâmetros λ_{kjl} (lambda) que foram definidos para cada um dos perfis extremos, assim como a comparação com a distribuição de probabilidade de resposta para cada variável entre os idosos não-migrantes em geral.

Os indivíduos “tipos puros” do Perfil Extremo 1 tinham maior probabilidade de serem homens, com mais de 75 anos de idade, viúvos e deficientes, ativos economicamente, estavam nos extremos da distribuição de renda, com rendimento de até 0,5 ou mais de cinco salários mínimos, contribuíam com mais de um quarto da renda domiciliar, eram responsáveis pelo domicílio e viviam com mais um morador. Foram denominados de “homens deficientes ativos com idade avançada”,

Já aqueles “tipos puros” do Perfil Extremo 2 tinham maior probabilidade de serem mulheres, também com mais de 75 anos de idade, deficientes, viverem em domicílios com rendimento per capita de até 0,5 ou mais de cinco salários mínimos, serem cônjuges, mães, sogras ou irmãs dos responsáveis. Foram denominadas “idosas deficientes com idade avançada”.

Nessa década, a aposentadoria também não foi marcadora de nenhum perfil extremo criado.

TABELA 30 - Variáveis selecionadas, frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes(λ_{kji}) e razões RLFM para os perfis extremos de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais na década de 1990.

Variáveis selecionadas	Freq. absoluta	Probabilidade	Perfil1 λ_{1ji}	Razão RLFM	Perfil2 λ_{2ji}	Razão RLFM
Atributos individuais						
Sexo						
Homem	15.836	0,4370	0,5059	(1,2)	0,3424	(0,8)
Mulher	20.401	0,5630	0,4941	(0,9)	0,6576	(1,2)
Aposentado(a)						
Sim	21.489	0,5930	0,5889	(1,0)	0,5461	(0,9)
Não	14.748	0,4070	0,4111	(1,0)	0,4539	(1,1)
Grupo etário						
60 a 64	12.031	0,3320	0,2715	(0,8)	0,2452	(0,7)
65 a 69	9.422	0,2600	0,2426	(0,9)	0,2474	(1,0)
70 a 74	6.813	0,1880	0,2040	(1,1)	0,2002	(1,1)
75 a 79	4.131	0,1140	0,1533	(1,3)	0,1510	(1,3)
80 ou +	3.841	0,1060	0,1286	(1,2)	0,1562	(1,5)
Deficiente						
Sim	5.798	0,1600	0,2969	(1,9)	0,3281	(2,1)
Não	30.439	0,8400	0,7031	(0,8)	0,6719	(0,8)
Economicamente ativo						
Sim	6.378	0,1760	0,3310	(1,9)	0,1870	(1,1)
Não	29.859	0,8240	0,6690	(0,8)	0,8130	(1,0)
Viúvo(a)						
Sim	11.125	0,3070	0,4294	(1,4)	0,3353	(1,1)
Não	25.112	0,6930	0,5706	(0,8)	0,6647	(1,0)
Rend. domiciliar per capita (s.m.)						
sem rendimento	544	0,0150	0,0006	(0,0)	0,0291	(1,9)
0 a 0,5	3.551	0,0980	0,1330	(1,4)	0,1125	(1,1)
0,51 a 1	8.661	0,2390	0,2043	(0,9)	0,2020	(0,8)
1,1 a 2	10.654	0,2940	0,2293	(0,8)	0,2355	(0,8)
2,1 a 5	9.095	0,2510	0,2222	(0,9)	0,2328	(0,9)
5,1 a 10	2.428	0,0670	0,1200	(1,8)	0,1157	(1,7)
10 ou +	1.341	0,0370	0,0905	(2,4)	0,0724	(2,0)
Atributos de relações domiciliares						
Contrib. para a renda domiciliar(%)						
0 a 24	14.857	0,4100	0,0004	(0,0)	0,6226	(1,5)
25 a 50	8.661	0,2390	0,2971	(1,2)	0,3774	(1,6)
51 a 75	3.587	0,0990	0,3060	(3,1)	0,0000	(0,0)
76 a 100	9.132	0,2520	0,3965	(1,6)	0,0000	(0,0)
Relação com o resp. pelo domicílio						
Responsável	21.923	0,6050	1,0000	(1,7)	0,0000	(0,0)
Cônjuge	7.827	0,2160	0,0000	(0,0)	0,3456	(1,6)
Pai, Mãe, Sogro(a)	5.001	0,1380	0,0000	(0,0)	0,3713	(2,7)
Irmão (a)	471	0,0130	0,0000	(0,0)	0,1082	(8,3)
Outro	978	0,0270	0,0000	(0,0)	0,1748	(6,5)
Número de moradores do						
1	3.587	0,0990	0,0913	(0,9)	0,0000	(0,0)
2	10.110	0,2790	0,4266	(1,5)	0,2921	(1,0)
Mais de 2	22.503	0,6210	0,4821	(0,8)	0,7079	(1,1)

Fonte: IBGE, 1991

Após aplicação dos mesmos critérios utilizados para a década anterior, na criação de perfis mistos entre os idosos não-migrantes, foram aplicados testes de média para verificar a significância de cada perfil misto.

Verificamos que o número ideal de perfis mistos foi três, e os indivíduos com predominância de nível 1 do Perfil Extremo 2 foram agrupados a esse Perfil Extremo. As características dos indivíduos que pertenciam a cada perfil misto criado estão descritas com base na TAB 31.

TABELA 31 - Variáveis selecionadas, frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) e razões RLFM para tipos mistos de idosos mineiros que residiam em São Paulo em 1991.

	Freq. Marginal	Probabilidades Estimadas (Lâmbda)		Graus de pertencimento médio do tipo misto						Probabilidade Estimada do Indivíduo Médio / do Tipo Misto responder à Categoria L da Variável J - E(Y _{ijl})			RLFM		
				P1.1		P2.1		P2.2		P1.1	P2.1	P2.2			
				1	2	g1	g2	g1	g2	g1	g2	P1.1	P2.1	P2.2	P1.1
Sexo															
homem	0,44	0,51	0,34	0,82	0,18	0,54	0,46	0,44	0,56	0,48	0,43	0,41	1,1	1,0	0,9
mulher	0,56	0,49	0,66							0,52	0,57	0,59	0,9	1,0	1,0
Aposentadoria															
sim	0,59	0,59	0,55							0,58	0,57	0,57	1,0	1,0	1,0
não	0,41	0,41	0,45							0,42	0,43	0,43	1,0	1,1	1,1
Idade															
60 a 64	0,33	0,27	0,25							0,27	0,26	0,26	0,8	0,8	0,8
65 a 69	0,26	0,24	0,25							0,24	0,24	0,25	0,9	0,9	0,9
70 a 74	0,19	0,20	0,20							0,20	0,20	0,20	1,1	1,1	1,1
75 a 79	0,11	0,15	0,15							0,15	0,15	0,15	1,3	1,3	1,3
80 ou mais	0,11	0,13	0,16							0,13	0,14	0,14	1,3	1,3	1,4
Deficiência															
sim	0,16	0,30	0,33							0,30	0,31	0,31	1,9	1,9	2,0
não	0,84	0,70	0,67							0,70	0,69	0,69	0,8	0,8	0,8
Economicamente ativo															
sim	0,18	0,33	0,19							0,31	0,27	0,25	1,7	1,5	1,4
não	0,82	0,67	0,81							0,69	0,73	0,75	0,8	0,9	0,9
Viúvo															
sim	0,31	0,43	0,34							0,41	0,39	0,38	1,3	1,3	1,2
não	0,69	0,57	0,66							0,59	0,61	0,62	0,8	0,9	0,9
Rend. dom.per capita															
sem rendimento	0,02	0,00	0,03							0,01	0,01	0,02	0,4	0,9	1,1
0 a 0,5	0,10	0,13	0,11							0,13	0,12	0,12	1,3	1,3	1,2
0,51 a 1	0,24	0,20	0,20							0,20	0,20	0,20	0,9	0,9	0,8
1,1 a 2	0,29	0,23	0,24							0,23	0,23	0,23	0,8	0,8	0,8
2,1 a 5	0,25	0,22	0,23							0,22	0,23	0,23	0,9	0,9	0,9
5,1 a 10	0,07	0,12	0,12							0,12	0,12	0,12	1,8	1,8	1,8
10 ou +	0,04	0,09	0,07							0,09	0,08	0,08	2,4	2,2	2,2
Cont. média para rend. dom.															
0 a 24	0,41	0,00	0,62							0,11	0,28	0,35	0,3	0,7	0,8
25 a 50	0,24	0,30	0,38							0,31	0,33	0,34	1,3	1,4	1,4
51 a 75	0,10	0,31	0,00							0,25	0,17	0,14	2,5	1,7	1,4
76 a 100	0,25	0,40	0,00							0,33	0,22	0,18	1,3	0,9	0,7
Relação com o responsável															
Responsável	0,61	1,00	0,00							0,82	0,54	0,44	1,4	0,9	0,7
Cônjuge	0,22	0,00	0,35							0,06	0,16	0,19	0,3	0,7	0,9
Pai, Mãe, Sogro	0,14	0,00	0,37							0,07	0,17	0,21	0,5	1,2	1,5
Irmão (a)	0,01	0,00	0,11							0,02	0,05	0,06	1,5	3,8	4,6
Outro	0,03	0,00	0,17							0,03	0,08	0,10	1,1	2,9	3,6
Numero de moradores															
1	0,10	0,09	0,00							0,08	0,05	0,04	0,8	0,5	0,4
2	0,28	0,43	0,29							0,40	0,37	0,35	1,4	1,3	1,3
Mais de 2	0,62	0,48	0,71							0,52	0,58	0,61	0,8	0,9	1,0

Fonte: IBGE, 2000.

Assim como entre os não-migrantes de 1991, as características dos tipos mistos foram bastante semelhantes. Os idosos pertencentes aos três tipos mistos tinham 75 anos ou mais de idade, eram ativos economicamente, apresentavam algum grau de deficiência, concentravam-se nos extremos da distribuição de renda, contribuíam com mais de 25% da renda domiciliar e viviam na companhia de mais um morador e, em todos eles, havia irmãos dos responsáveis pelo domicílio. A diferença entre eles foi que, entre os indivíduos associados ao perfil misto com predominância de nível 1 do Perfil Extremo 1, havia responsáveis pelos domicílios e nos com predominância de nível 2 do Perfil Extremo 1 e predominância de nível 1 do Perfil Extremo 2 havia pais, mães, sogros e outros parentes do responsável. Como as características desses perfis eram idênticas, eles foram agrupados. Possivelmente esses indivíduos apresentavam alguma heterogeneidade, pois os testes de média apontaram para a significância em cada um desses perfis. Porém, essa heterogeneidade não foi suficientemente grande para diferenciar os tipos mistos criados.

Esse perfil misto foi denominado de “parentes deficientes ativos com idade avançada”, por apresentarem característica semelhantes aos indivíduos pertencentes aos perfis extremos, mas não serem nem responsáveis e nem cônjuges dos responsáveis pelos domicílios em que viviam, além de não terem o sexo predeterminado pelo modelo.

Os idosos mineiros que residiam em São Paulo em 2000 ficaram distribuídos da seguinte maneira: 46,3% eram “homens deficientes ativos com idade avançada”, 36,6% eram “mulheres deficientes com idade avançada” e 17,1% eram “parentes deficientes ativos com idade com idade avançada”.

Comparando os resultados para 1991 e 2000, vemos que os perfis de idosos não-migrantes foram muito semelhantes, embora a distribuição dos indivíduos entre eles tenha mudado. Houve diminuição dos indivíduos pertencentes aos perfis de homens e aumento dos pertencentes aos perfis de mulheres. Isso pode estar ligado ao envelhecimento da população, que aumenta a participação das mulheres entre os idosos, pois elas normalmente vivem mais, fazendo com que os perfis compostos por mulheres aumentem sua predominância.

6.4 Conclusão

A comparação dos perfis de migrantes com os perfis de não-migrantes mostra algumas diferenças importantes no comportamento das variáveis. A primeira é com relação à idade. Entre os migrantes, existiam perfis de idosos relativamente mais jovens, compostos por homens ativos economicamente ou mulheres acompanhantes. Já entre os não-migrantes, todos os perfis criados eram relativos a indivíduos com idade relativamente avançada. Isso vai ao encontro da relação entre idade e migração. Cabe destacar também que, conforme o observado, depois de uma certa idade a migração deixa de ser atrativa mesmo na presença de deficiência. Entre os não-migrantes, a presença de deficiência foi um marcador de quase todos perfis, apesar dela não compor a maioria dos perfis de migrantes.

Uma outra hipótese é que as gerações mais velhas tinham menos incentivo para retornar para Minas Gerais quando eram mais jovens.

Outra variável que apresentou diferenças entre os perfis de migrantes e não-migrantes foi a aposentadoria. Essa variável não foi marcador de nenhum perfil de não-migrante, mas foi marcador dos perfis extremos de migrantes criados para as duas décadas, além de quase todos os perfis mistos. Esse resultado sugere a importância da aposentadoria sobre os fluxos migratórios de idosos. Verificou-se, por exemplo, que a maioria dos idosos não-migrantes continuava ativa, mesmo possuindo algum grau de deficiência. Já entre os idosos migrantes, a associação entre deficiência física/mental e ser economicamente ativo era menos comum, provavelmente pelo papel exercido pela aposentadoria. Essa foi a principal diferença entre migrantes e não-migrantes idosos. Os não-migrantes eram mais velhos, porém quase todos continuam ativos, a despeito da deficiência. Os migrantes, por outro lado, mesmo sendo mais novos, podem ter deixado o mercado de trabalho por causa da aposentadoria.

O QUAD. 4 apresenta uma síntese com a comparação dos perfis criados para migrantes e não-migrantes, por período de ocorrência.

QUADRO 4 – Características dos perfis de migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais e de mineiros que residiam em São Paulo (Não-migrantes), por período de ocorrência

Perfil	Características	% Migrantes		% Não-migrantes	
		1991	2000	1991	2000
mulheres em busca de reunião familiar e suporte (P. Extremo)	mulheres; 70 anos ou mais de idade; viúvas; economicamente inativas; residiam em um domicílio em que viviam não-migrantes; mães, sogras, irmãs ou cônjuges do responsável; contribuíam com menos de metade da renda domiciliar.	47,6	21,7		
trabalhadores homens com boa situação econômica (P. Extremo)	homens; idade entre 60 e 69 anos; não-viúvos; ativos economicamente; aposentados; viviam em domicílios com rendimento <i>per capita</i> superior a 10 salários mínimos; migraram sós ou com o cônjuge; contribuíam com pelo menos metade da renda domiciliar; responsáveis pelo domicílio.	29,6	18,2		
trabalhadores homens que vivem sós (P. Misto)	homens; ativos economicamente; aposentados; migraram sós; responsáveis pelos domicílios.	22,8	30,8		
idosas acompanhantes relativamente mas jovens (P. Extremo)	mulheres; terem entre 60 e 64 anos de idade; não-viúvas; não-aposentadas; viviam em domicílios com rendimento <i>per capita</i> entre 0 e 0,5 salários mínimos, ou entre 2 e 5 salários mínimos ou sem rendimento; migraram apenas com o cônjuge; contribuíam com até um quarto do renda do domicílio; eram cônjuges do responsável.		12,7		
idosas acompanhantes sem rendimento (P. Misto)	mulheres; não-aposentadas; migraram acompanhando o cônjuge; viviam em domicílios que não possuíam rendimento; eram cônjuge, mãe ou sogra do responsável.		7,6		
viúvas e deficientes sem rendimento em busca de suporte (P. Misto)	mulheres; com mais de 75 anos de idade; viúvas; deficientes; sem rendimentos.		8,9		
homens ativos com idade avançada (P. Extremo)	homens; com mais de 75 anos de idade; ativos economicamente; viúvos; residindo em domicílios com rendimento de até meio ou mais de 5 salários mínimos; contribuíam com mais de um quarto da renda domiciliar; responsáveis pelo domicílio; viviam sós ou com mais um parente.				28,7
idosas deficientes com idade avançada (P. Extremo)	mulheres; 70 anos ou mais de idade; deficientes; viviam em domicílios com rendimento <i>per capita</i> de até meio ou mais de cinco salários mínimos; contribuíam com entre um quarto e metade da renda familiar; eram mães, sogras ou irmãs dos responsáveis; viviam em companhia de mais um morador.			41,5	36,6
responsáveis com idade muito avançada (P. Misto)	responsáveis; 75 anos ou mais de idade; deficientes; ativos economicamente; viviam em domicílios cuja renda <i>per capita</i> era menor que meio ou maior do que cinco salários mínimos; contribuíam com mais de 25% da renda domiciliar; viviam sós ou com mais um morador.			16,3	
outros parentes com idade muito avançada (P. Misto)	irmãos ou pais, mães e sogros; 75 anos ou mais de idade; deficientes; ativos economicamente; viviam em domicílios cuja renda <i>per capita</i> era menor que meio ou maior do que cinco salários mínimos; contribuíam com mais de 25% da renda domiciliar; viviam sós ou com mais um morador.			13,5	17,1
homens deficientes ativos com idade avançada (P. Extremo)	homens; 75 anos ou mais de idade; viúvos; deficientes; ativos economicamente; viviam em domicílios cuja renda <i>per capita</i> era menor que meio ou maior do que cinco salários mínimos; contribuíam com mais de um quarto da renda domiciliar; eram responsáveis pelo domicílio; viviam com mais um morador				46,3

Fonte: Elaboração própria

Entre os migrantes, os perfis foram bastante diversificados. As variáveis sexo, viuvez, atividade econômica, aposentadoria, nível e contribuição para a renda domiciliar e a estrutura do arranjo domiciliar, foram importantes na diferenciação dos perfis. Nas duas décadas foram verificados perfis de mulheres em busca de reunião familiar e suporte, trabalhadores homens com boa situação econômica e trabalhadores homens que vivem sós, sendo que na década de 1990 ainda foram identificados mais três perfis.

Já entre os não-migrantes, as características dos perfis foram semelhantes. As variáveis que atuaram na diferenciação de perfis foram, em primeiro lugar, a relação com o responsável e, em seguida, o sexo. Nas duas décadas foram identificados perfis de idosas deficientes com idade avançada e de outros parentes com idade muito avançada, além de perfis específicos de cada década.

Em síntese, podemos afirmar que os perfis de migrantes eram mais heterogêneos do que os perfis de não-migrantes.

7 CONCLUSÃO

A migração de idosos é um fenômeno que tem merecido atenção especial dos estudiosos de outros países que já se encontram em um processo mais avançado de transição demográfica. Entretanto, no Brasil desconhecem-se estudos específicos sobre o tema. A migração de idosos é importante por estar relacionada a áreas como saúde, sistema previdenciário, arranjos familiares, relações de gênero, e poder representar, potencialmente, parte importante dos fluxos migratórios com o avanço da transição demográfica no País. Essa tese trata especificamente de um fluxo migratório de idosos no Brasil, o dos migrantes de São Paulo para Minas Gerais nas décadas de 1980 e 1990. Esse foi o principal fluxo migratório de idosos do País nos dois períodos, em termos de volume. Ademais, o número de migrantes idosos aumentou 65,7% entre os Censos de 1991 e 2000. São Paulo também foi o principal Estado de origem dos imigrantes idosos de Minas Gerais.

O estudo desse tipo de migração possibilita-nos investigar um grupo populacional que não migra motivado, exclusivamente, pela busca de emprego e de melhores salários. Os idosos também migram motivados por questões familiares, sociais e pela expectativa de aumentar sua qualidade de vida, conforme a teoria decisória de migração de DE JONG e GARDNER (1981). Os perfis de idosos criados nessa tese trazem evidências desse tipo de migração, onde se destaca o papel das estruturas familiares, como por exemplo as migrações para acompanhar os cônjuges ou a migração para casa de filhos e irmãos. Contudo, também observamos um grupo de idosos que migraram nesse período e que ainda estavam trabalhando, o que é uma característica do sistema de aposentadoria brasileiro. Ou seja, tanto aspectos sociais e familiares, como também aspectos econômicos, estavam relacionados à migração dos idosos estudados.

Com base nas análises realizadas, observamos que houve uma seletividade migratória em relação a características individuais e familiares dos idosos. Os migrantes diferenciaram-se consideravelmente entre si e também em relação aos idosos mineiros residentes em São Paulo que não retornaram para Minas. Esse

fato vai ao encontro de uma das proposições de LEE (1966) de que indivíduos com características pessoais específicas respondem de maneira distinta aos estímulos e obstáculos da migração. Com isso, confirmamos nossa hipótese principal de que, no fluxo migratório estudado, os fatores pessoais diferenciam os idosos em perfis específicos de migrantes. Devido à alta seletividade desses atributos em relação à idade, podemos concluir que entre os migrantes estudados as transições ocorridas ao longo do ciclo de vida também associam-se à migração.

Houve, inclusive, um aumento da heterogeneidade entre os migrantes idosos no período, culminando em um maior número de perfis de migrantes criados com base nos dados do Censo 2000, quando comparado com aqueles do Censo de 1991, além do percentual de indivíduos que se enquadraram em perfis extremos ter diminuído entre as duas décadas. Na década de 1980, foram verificados apenas três perfis de migrantes. Quase a metade deles eram mulheres em busca de reunião familiar e suporte, sendo que a outra metade englobava dois perfis de trabalhadores homens. Já na década seguinte, embora os trabalhadores homens continuassem representando quase a metade dos migrantes, surgiram dois perfis de mulheres em busca de reunião familiar e suporte, que representavam menos de um terço dos migrantes, e foram acompanhadas de mais dois perfis de mulheres migrantes, que migraram acompanhando o cônjuge ou outros familiares.

Entre os migrantes idosos, grande parte das variáveis utilizadas comportaram-se de acordo com o esperado, baseado na revisão da literatura realizada nos capítulos iniciais.

Primeiramente, gostaríamos de destacar a relação entre idade e migração. Essa é uma das principais variáveis a serem consideradas nos estudos de migração de idosos, dado que é tida como o principal marcador do ciclo de vida de um indivíduo (GLICK, 1989) e base para a construção dos modelos etários de migração (ROGERS e CASTRO 1981).

Nossa hipótese era que, à medida que a idade avançasse, a propensão dos idosos para migrar variaria. Realmente observamos que há uma grande variação no número de migrantes em cada idade. Contudo, o que ficou claro nos resultados apresentados foi que a idade revelou-se como um dos principais

preditores do comportamento de outras variáveis, como o nível de atividade, a presença de deficiência e a viuvez.

Vimos que o total de migrantes e suas características variaram muito de acordo com o grupo etário a que pertenciam. A maior parte dos idosos que migrara de São Paulo para Minas Gerais, nos dois períodos analisados, estava concentrada nas idades relativamente mais jovens. Isso deveu-se, principalmente, à estrutura etária dos idosos no Brasil, que ainda é bastante jovem, relativamente a outros países que iniciaram a transição demográfica antes da nossa.

A idade também foi um dos principais marcadores dos perfis criados de migrantes, sendo que os perfis ficaram claramente divididos entre perfis de migrantes mais jovens e migrantes mais envelhecidos.

Os idosos que migraram no período eram relativamente mais jovens em relação aos idosos mineiros que residiam em São Paulo na data de referência de cada censo, considerados aqui como não-migrantes. Mais um vez, isso pode estar associado à migração em busca de suporte, dado que os não-migrantes podiam ter suporte local e envelheceram onde estavam, sem precisar migrar. Já os outros migraram, em grande parte, em busca de suporte em outro local.

Outra variável que merece destaque no estudo das migrações de idosos e que apresentou comportamento relevante em nossa análise foi o sexo do migrante. Nossa hipótese era de que o comportamento migratório seria diferenciado para homens e mulheres, devido às relações de gênero e à participação diferenciada de indivíduos de cada sexo no mercado de trabalho. Pudemos observar que todos os perfis de migrantes tiveram o sexo como marcador, sendo que os perfis de homens e mulheres eram substancialmente diferentes.

Conforme pontuam LAWSON (1988) e RADCLIFFE (1991), o que distingue a migração de homens e mulheres é a diferença nos papéis exercidos pelos indivíduos de cada sexo na sociedade, prescritos pelo que MASON (1995) chama de “sistema de gênero”. Percebemos isso claramente no fluxo migratório estudado quando observamos, por exemplo, a condição de atividade econômica dos migrantes de cada sexo.

O sexo do migrante também influenciou o comportamento de outras variáveis analisadas. Observamos um efeito combinado da idade e do sexo sobre os perfis de migrantes criados. Houve uma proporção maior de homens entre os migrantes mais jovens. Já nas idades mais avançadas, as mulheres superaram os homens em larga escala em função, também, dos diferenciais de longevidade entre os sexos, que favorecem as mulheres.

Enquanto grande parte dos migrantes do sexo masculino ainda estava vinculada ao mercado de trabalho, vivendo só ou apenas com o cônjuge, com renda mais elevada e, principalmente, em idades relativamente mais jovens, os perfis de mulheres migrantes constituíram-se de idosas com idades mais avançadas, com mais de 70 anos de idade, que residiam em um domicílio em que viviam não-migrantes, com uma contribuição relativamente baixa para a renda domiciliar, sendo mães ou sogras dos responsáveis. Além disso, houve um perfil de mulheres mais jovens e inativas economicamente, que migraram acompanhando seus cônjuges.

Como já destacado, devido à participação diferencial no mercado de trabalho de homens e mulheres, a contribuição da renda dos idosos de cada sexo também foi discrepante e ficou explícita nos perfis criados. Enquanto a renda dos migrantes do sexo masculino constituía, em média, 67% da renda das famílias em que viviam no lugar de destino, a renda das migrantes idosas representava, em média, 31% da renda dessas famílias. Para os homens, a contribuição da renda dos migrantes era maior do que entre os não-migrantes mineiros em São Paulo. Já entre as mulheres, a contribuição da renda das não-migrantes era maior. Mais uma vez, isso atesta a maior vulnerabilidade das mulheres ao migrar, no sentido de possuir dependência financeira de outro parente.

A aposentadoria, como visto na revisão da literatura, é um dos principais estímulos à migração de idosos em outros países (BENNETT, 1993; BURES, 1997; ANDERSON, 2002; HASS, 2006). Em nossa análise, a aposentadoria também foi uma variável de destaque. Além de ser um marcador dos perfis que englobaram a maior parte dos migrantes estudados, observamos que o percentual de aposentados sempre foi superior entre os idosos migrantes do que entre os idosos mineiros que permaneceram em São Paulo.

Entretanto, nos perfis de aposentados criados, os indivíduos ainda eram ativos economicamente, diferenciando-os dos migrantes aposentados de outros países que, conforme a literatura, migram em busca de “amenidades” após desligarem-se do mercado de trabalho. Nesse sentido, a migração dos aposentados de São Paulo para Minas Gerais aproxima-se da migração dos “pré-aposentados” descritos por BURES (1997). A autora qualifica o período da vida em que o indivíduo começa a desvincular-se do mercado de trabalho de “transição da aposentadoria” (*retirement transition*). Essa transição significa a mudança das preocupações com o trabalho para considerações sobre qualidade de vida, que normalmente acontece próxima ao período de aposentadoria. Embora não tenham parado de trabalhar, a aposentadoria pode ter levado à quebra de vínculo com o local anterior de trabalho, proporcionando aos migrantes estudados nessa tese a oportunidade de buscar trabalho em outras regiões.

Esse fato salienta a importância de, no Brasil, termos sempre que considerar a condição de atividade dos idosos e o fato de que esses, por serem, em parte ativos economicamente, também possam ter na busca por melhores condições de trabalho um estímulo para a migração, conforme postulam as teorias econômicas de migrações (SJAASTAD, 1980, BORJAS, 1996).

Com relação à deficiência, nossa hipótese era de que o início do processo de incapacidade, decorrente de deficiência física ou mental, poderia levar o idoso à necessidade de migração em busca de suporte, conforme destacado nos trabalhos de CHOI (1996), WALTERS (2002) e CHEN e WILMOTH (2004). Contudo, os percentuais de deficientes foram relativamente baixos entre os migrantes estudados e essa variável não foi um marcador da maioria dos perfis de migrantes criados. Isso pode decorrer da forma de captação do tema ou na mudança do quesito entre os censos de 1991 e 2000.

A deficiência esteve relacionada a apenas um perfil extremo, o de mulheres com mais de 70 anos de idade que migraram da década de 1990. Mesmo assim, esse fato merece atenção, pois a migração de deficientes pode indicar um descompasso entre as demandas e as estruturas de suporte nos locais em que vivem esses indivíduos.

Com relação aos arranjos domiciliares, redes sociais e migração, vários pontos merecem ser destacados. Esses aspectos são recorrentemente citados nos estudos de migrações de idosos, tanto no que tange os arranjos domiciliares (DEVOS e HOLDEN, 1988; BOYD, 1991; WILMOTH 2001), como as redes sociais de idosos (IKKINK e VAN TILBURG, 1999).

As variáveis aqui utilizadas para estudar os arranjos familiares, como a relação com o responsável pelo domicílio, a estrutura do arranjo domiciliar e a contribuição para a renda familiar foram importantes marcadores dos perfis criados para os migrantes.

Enquanto um grupo de migrantes idosos, relativamente mais jovens e mais ricos, vivia só ou apenas com o cônjuge, um outro grupo, composto por migrantes mais velhos, geralmente mulheres, com situação econômica relativamente pior, vivia na casa de filhos ou irmãos. Esse grupo assemelhava-se a um dos perfis de migrantes criado por WISEMAN e ROSEMAN (1979), de migrantes em busca de suporte. Percebemos, assim, entre os migrantes estudados, indícios de uma migração em busca de suporte familiar.

Outra evidência desse tipo de migração é o fato da contribuição do migrante para a renda domiciliar ter sido inferior entre os que residiam em um domicílio em que viviam não-migrantes do que para os que migraram com o domicílio todo, o que pode indicar que alguns idosos também migraram em busca de suporte financeiro. Nesse grupo, as categorias de relação com o responsável que mais se destacaram foram “pais”, “mães” e “sogros(as)”. Esse tipo de migração é realizada por idosos que procuram viver próximos da família, conforme destacam DE JONG e GARDNER (1981), o que ocorre muitas vezes devido à necessidade de suporte ao idoso. Segundo ALVES, LEITE e MACHADO (2008), esse suporte, no Brasil, é tipicamente familiar. Grande parte desses migrantes eram mulheres viúvas.

Também devemos destacar a migração das mulheres declaradas como irmãos do(a) responsável. Nesse caso, a contribuição das migrantes para a renda domiciliar foi maior, de 33,6% em média, indicando maior reciprocidade no suporte financeiro do que no caso da migração para a casa dos filhos. STOLLER e LONGINO (2001) destacam a ocorrência desse tipo de migração, que indica

que a relação de suporte financeiro, nesse caso, tem maior reciprocidade do que quando as mulheres migram para casa de filhos e têm menor contribuição para a renda do domicílio.

Não devemos nos esquecer, contudo, de que os idosos podem contribuir para o domicílio com provimento de serviços, conforme destacam DE VOS e HOLDEN (1988), ao mesmo tempo que recebem suporte financeiro. Além disso, mesmo que sua renda não represente a maior parte da renda domiciliar, ainda assim ela pode ser importante para o domicílio, como destaca SAAD (2001) em seu estudo sobre os domicílios de idosos no Brasil. Independente desse fatores, as migrações de muitos idosos relacionam-se à estratégias de suporte e, mesmo que existam transferências partindo também do idoso, é possível que eles também recebam apoio ao migrar para junto de seus parentes.

Merece destaque o estado conjugal do idoso, principalmente se ele vive ou não com o cônjuge, o que influenciou seu comportamento migratório, como no caso dos perfis de mulheres que migraram para acompanhar os cônjuges. Esse aspecto realça a importância da família como unidade decisória da migração e a existência de *tied movers* entre os idosos (MINCER, 1978)

Vimos também que houve um percentual crescente, principalmente entre as mulheres, de migrantes que viviam sós. Essa foi a categoria que mais aumentou no período estudado. Entre as duas décadas verificamos que houve um aumento das mulheres que foram declaradas como responsáveis pelo domicílio, indicando um aumento dos domicílios unipessoais de migrantes idosas. É provável que parte dessa idosas migraram com os maridos, que vieram a falecer após a migração, fazendo com que no momento do censo elas vivessem sós. Isso é especialmente válido entre as idosas com idade mais avançada.

Verificamos um elevado número de migrantes interestaduais de retorno entre os idosos que chegaram em Minas Gerais, vindos de São Paulo, nas décadas estudadas. Em decorrência do grande volume de migração observado no Brasil nas décadas passadas, atualmente há um número significativo de migrantes de retorno no País, sendo que muitos desses migrantes são idosos. Contudo, o número de migrantes idosos não-naturais de São Paulo para Minas Gerais foi

maior do que o de naturais de Minas, levando a uma redução na participação dos migrantes de retorno entre os idosos.

Com base nos perfis de migrantes criados, podemos inferir que há uma divisão entre movimentos tipicamente “voluntários” e outros “necessários”, como apontam BEAN et. al. (1998) e CHOI (1996), embora saibamos que nenhuma migração poderá ser classificada totalmente em um desses extremos. Os perfis de migrantes mais jovens, mais ricos, que viviam sós ou apenas com o cônjuge e eram ativos economicamente, aproximam-se do primeiro tipo de movimento, da migração “voluntária”. Os perfis de indivíduos mais velhos, viúvos, mais pobres e que viviam na casa de seus filhos ou irmãos aproxima-se do outro tipo, da migração por “necessidade”. Também há um terceiro grupo, de idosos necessitados (deficientes mais velhos), que não migraram e que combinam deficiência com participação no mercado de trabalho.

Isso remete-nos à idéia de dualidade do processo de envelhecimento, segundo destacam CROSNOE e ELDER (2002), que também culmina em perfis de migrantes com características opostas. RIBEIRO, CARVALHO e WONG (1996), ao estudarem as migrações de retorno no Brasil, conjecturam que alguns indivíduos migram para usufruírem dos benefícios alcançados durante a fase economicamente ativa da vida, enquanto outros são forçados a migrar justamente por não terem tido sucesso na aquisição desses benefícios.

Ao analisamos atributos migratórios ligados não só a características individuais mas também à relações domiciliares, tentamos evitar a concentração da unidade de análise apenas no indivíduo pois, conforme a literatura consultada, a estrutura familiar é fundamental no entendimento da migração de idosos. Também foram destacados, conjuntamente, aspectos econômicos e sociais dos indivíduos. Com isso, tentamos minimizar os problemas das análises migratórias, apontados por BRETTELL e HOLLIFIELD (2000), dos pronunciados vieses disciplinares e da compartimentalização da unidade de análise.

Consideramos que a metodologia utilizada para a criação de perfis, através do GoM, gerou resultados consistentes e esclarecedores sobre os migrantes idosos de São Paulo para Minas Gerais. Essa mesma metodologia pode ser aplicada em

outros estudos de fluxos migratórios, para que avancemos na compreensão das migração recentes no Brasil.

Com relação aos impactos da migração de idosos na sociedade, ele é distinto conforme o perfil específico de migrantes e o contexto vivido. A preocupação com os migrantes aposentados dirige-se, em uma dimensão, para a questão da transferência de renda no território. O fato do indivíduo aposentar-se em uma localidade e migrar para outra leva a uma transferência de renda entre essas localidades que, dependendo do volume dessa migração e das características das localidades envolvidas, pode trazer impactos significativos. Já a preocupação com os migrantes com idade mais avançada que migram em busca de suporte direciona-se para questões como apoio às famílias provedoras de suporte. Não sabemos em que condições essas famílias “recebem” esses idosos e se contribuem para um envelhecimento satisfatório.

Uma outra questão que desponta dessa análise, ligada à importância da estrutura familiar dos migrantes, é o fato de que, em função da transição demográfica, com a diminuição do número de filhos verificada atualmente no Brasil, haverá, necessariamente, uma geração de idosos no futuro não distante com menos filhos e menor possibilidade de usufruir de suporte familiar. Isso pode modificar o padrão migratório atual ou mesmo coibir esse tipo de migração. Nesse sentido, as demandas que geraram o estímulo migratório terão de ser supridas de outras maneiras, muitas vezes no próprio local de origem dos migrantes, através de suporte institucional ou uso das redes locais de suporte.

Outro aspecto importante ligado à transição demográfica é que, segundo ZELINSKY (1971), ela é acompanhada de um processo de transição da mobilidade, que altera o padrão migratório das sociedades à medida que elas se modernizam. Segundo o autor, a chamada “sociedade futura” é uma sociedade com alta mobilidade e com estrutura etária envelhecida, o que pode conferir um peso considerável à migração de idosos no Brasil nos próximos anos, ampliando as consequências dessas migrações e seu impacto nas famílias, no mercado de trabalho e nas instituições de saúde e assistência social, tanto nos locais de origem, quanto nos locais de destino das migrações dos idosos.

Como a análise realizada refere-se a um período relativamente longínquo, as décadas de 1980 e 1990, o padrão atual de migração de idosos só será conhecido após a divulgação do censo 2010. É provável que, com o envelhecimento da população, a heterogeneidade dos idosos continue aumentando e novos perfis de migrantes devem surgir. Estudos futuros poderão certificar ou não essa tendência, assim como poderão apresentar novas evidências de migrações de idosos no Brasil.

8 ANEXOS

TABELA A.1 - Distribuição percentual dos idosos de Minas Gerais segundo o número de moradores dos domicílio e faixas de rendimento domiciliar per capita – 1991 e 2000

Número de moradores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
	<u>1991</u>													
% de idosos por domicílio	2,0	7,0	13,1	19,8	19,6	13,6	9,2	6,2	4,1	2,4	1,4	0,8	0,4	0,2
<u>Faixa de renda</u>														
sem rendimento	10,9	1,8	1,3	1,0	0,9	0,8	0,7	0,7	0,6	0,3	0,3	0,4	0,6	1,1
0 a 0,5	22,9	29,5	36,3	40,4	46,5	53,4	60,3	66,2	70,1	73,9	74,6	75,1	74,8	77,8
0,51 a 1	25,6	25,6	26,8	25,1	24,2	23,7	22,5	21,2	19,8	18,1	19,1	18,8	20,0	16,9
1,1 a 2	17,6	19,5	19,0	17,7	15,7	13,1	10,7	8,3	7,1	6,1	4,6	4,6	4,2	3,9
2,1 a 5	13,7	15,6	12,0	11,7	9,5	7,0	4,6	2,9	2,0	1,3	1,4	0,8	0,3	0,2
5,1 a 10	5,4	5,3	3,3	2,9	2,4	1,6	0,9	0,5	0,3	0,2	0,1	0,3	0,0	0,0
10,1 ou mais	3,9	2,7	1,3	1,0	0,9	0,5	0,3	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	<u>2000</u>													
% de idosos por domicílio	2,8	9,2	17,3	25,0	19,8	10,9	6,2	3,8	2,1	1,3	0,7	0,4	0,2	0,1
<u>Faixa de renda</u>														
sem rendimento	10,3	3,3	3,1	2,9	2,9	3,0	3,5	3,5	3,7	3,6	2,7	2,4	4,3	3,9
0 a 0,5	2,3	13,5	15,5	22,6	27,7	36,2	41,6	48,2	51,9	56,7	57,1	62,9	60,5	65,9
0,51 a 1	33,8	21,7	27,2	26,0	28,1	28,4	29,8	28,0	28,2	27,6	29,8	26,9	28,5	23,3
1,1 a 2	18,9	25,6	27,0	24,4	22,0	19,5	16,8	14,5	12,2	9,2	8,4	6,6	6,6	4,7
2,1 a 5	17,9	22,2	18,5	16,4	13,4	9,5	6,4	4,6	3,4	2,7	1,6	1,1	0,1	2,0
5,1 a 10	9,1	8,0	5,8	5,2	4,2	2,4	1,4	0,9	0,5	0,2	0,3	0,2	0,0	0,2
10,1 ou mais	7,7	5,6	3,0	2,4	1,7	0,9	0,5	0,3	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: IBGE, 1991; IBGE, 2000.

Anexo A.2 - Valor-p dos testes de média entre as variáveis componentes dos perfis de idosos não-migrantes e migrantes de São Paulo para Minas Gerais – 1991 e 2000

(continua)

<u>Não-migrantes, 1991</u>					
	P1.1	P1XP2.1	P2.1XP2.2	P2XP1.2	P2XP2.2
var1	0,0000	0,0000	0,0000	0,0001	0,0000
var2	0,0000	0,0000	0,0000	0,1176	0,0000
var3	0,0001	0,0000	0,0000	0,0123	0,0000
var4	0,0000	0,0000	0,0000	0,1320	0,0000
var5	0,0000	0,0000	0,0008	0,0000	0,3116
var6	0,0000	0,0000	0,0000	0,2916	0,0000
var7	0,0000	0,0000	0,0000	0,0789	0,0000
var8	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
var9	0,0000	0,0000	0,0000	0,0515	0,0000
var10	0,0000	0,0000	0,0014	0,0000	0,0000
<u>Não, Migrantes 2000</u>					
	P1.1	P1XP2.1	P2.1XP2.2	P2XP1.2	P2XP2.2
var1	0,0000	0,5439	0,0000	0,1823	0,0000
var2	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
var3	0,0032	0,0000	0,0015	0,1332	0,0000
var4	0,0000	0,0003	0,0000	0,0351	0,1131
var5	0,0000	0,0000	0,0000	0,8262	0,0000
var6	0,0000	0,0000	0,0000	0,6206	0,0002
var7	0,0013	0,0004	0,0000	0,0000	0,0000
var8	0,0000	0,0000	0,0000	0,0036	0,0000
var9	-	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
var10	0,0000	0,0000	0,0000	0,0023	0,0000
<u>Migrantes, 1991</u>					
	P1.1	P1XP2.1	P2.1XP2.2	P2XP1.2	P2XP2.2
var1	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
var2	0,2026	0,0000	0,0000	0,0000	0,0111
var3	0,5209	0,6930	0,0114	0,2491	0,0033
var4	0,0222	0,6746	0,0485	0,3984	0,3806
var5	0,1797	0,0810	0,0039	0,0792	0,4319
var6	0,8430	0,2691	0,3147	0,0003	0,0833
var7	0,0022	0,0007	0,0000	0,0084	0,1501
var8	0,0866	0,2276	0,5984	0,0000	0,0000
var9	0,9831	0,7342	0,3464	0,2397	0,0000
var10	0,0000	0,0000	0,0006	0,0001	0,5652
var11	0,0198	0,0193	0,0717	0,0010	0,0342

Anexo A.2 - Valor-p dos testes de média entre as variáveis componentes dos perfis de idosos não-migrantes e migrantes de São Paulo para Minas Gerais – 1991 e 2000 (continuação)

	Migrantes, 2000								
	P1.1	P1XP2.1	P2XP1.2	P2XP2.2	P2.1XP2.2	P3XP1.3	P1XP2.3	M12xM13	M13xM23
var1	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,1586	0,0000	0,0013	0,3695
var2	0,0002	0,0000	0,0000	0,0000	0,3562	0,0000	0,0000	0,9828	0,0110
var3	0,0000	0,0000	0,0696	0,0000	0,0041	0,1559	0,0141	0,2086	0,1469
var4	0,1409	0,5062	0,0876	0,0610	0,8181	0,7689	0,9557	0,5435	0,5795
var5	0,8562	0,2441	0,1430	0,0000	0,0098	0,0830	0,0000	0,0000	0,0000
var6	0,0056	0,0107	0,0031	0,0000	0,0881	0,0766	0,0603	0,4811	0,6291
var7	0,4864	0,7337	0,0001	0,0001	0,7888	0,0448	0,0077	0,1619	0,1598
var8	0,3195	0,1579	0,0001	0,2301	0,0136	0,1586	0,0248	0,3980	0,2906
var9	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	--	0,0002	0,0000	0,0621
var10	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,1669	0,0005	0,0000	0,0000	0,0000
var11	0,0024	0,0000	0,0045	0,0000	0,0000	0,1455	0,0916	0,0000	0,0002

Fonte: IBGE, 1991 e 2000

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, L. C. ; LEITE, I. C. ; MACHADO, C. J. . Perfis de saúde dos idosos no Brasil: análise da pesquisa nacional por amostra de domicílios de 2003 utilizando o método grade of membership. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 535-546, Março 2008.

AMARAL, E. F. L. Funções de migração por idade e caracterização de migrantes das microrregiões de Goiás e Distrito Federal 1975-1979 e 1986-1990. 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais. 2002.

ANDERSON, J. retirement migration: motives for migration to warmer climate and housing needs: a study of scandinavians in Costa Blanca. 2002. 61 f. M. Sc. - Department of Building Economics and Management, Chalmers University of Technology, Göteborg, Sweden, 2002.

ASSIS, H. M.; MACHADO, C. J.; RODRIGUES, R. N. Perfis de morbimortalidade neonatal precoce: um estudo para a Maternidade Odete Valadares de Belo Horizonte (MG), 2001-2006. 2008. 63 f. Dissertação (Mestrado)- Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BAPTISTA, D. B. D. A. Idosos no município de São Paulo: expectativa de vida ativa e perfis multidimensionais de incapacidade a partir da SABE. 2003. 113f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

BARBIERI, A. F. Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, v. 24, n. 2, p. 225-246, jul./dez. 2007.

BARBIERI, A. F. People, land and context: multi-scale dimensions of population mobility in the Ecuadorian Amazon. 2005. 204 f. Tese (Doutorado) - University of North Carolina at Chapel Hill, 2005.

BARBIERI, A. F.; BILSBORROW, R. E.; PAN, W. K. Farm household lifecycles and land use in the Ecuadorian Amazon. Population and Environment, New York, v. 27, n. 1, p.1-27, Sep. 2005.

BEAN, F. D. et al. Geographic concentration, migration, and population redistribution among elderly. In: MARTIN, L; PRESTON, S. (Eds.). Demography of Aging. Washington: National Academy Press, 1994.

BENNETT, D. G. Retirement migration and economic development in high-amenity, nonmetropolitan areas. Journal of Applied Gerontology, Tampa, Fla., v. 12, n. 4, p. 466-481, Dec. 1993.

BIGGAR, J.C. Who moves among the elderly, 1965-70: a comparison of types of older movers. *Research on Ageing*, Thousand Oaks, v. 2, n. 1, p. 73-91, Mar. 1980.

BILSBORROW, R. E. Sample Design. In: BILSBORROW, R. E.; OBERAI, A. S.; STANDING, G. *Migration survey in low income countries: guidelines for survey and questionnaire design*. London; Sidney: Croom Helm, 1984.

BORJAS, G. J. *Labor Economics*. New York: Mac Graw Hill, 1996. cap. 9, p 279-317.

BORJAS, G. J.; BRONARS, S. G. Immigration and the family. *Journal of Labor Economics*, Chicago, v. 9, n. 2, p. 123-148, Apr. 1991

BOYD, M. Immigration and living arrangements: elderly women in Canada. *International Migration Review*, Staten Island, NY, v. 25, n. 1. p. 4-27, Spring. 1991.

BRADLEY, D. E. et al. Actuation of mobility intentions among the young-old: an event-history analysis. *The Gerontologist*, Washington, v. 48, n. 2, p. 190-202, Apr. 2008.

BRETTELL, C. B.; HOLLIFIELD, J. F. *Migration theory: talking across disciplines*. New York; London: Routledge, 2000.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: CARLEIAL, A. N. *Transições migratórias*. Fortaleza: Iplance, 2002.

BURCH, T.K. Theories of household formation: progress and challenges. In: IMHOFF, W. et al. (Eds.) *Household demography and household modeling*. New York: Plenum Press, 1995.

BURES, R. Migration and the life course: Is there a retirement transition? *International Journal of Population Geography*, Chichester, v. 3, n. 2, p. 109-119, Sep. 1997.

CAETANO, A. J.; MACHADO, C. J. Consistência e identificabilidade no modelo Grade of Membership: uma nota metodológica. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 145-149, jan./jul. 2009.

CALDWELL, J.C. Toward a restatement of demographic transition theory. *Population and Development Review*, New York, v. 2, n.3/4, p.321-366, Sep./Dec. 1976.

CAMARANO, A. A. et. al. Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidade. In: CAMARANO, A. A. (Org.) *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA , 2004.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. Introdução. In: CAMARANO, A. A. (Org.) *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARGOS, M. C. S. ; MACHADO, C. J. ; RODRIGUES, R. N. .A relação entre renda e morar sozinho para idosos paulistanos. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 37-51, jan./jun. 2007.

CARVALHO, J. A. M. ; RIGOTTI, J. I. R. ; Brito, F. ; RIBEIRO, J. T. . Minas Gerais: uma nova região de atração populacional. In: *Seminário sobre a Economia Mineira*, 2002, Diamantina. 20 Anos do Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte : UFMG/Face/Cedeplar, v. 3. p. 239-262. 2002.

CARVALHO, J.A.M. et al. Minas Gerais, uma nova região de atração populacional? In: *SEMINARIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA*, 8., 1998 Diamantina, MG. Anais... Diamantina: UFMG; CEDEPLAR, 1998. v. 2.

CARVALHO, J.A.M.; MACHADO, C.C. Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, v. 9, n. 1, p. 22-34, jan/jul. 1992.

CARVALHO, J.A.M. Dados de migração de última etapa e data fixa do Censo Demográfico Brasileiro de 1991: um análise de consistência. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.17, n. 1/2, p. 87-96, jan./dez. 2000.

CARVALHO, J.A.M.; RIGOTTI, J.I.R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Brasília, v. 15, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 1998.

CASTRO, L.; ROGERS, A. What the age composition of migrants can tell us. *Population Bulletin of the United Nations*, New York, n. 15, p. 63-79, 1983.

CHEN P. C.; WILMOTH, J. M. The effects of residential mobility on ADL and IADL limitations among the very old living in the community. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, Local, v. 59b, n. 3, p. 164-172, May. 2004.

CHOI, N.G. Older persons who move: reasons and health consequences. *Journal of Applied Gerontology*, Tampa, Fla., v. 15, n. 325, p. 325-344, Sep. 1996.

CROSNOE, R.; ELDER Jr., G. H. Successful Adaptation in the later years: a life course approach to aging. *Social Psychology Quarterly*, Washington, v. 65, n. 4, p. 309-328, Dec. 2002.

CUBA, L.J. Models of migration decision-making re-examined: the destination search of older migrants to Cape-Cod. *Gerontologist*, Washington, v. 31, n. 2, p. 204-209, Apr. 1991.

CUTCHIN, M.P. Deweyan integration: Moving beyond place attachment in elderly migration theory. *International Journal of Aging an Human Development*, Farmingdale, v. 52, n. 1, p. 29-44, 2001.

DANØA, A. M.; EJRNÆSB M.; HUSTEDA L. Do single women value early retirement more than single men? *Labour Economics*, Amsterdam, v. 12, n. 1, p. 47-71, Feb. 2005.

DAVIS, K. Social sciences and migration. In: TEITELBAUM, M. S.; WINTER, J. M. Population and resources in western intellectual traditions. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DAVIS, K. The theory of change and response in modern demographic history. Population index, Princeton, v. 29, n. 4, p. 345-366, Oct. 1963.

DE JONG, G.F.; GARDNER, R.W (Eds.). Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries. New York: Pergamon Press, 1981.

DE VOS, S.; HOLDEN, K. Measures comparing living arrangements of the elderly: An assessment. Population and Development Review, New York, v. 14, n. 4, p. 688-704, Dec. 1988.

ELDER Jr., G. H. (Ed.). Preface. In: _____. Life course dynamics - trajectories and transitions, 1968-1980. New York; London: Cornell University Press., 1985a.

ELDER Jr.; G. H. Age differentiation and the life course. Annual Review of Sociology, Palo Alto, Calif., v. 1, p. 165-190, Aug. 1975.

ELDER Jr., G. H. Perspectives on the life course. In: ELDER Jr, G. H. (Ed.) Life course dynamics: trajectories and transitions, 1968-1980. New York; London: Cornell University Press, 1985b.

ELDER Jr., G. H. The life course and aging: some reflections distinguished scholar lecture, section on aging. [S.l]: American Sociological Association, 1999. Disponível em: < www.unc.edu/~elder/pdf/asa-99talk.pdf >. Acesso em: 13 jan. 2010.

ELDER Jr., G. H. The Life Course as Developmental Theory. Child Development, Chicago, v. 69, n. 1, p. 1-12, Feb. 1998.

ELDER Jr., G. H. Time, human agency, and social change: perspectives on the life course. Social Psychology Quarterly, Washington, v. 57, n. 1, p. 4-15, Mar. 1994.

BRASIL. Lei n. 11.741 de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 10 fev. 2009.

RANIS, G.; FEI, J. C. H. A Theory of economic development. The American Economic Review. Nashville, v. 2, n. 4, p. 533-565, Sep. 1961.

FERREIRA, A. R. S. Perspectivas da oferta de cuidadores informais da população idosa, Brasil 2000-2015. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

GARBINO, J.A.; STUMP, P. Conceitos de deficiência e deformidade, incapacidade e "invalidez". In: OPROMOLLA D.V.A.; BACCARELLI R. Prevenção de incapacidades e reabilitação em hanseníase. Bauru: ILSI, 2003.

GARCIA, R.A.; MIRANDA-RIBEIRO, A de. Movimentos migratórios em Minas Gerais: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno – 1970/1980, 1981-1991 e 1990-2000. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.22, n. 1, p. 159-175, jan./jun. 2005.

GARIP, F. Social capital and migration: how do similiar resourses lead to divergent outcomes? *Demography*, Seattle v. 45, n. 3, p. 591-617, Aug. 2008.

GAUDEMAR, J. P. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. São Paulo: Editorial Estampa, 1977.

GLICK, P. The life cycle and social change. *Family Relations*, Minneapolis, v. 38, n. 2, p. 123-129, Apr.1989.

GLICK, P. Uptading the life cycle of the family. *Journal of Marriage and the Family*, Menasha, v. 39, n. 1, p. 5-13, Feb. 1977.

GLICK. P. The life cycle of the family. *Marriage and Family Living*, Menasha, v. 17, p. 3-9, Feb. 1955.

GOLGHER, A. B. Análise de fluxos de migrantes em minas geais com base nos resultados de caracterização da região de estudo por técnica de grade of membership. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998. Caxambu, MG. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1998.

GOLGHER, A. B. Os determinantes da migração e diferenciais entre migrantes e não-migrantes em Minas Gerais. 2001. 187 f. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2001.

GUEDES, G.; COSTA, S.; BRONDÍZIO, E. Revisiting the hierarchy of urban areas in the Brazilian Amazon: a multilevel approach. *Population Environment*, New York, v. 30, n. 4-5, p. 159-192, May. 2009.

GUEDES, G.R.; QUEIROZ, B.L.; BARBIERI, A.F. Ciclo de vida domiciliar, ciclo do lote e mudança no uso da terra na amazônia rural brasileira –um estudo de caso para Altamira, Pará. 2010. 206 f. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

GUEST. P. The determinants of female migration from a multilevel perspective. in: internal migration of women in developing countries. New York: UNITED NATIONS, 1993.

HABER, C. Old age through the lens of family history. In: BINSTOCK, R.H.; GEORGE, L.K (Eds.). *Handbook of aging and the social sciences*. 6th ed. Burlington: Academic Press;ELSEVIER, 2006.

HAMMEL, E. A. Chayanov revisited: a model for the economics of complex kin units. *PNAS*, v. 102, n. 19, p. 7043-7046, May. 2005.

HARBINSON, S.F. Family structure and family strategy in migration decision making. In: DE JONG, G.F.; GARDNER, R.W (Eds.). Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries. New York: Pergamon Press, 1981.

HARRIS, J. H.; TODARO, M. P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, H. A. (Org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, 1980.

HASS, W. H. et. al. In retirement migration, who counts? A methodological question with economic policy implications. *The Gerontologist*, Washington, v. 46, n. 6, p. 815–820, Dec. 2006.

HATCHER, L. A step-by-step approach to using the SAS System for factor analysis and structural equation modeling. Cary, NC: SAS Institute INC., 1994.

HEATON, T. B.; CLIFFORD, W. B.; FUGUITT, G. V. Temporal shifts in the determinants of young and elderly migration in nonmetropolitan areas. *Social Forces*, Chapel Hill, v. 60, n.1, p. 41-60, Sep. 1981.

HORTA, C. J. G. et al. Tipologia dos imigrantes e emigrantes, interestaduais segundo o Censo Demográfico de 1991 tomando-se como referência o Estado de Minas Gerais. In: Encontro Nacional Sobre Migração, 2., 1999, Ouro Preto. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico 2000: Família e Domicílios. Resultados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Microdados do censo demográfico de 1991. [Rio de Janeiro]: IBGE, 1991. CD-Room

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Microdados do censo demográfico 2000. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2000. CD-Room

IKKINK, K. K.; Van TILBURG, T. Broken ties: reciprocity and other factors affecting the termination of older adults relationships. *Social Networks*, Amsterdam, v. 21, n.2, p. 131-146, Aug. 1999.

IMHOFF, W.; KUIJSTEN, A.; WISSEN, L. Introduction. In: IMHOFF, W. (Ed.) et al. Household demography and household modeling. New York: Plenum Press, 1995.

JANUZZI, P. M. Perfis etários da migração por motivos e acompanhantes da mudança: evidências empíricas para São Paulo entre 1980 e 1993. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Brasília, v. 15, n. 2, p. 19-44, jul./dez. 1995.

KALLAN, J. E. A multilevel analysis of elderly migration. *Social Science Quarterly*, Austin, Tex., v. 74, n. 2, p. 403-416, Jun. 1993.

KEILMAN, N. Household concepts and household definitions in western Europe: different levels but similar trends in household developments. In: IMHOFF, W.; (Eds.) et al. Household demography and household modeling. New York: Plenum Press, 1995.

KING, R.; WARNES, A.M.; WILLIAMS, A.M. International retirement migration in Europe. *International Journal of Population Geography*, Chichester, v. 4, n. 2, p. 91-112, Jun. 1998.

KUIJSTEN, A.; HOOIMEIJER, P.; WISSEN, L. (Eds.) *Household demography and household modeling*. New York: Plenum Press, 1995.

LAW, C. M.; WARNES, A. M. The changing geography of the elderly in England and Wales. *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, London, v. 1, n. 4, p. 453-471, 1976.

LAWSON, V. A. Hierarchical households and gendered migration in Latin America: feminist extensions to migration research. *Progress in Human Geography*, London, v. 22, n. 1, p. 39-53, Feb. 1998.

LEE, E. S. A Theory of Migration. *Demography*, Seattle, v. 3, n. 1, p. 47-57, Jan. 1966.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. (Org.). *Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB, 1980. t. 1, p. 89-114.

LEE, R. D. The formal demography of population aging, transfers, and the economic life cycle. In: MARTIN, L.; PRESTON, S. (Eds). *Demography of Aging*. Washington: National Academy Press, 1994.

LEE, R. D.; LAPKOFF, S. Intergenerational flows of time and goods: consequences of slowing population growth. *The Journal of Political Economy*, Chicago, v. 96, n. 3, p. 618-651, Jun. 1988.

LEE, R.D. A cross cultural perspective on intergenerational transfers and the economic life cycle. Berkeley: University of California, 1995. Disponível em: <<http://www.demog.berkeley.edu/~rlee/papers/ccig/>>. Acesso em: 15 fev. 2009.

LIBERATO, V. A oferta de trabalho masculina "pós-aposentadoria" Brasil Urbano 1981/2001. 2003. 78 f. Dissertação (Mestrado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

LITWIN, H. Social network type and health status in a national sample of elderly Israelis. *Social Science and Medicine*, Amsterdam, v. 46, n. 4/5, p. 599-609, Feb./Mar. 1998.

LITWIN, H. The Social Network of Elderly Immigrants: an analytic typology. *Journal of Aging Studies*, New York, v. 9, n. 2, p. 155-174, Summer. 1995.

LIWALK, E.; LONGINO, C. Migration patterns among the elderly: a development perspective. *The gerontologist*, Washington, v. 27, n. 3. p. 266-272, Jun. 1987.

LLOYD-SHERLOK, P. Living arrangements of older persons and poverty. In: UNITED NATION. *Population Bulletin of the United Nations*, New York, n. 42/43, 2001. Special Issue

LONGINO, C. F.; BRADLEY, D.E. Internal and international migration. In: BINSTOCK, R.H.; GEORGE, L.K (Eds.). Handbook of aging and the social sciences. 6th ed. Burlington: Academic Press; ELSEVIER, 2006.

MACHADO, C.C. Estabelecimento de fluxos migratórios padrão para o Brasil: análise exploratória dos dados censitários de 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ABEP, 2005.

MADDOX, G.L.; CLARK, D.O. Trajectories of functional impairment in later life. Journal of health and social behavior, Albany, v. 33, p.114-125, Jun. 1992.

MAHON, E. Contratos de género y políticas de cohesión social. Política y Sociedad, Madrid, n. 19, p. 61-74, 1995.

MARINI, M. M.; LI, X.; FAN, P. Characterizing latent structure: factor analytic and grade of membership models. Sociological Methodology, Oxford, v. 26, p. 133-164, 1996.

MARQUES, D.; RODRIGUES, L. Emigrantes e imigrantes de Belo Horizonte em relação ao restante da RMBH: uma aplicação do método "Grade of Membership" (GoM). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006. Caxambu. Desafios e oportunidades do crescimento zero: anais. [Campinas]: ABEP, 2006.

MARTIN, L.; KINSELLA, K. Research on the demography of aging in developing countries. In: MARTIN, L; PRESTON, S. (Eds). Demography of Aging. Washington: National Academy Press, 1994.

MASON, K. O. Gender and demographic change: what do we know? Liege, Belgique: International Union for the Scientific Study of Population, 1995.

MASSEY, D. Social structure, household strategies and the cumulative causation of migration. Population Index, Princeton, v. 56, n. 1, p. 3-26, Spring. 1990.

MASSEY, D. et al. Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MATOS, R.E.S.; LOBO, C.; STEFANI, J. Inversão de tendências históricas de migração entre Minas Gerais e São Paulo. In: MATOS, R.E.S. (Org.). Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MCLANAHAN, S. S.; SORENSEN, A.B. Life events and psychological well-being over the life course. In: ELDER Jr, G. H. (Ed.). Life course dynamics – trajectories and transitions, 1968-1980. New York: Cornell University Press, 1985.

MEDEIROS, M.; DINIZ, D. Envelhecimento e deficiência. In: CAMARANO, A. A. (Org.) Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

MEDEIROS, M.; OSORIO, R.G.; VARELLA, S. O levantamento de Informações sobre as Famílias nas PNADs de 1992 a 1999. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 860)

MIGRATION POLICY INSTITUTE. America's emigrants: US retirement migration to Mexico and Panama. [Washington], 2006.

MINCER, J. Family Migration Decisions. *The Journal of Political Economy*, Chicago, v. 86, n. 5, p. 749-773, Oct. 1978.

MINGOTI, S. A. Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NERI, M. C.; SOARES, W. L. Idade, incapacidade e o número de pessoas com deficiência. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 303-321, Jul/dez. 2004.

NEWBOLD, K. B. Determinants of elderly interstate migration in the United States 1985-1990. *Research on Aging*, Thousand Oaks, v. 18, n. 4, p. 451-476, Dec. 1996.

OLIVEIRA, F. E. B. et al. O idoso e a previdência social. In: CAMARANO, A. A. (Org.) *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

PALLONI, A. Living arrangements of older person. In: UNITED NATION. *Living Arrangements of Older Person. Population Bulletin of the United Nations*, New York, n. 42/43, 2001. Special Issue

PERZ, S. G. Household demographic factors as life cycle determinants of land use in the Amazon. *Population Research and Policy Review*, Amsterdam, v. 20, n. 3, p. 159-186, Jun. 2001.

PRESTON, S. H.; HEUVELINE, P.; GUILLOT, M. *Demography: measuring and modeling population processes*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

QUEIROZ, B. L. The evolution of retirement in Brazil. In: *Encontro Anual De Estudos Populacionais Da ABEP*, 15., 2006, Caxambu. Anais... Campinas: ABEP, 2006.

QUEIROZ, B.L. The Determinants of male's retirement in urban Brazil. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 11-38, jan./abr. 2007.

QUINN, J. F.; BURKHAUSER, R. V. Retirement and labor force behavior of the elderly. In: MARTIN, L; PRESTON, S. (Eds). *Demography of aging*. Washington: National Academy Press, 1994.

RADCLIFFE, S. A. Mountains, maidens and migration: gender and mobility in Peru. In: CHANT, S. *Gender and migration in developing countries*. London: Belhaven Press, 1992.

RADCLIFFE, S. A. The role of gender in peasant migration: conceptual issues from the Peruvian Andes. *Review of Radical Political Economics*, New York, v. 23, n. ¾, p. 129-147, Fall/Winter. 1991.

RAVENSTEIN, E. G.. The laws of migration. *Journal of the Royal Statistical Society. Series A (Statistics in Society)*, London, v. 52, n. 2, p. 241-305, Jun. 1889.

RAVENSTEIN, E. G. As leis das migrações, In: MOURA, H. A. (Org.). *Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB, 1980.

RAYMER, J.; ROGERS, A. Applying model migration schedules to represent age-specific migration flows. Boulder: University of Colorado at Boulder, 2006. (IBS Working Paper)

RIBEIRO, J. T.; CARVALHO, J.A.M. A imigração para Minas Gerais no período 1981/1991, com especial enfoque na migração de retorno. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. Anais... [S.]: ABEP, 1998.

RIBEIRO, J.T.L.; CARVALHO, J.A.M.; WONG, L.R. Migração de retorno: algumas possibilidades de mensuração. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. Anais... [S.]: ABEP, 1996.

RIGOTTI, J. I. R. Técnicas de mensuração das migrações, a partir dos dados censitários aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. 142 f. 1999. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, UFMG, 1999.

RILEY, N.; GARDNER, R. W. Migration decisions: the role of gender. In: UNITED NATIONS. *Internal migration of women in developing countries*. New York, 1993.

RIOS-NETO, E; WAJNMAN, S. Participação feminina no mercado de trabalho no Brasil: elementos para projeção de níveis e tendências. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. Anais... [S.]: ABEP, 1994.

RODRÍGUEZ, V. R. Turismo residencial y migración de jubilados. [S.]: Caja Rural Mediterrânea, 2004. (*Mediterraneo Económico*, 5)

ROGERS, A.; JONES, B. Inferring directional migration propensities from the migration propensities of infants: the United States. Boulder: University of Colorado at Boulder, 2007. (IBS Working Paper)

ROGERS, A. Age patterns of elderly migration: an international comparison. *Demography*, Seattle, v. 25, n. 3, p. 355-370, Aug. 1988.

ROGERS, A.; CASTRO, L. Migration. In: ROGERS, A.; WILLEKENS, F.J. *Migration and settlement*. Dordrecht : D Reidel Publishing Company, 1982.

ROGERS, A.; CASTRO, L. Model migration schedules. In: ROGERS, A. *Migration, urbanization and spatial population dynamics*. London: Westview Press, 1983.

ROGERS, A.; CASTRO, L. Model migration schedules. Luxemburg: IASA, 1981. (Research Report, 81-30)

ROGERS, A.; RAYMER, J.; WILLEKENS, F. Capturing the age and spatial structures of migration. *Environment and Planning A*, London, v. 34, n. 2, p. 341-359, 2002.

ROGERS, A.; WILLEKENS, F.; RAYMER, J. Imposing age and spatial structures on inadequate migration-flow datasets. *The Professional Geographer*, Malden, v. 55, n. 1, p. 56-69, Feb. 2003.

ROMERO, D. E. Diferencias de gênero no impacto do arranjo familiar no status de saúde dos idosos brasileiros. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 777-794, 2002.

ROSSI, P. H. *Why families move?* 2. ed. Beverly Hills: Sage, 1980.

SAAD, P.M. Impact of pension reform on the living arrangements of older persons in Latin America. In: UNITED NATION. *Living Arrangements of Older Person*. Population Bulletin of the United Nations, New York, n. 42/43, 2001. Special Issue.

SAWYER, D.O. et al. Caracterização dos tipos de doadores de sangue em Belo Horizonte: heterogeneidade do homogêneo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. Anais... [S.l.]: ABEP, 2000.

SAWYER, D.O; LEITE, I.C.; ALEXANDRINO, R. Perfis de utilização de serviços de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p.757-776, 2002.

SETTERSTEN Jr., R.A. Aging and the life course. In: BINSTOCK, R.H.; GEORGE, L.K (Eds.). *Handbook of aging and the social sciences*. 6th ed. Burlington: Academic Press; ELSEVIER, 2006.

SILVA, H. Aspectos demográficos associados à geração de resíduos sólidos domiciliares no município de Belo Horizonte, 2002. 203 f. 2008. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008

SILVERSTEIN, M. Intergenerational family transfers in social context. In: BINSTOCK, R.H.; GEORGE, L.K (eds.). *Handbook of aging and the social sciences*. 6th ed. Burlington: Academic Press; ELSEVIER, 2006.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. A. (Org.). *Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB, 1980.

SJAASTAD, L. A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, H. A. (Org.). *Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB, 1980.

SOKOLOVSKY, J. Living arrangements of older person and family support in less developed countries. In: UNITED NATION. *Living Arrangements of Older Person*. Population Bulletin of the United Nations, New York, n. 42/43, 2001. Special Issue

STARK, O.; BLOOM, D. The new economics of labor migration. AEA Papers and Proceedings: frontiers in demographic economics, Pittsburgh, v. 75, n. 2, p. 173-178 May. 1985.

STARK, O.; TAYLOR, E. Migration incentives, migration types: the role of relative deprivation. The Economic Journal, St. Andrews, v. 101, n. 408, p. 1163-1178, Sep. 1991.

STOLLER, E.P.; LONGINO Jr., C.F. "Going Home" or "Leaving Home"? The impact of person and place ties on anticipated counterstream migration. The Gerontologist, Washington, v. 41, n. 1, p. 96-102, Feb. 2001.

TAYLOR, J. E. Differential migration, networks, information and risks. In: STARK, O. Migration, human capital and development. Greenwich: Connecticut, Jai Press, 1986. p. 147-171.

TOBLER, W. Migration: ravenstein, thornthwaite and beyond. Urban Geography, Palm Beach, v. 16, n. 4, p. 327-343, May./Jun. 1995.

TURRA, C. M. Contabilidade das gerações: riqueza, sistemas de transferências e conseqüências de mudanças no padrão demográfico brasileiro. 2000. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

TURRA, C. M.; QUEIROZ, B. L. Las transferencias intergeneracionales y la desigualdad socioeconómica en el Brasil: un análisis inicial. Notas de Población, Santiago de Chile, n. 80, p. 65-98, Oct. 2006.

UNITED NATION. Living arrangements of older person, part one: report on the technical meeting on population ageing and living arrangements of older persons: critical issues and policy responses. Population Bulletin of the United Nations, New York, n. 42/43, 2001. Special Issue

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs/Population Division. Living arrangements of older persons around the world. New York: United Nations, 2005. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/publications/livingarrangement/report.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

VAINER, C.B. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... As novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias migrações internacionais : contribuições para políticas, Brasil 2000. Brasília : CNPD, 2001.

VAN TILBURG, T. Support networks before and after retirement. Journal of Social and Personal Relationships, London, v. 9, n. 3, p. 433-445, Aug. 1992.

VANDERKAMP, J. Migration flows, their determinants and the effects of return migration. The Journal of Political Economy, Chicago, v. 79, n. 5, p. 1012-1031, Sep./Oct. 1971.

WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A.M.H.C.; OLIVEIRA, E.L. Os Idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: CAMARANO, A. A. (Org.) Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

WALKER, R. et al. Land use and land cover change in forest frontiers: the role of household life cycles. *International Regional Science Review*, Philadelphia, v. 25, n. 2, p. 169-199, Apr. 2002.

WALL, R. Historical development of the household in Europe. In: IMHOFF, W. (Eds.) et al. *Household demography and household modeling*. New York: Plenum Press, 1995.

WALTERS, W. Later-life migration in the United States: a review of recent research. *Journal of Planning Literature*, [s.l.], v. 17, n. 2, p. 37-66, Aug. 2002.

WALTERS, W. Types and patterns of later-life migration. *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography*, Stockholm, v. 82, n. 3, p. 129-147, Oct. 2000.

WARNES, A.M. Migration and the life course. In: FIELDING, A.; CHAMPION, A. (Eds.), *Migration processes and patterns*. London: Belhaven, 1992. p.175-187

WESTERHOUT, E.; PELIKAAN, F. Can we afford to live longer in better health? Brussels: ENEPRI. 2005. (Enepri Research Report, 10).

WILMOTH, J. M. Living arrangements among older immigrants in the United States. *The Gerontologist*, Washington, v. 41, n. 2, p. 228-238, Apr. 2001.

WISEMAN, R.F.; ROSEMAN, C.C.. A typology of elderly migration based on the decision-making process. *Economic Geography*, Worcester, Mass., v. 55, n. 4, p. 324-337, Oct. 1979.

WOLF, D. A. The elderly and their kin: patterns of availability and access. In: MARTIN, L; PRESTON, S. (Eds). *Demography of Aging*. Washington: National Academy Press, 1994.

ZELINSKY, W. The Hypothesis of the Mobility Transition. *Geographical Review*. V. 61(2). American Geographic Society, 1971.

R E S U M O

Conta :

marden

Documento :

smbprn.00000984 Remote Downlevel Document

Origem :

150.164.182.43

Destino :

UserLab

Registro :

121072

Custo :

Prioridade :

50 em 100

Data :

[24/Feb/2011:16:48:31 -0300]

R E S U M O